

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**

EDIÇÃO N.º 13/2026

Unidade: Reitoria

Publicado em 28 de janeiro de 2026



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação: Camilo Sobreira de Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Marcelo Bregagnoli

Reitora do IFRR: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Romildo Nicolau Alves

Diretora-Geral do Campus Boa Vista Centro: Luciana Leandro Silva

Diretora-Geral do Campus Novo Paraíso: Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora-Geral do Campus Amajari: Rodrigo Luiz Neves Barros

Diretor-Geral do Campus Boa Vista Zona Oeste: Isaac Sutil da Silva

Diretor do Campus Avançado do Bonfim: Maria Eliana Lima dos Santos

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria
Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto n°. 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução n°. 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DA REITORIA

Resolução CONSUP/IFRR N° 880, de 27 de janeiro de 2026

Resolução CONSUP/IFRR N° 881, de 27 de janeiro de 2026

Resolução CONSUP/IFRR N° 882, de 28 de janeiro de 2026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 ,
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 880, de 27 de janeiro de 2026.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico do IFRR Campus Boa Vista Zona Oeste.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, **Ad referendum** deste Conselho no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 04 de Janeiro de 2023 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 682/CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2022 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23482.000120.2025-01,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico do IFRR Campus Boa Vista Zona Oeste, conforme Anexo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 27 de janeiro de 2026.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do Consup

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA EM DESIGN GRÁFICO**

**Boa Vista - RR
2026**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Bregagnoli

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETOR DO CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Isaac Sutil da Silva

DIRETORA DE ENSINO

Rafaela dos Santos Morgade

COORDENADOR DO CURSO DE TECNOLOGIA EM DESIGN GRÁFICO

Vagner Basqueroto Martins

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Vagner Basqueroto Martins | Dumont Camelo Melo | Ellem Carmen da Silva
Fernando Silva e Silva | Luana Firmino Lobo | Simone Sibele Schuertz Souza
Tatyanne Rezende Costa | Vitor Lopes Resende | Viviane Paludo Schultz

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Figura 1: Mapa do Estado de Roraima com a localização dos *campus* do IFRR

Tabela 1: Disposição dos cursos por *campus* do IFRR

Tabela 2: Compilação de interesse nos cursos técnicos e superiores de tecnologia

Quadro 1 - Matriz curricular do Curso Superior de Design Gráfico

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Apresentação da Instituição

1.2. Histórico do IFRR

1.3. Missão, Visão e Valores do IFRR

1.3.1. Missão

1.3.2. Visão

1.3.3. Valores

1.4 Histórico do Campus Boa Vista Zona Oeste

2. JUSTIFICATIVA

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

3.2 Objetivos Específicos

4. REGIME LETIVO

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

a) Estrutura Curricular

b) Representação Gráfica do Processo Formativo

c) Ementário

d) Terminalidade - Saídas Intermediárias

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

11. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

12. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

13. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

14. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

15. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

16. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

16.1 Educação Inclusiva

16.1.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

16.1.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

16.1.3. Política de Educação Ambiental

16.1.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

17. APOIO AO DISCENTE

17.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais

17.2 Assistência Estudantil

17.3 Apoio Pedagógico

18. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

19. COLEGIADO DE CURSO

20. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

21. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

21.1 Avaliação da aprendizagem do estudante

21.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

22. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES - ENADE

23. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

24. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

25. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

26. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

27. BIBLIOTECA

28. EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

29. DIPLOMAÇÃO

REFERÊNCIAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)/ Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO).

CNPJ: 10.839.508/0005-65.

Eixo Tecnológico de atuação do Campus: Gestão e Negócios; Produção Cultural e Design.

Esfera Administrativa: Federal.

Endereço: Rua Professor Nonato Chacon, Nº1976, Bairro: Laura Moreira Boa Vista/RR. CEP: 69.318-000.

Telefone(s): 3197-2700

Site do Campus: <https://ifrr.edu.br/unidades/zona-oeste/>

Reitora: Nilra Jane Filgueira Bezerra.

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira.

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Romildo Nicolau Alves.

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura.

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista.

Diretor do Campus Boa Vista Zona Oeste: Isaac Sutil da Silva.

Diretora de Ensino: Rafaela do Santos Morgade.

Equipe responsável pela Elaboração do PPC: Vagner Basqueroto Martins | Dumont Camelo Melo | Ellem Carmen da Silva | Fernando Silva e Silva | Luana Firmino Lobo | Simone Sibele Schuertz Souza | Tatyanne Rezende Costa | Vitor Lopes Resende | Viviane Paludo Schultz

PORTARIA Nº 0923/GAB-CBVZO/IFRR, DE 19 DE MARÇO DE 2025

PORTARIA Nº 3225/GAB-CBVZO/IFRR, DE 24 DE JULHO DE 2025

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico

Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design

Modalidades de oferta: Presencial

Turno de funcionamento: Noturno

Periodicidade de oferta: Anual

Número de vagas ofertadas: 40

Carga horária total obrigatória: 1.600 horas

Regime Letivo: Modular

Título outorgado: Tecnólogo (a) em Design Gráfico

Proposta: Aprovação

Forma de ingresso: Vestibular

Duração prevista: Dois (02) anos

Integralização curricular mínima e máxima: Dois (02) anos e Quatro (04) anos

Coordenador(a) do Curso: Vagner Basqueroto Martins.

Resolução de Autorização de Funcionamento: A definir.

APRESENTAÇÃO

1.1. Apresentação da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma autarquia federal integrante do Sistema Federal de Ensino, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). A instituição possui sede e foro na cidade de Boa Vista e desenvolve suas atividades em todo o Estado de Roraima, tendo por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com vistas ao fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado.

A estrutura organizacional do IFRR é composta por uma Reitoria e cinco campi: Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e Bonfim, distribuídos estrategicamente de modo a atender aos 15 (quinze) municípios do Estado, considerando as especificidades regionais e as demandas educacionais, sociais e produtivas locais.

Entre seus objetivos institucionais, destacam-se a oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, incluindo cursos técnicos de nível médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos de graduação e cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado). Ademais, o IFRR desenvolve atividades de pesquisa aplicada e ações de extensão, voltadas à produção, à difusão do conhecimento e à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional.

Nesse contexto institucional, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico do IFRR tem como finalidade promover a formação de profissionais críticos, éticos e tecnicamente qualificados, aptos a atuar de forma criativa e estratégica nos diversos segmentos da comunicação visual e da produção gráfica, em meios físicos e digitais. O PPC está alinhado às diretrizes da educação profissional e tecnológica e às necessidades socioeconômicas de Roraima, considerando suas especificidades territoriais, culturais e administrativas.

1.2. Histórico do IFRR

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) tem sua origem na extinta Escola Técnica implantada de forma informal em outubro de 1986. Suas atividades tiveram início em 1987, com a oferta de vagas nos cursos técnicos em Eletrotécnica, atendendo 105 estudantes, e em Edificações, com 70 estudantes matriculados.

Nesse contexto, o Governo do então Território Federal de Roraima, por meio do Decreto nº 026, de 12 de outubro de 1988, instituiu a Escola Técnica de Roraima (ETRR). A ETRR obteve autorização de funcionamento e reconhecimento mediante o Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação (CTE-RR), de 21 de dezembro de 1989, que aprovou seu Regimento Interno, as matrizes curriculares dos cursos ofertados e validou todos os atos escolares praticados anteriormente à sua vigência.

Posteriormente, com a promulgação da Lei Federal nº 8.670, de 30 de junho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR). Em 1994, a ETFRR iniciou suas atividades nas instalações físicas da antiga Escola Técnica Estadual, contando com 74% de seus servidores oriundos da redistribuição do quadro de pessoal do extinto Território Federal de Roraima. Na ocasião, incorporou ao seu patrimônio a infraestrutura física, materiais e equipamentos, além de absorver integralmente os estudantes matriculados nos cursos de Edificações e Eletrotécnica.

A partir desse período, a ETFRR deu início a um processo de expansão da oferta de cursos e do número de vagas, implantando novos cursos, como o ensino fundamental (5^a a 8^a série, posteriormente descontinuado em 1996), Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, totalizando, naquele ano, 17 turmas e 406 estudantes matriculados.

Em dezembro de 1994, por meio da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro, publicada no Diário Oficial da União nº 233, de 9 de dezembro, Seção I, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, responsável por transformar as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Nesse contexto, em 2002, a ETFRR foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR), por meio de Decreto Federal de 13 de novembro. A transformação em CEFET-RR introduziu o princípio da verticalização da educação profissional, possibilitando a oferta de cursos de nível básico, técnico e superior.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro curso de nível superior implantado, estando diretamente vinculado ao processo de transformação da ETFRR em CEFET-RR. Em 2005, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que previa a implantação de Unidades Descentralizadas (UNEDs) em diversas unidades da federação. Nessa primeira fase, o CEFET-RR foi contemplado com a criação da UNED Novo Paraíso, localizada no município de Caracaraí, na região sul do Estado de Roraima.

As atividades pedagógicas da UNED Novo Paraíso tiveram início em agosto de 2007, com 172 estudantes matriculados no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma composta por 22 estudantes vinculados ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A UNED Novo Paraíso foi oficialmente inaugurada em 11 de novembro de 2007, com a presença do então Ministro da Educação, Fernando Haddad.

Na fase II do Plano de Expansão, o CEFET-RR foi contemplado com a implantação do *Campus Amajari*, localizado no município de Amajari, na região norte do Estado. Suas atividades iniciaram-se com o atendimento a 70 estudantes matriculados no Curso Técnico em Agricultura, funcionando inicialmente em caráter provisório nas dependências da Escola Estadual Ovídio Dias, mediante parceria firmada com a Secretaria de Estado da Educação e Desporto (SEED). Em setembro de 2012, o *Campus Amajari* foi oficialmente entregue à comunidade e, em dezembro do mesmo ano, inaugurado em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da adesão das Universidades Agrícolas e dos CEFETs com suas respectivas UNEDs. Nesse contexto, foi criado o IFRR, com seus respectivos Campi. Em 2010, com o lançamento da fase III do Plano de Expansão da Rede Federal, o IFRR foi contemplado com mais uma unidade, o *Campus Boa Vista Zona Oeste* (CBVZO), localizado no município de Boa Vista.

A oferta de cursos oferecidos pelos campi do IFRR está distribuída da seguinte forma:

Tabela 1: Disposição dos cursos por *campus* do IFRR.

Campus	Cursos
Amajari	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia em Agricultura - Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio EAD - Técnico em Agroindústria Subsequente ao Ensino Médio EAD - Licenciatura em Letras com Habilitação em Português e Línguas Indígenas EAD
Bonfim	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia em Gestão Pública - Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio - Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio - Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio - Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio EAD
Boa Vista	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia em Gestão Hospitalar - Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Tecnologia em Saneamento Ambiental - Tecnologia em Gestão de Turismo - Licenciatura em Ciências Biológicas - Licenciatura em Letras – Espanhol e Literatura Hispânica - Licenciatura em Matemática - Licenciatura em Educação Física - Técnico em Estética Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Secretariado Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Enfermagem Subsequente ao Ensino Médio - Técnico em Análises Clínicas Subsequente ao Ensino Médio - Técnico em Energias Renováveis Subsequente ao Ensino Médio - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) - Licenciatura em Pedagogia EAD

	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciatura em Matemática EAD - Licenciatura em Ciências Biológicas EAD - Licenciatura em Letras com Habilitação em Línguas e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhol EAD - Licenciatura em Letras – Espanhol e Literatura Hispânica EAD
Boa Vista Zona Oeste	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia em Gestão Pública - Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Design Gráfico Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Publicidade Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio - Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio - Curso de Assistente em Administração do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) Integrado à Formação Inicial e Continuada (FIC) - Tecnologia em Gestão Pública EAD
Novo Paraíso	<ul style="list-style-type: none"> - Bacharelado em Agronomia - Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio - Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio

Figura 1: Mapa do Estado de Roraima com a localização dos *campus* do IFRR.



Fonte: Adaptado de <https://interneturbana.com.br/roraima/>

1.3. Missão, Visão e Valores do IFRR

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação.

1.3.1. Missão

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

1.3.2. Visão

Ser excelência na Região Amazônica, como agente de transformação social, por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

1.3.3. Valores

Ética e transparência; inclusão social; gestão democrática; respeito à diversidade e à dignidade humana; responsabilidade socioambiental.

1.4 Histórico do Campus Boa Vista Zona Oeste

O *Campus Boa Vista Zona Oeste* (CBVZO) iniciou seu processo de implantação em 23 de outubro de 2012, por meio da publicação no Diário Oficial da União (DOU) nº 1.286. O desafio inicial consistiu em estabelecer as condições necessárias para sua concepção, implantação e funcionamento, visando ao atendimento das demandas educacionais e sociais da região.

Em razão da inexistência de infraestrutura própria, o CBVZO funcionou inicialmente nas dependências do Colégio Militarizado Estadual Professora Elza Breves de Carvalho, em parceria com o Governo do Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação. A criação do *campus* representou uma importante iniciativa para a oferta de cursos de formação profissional e o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da cidadania, com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades sociais e a inserção dos trabalhadores no processo produtivo e no contexto sociocultural local.

No período compreendido entre os anos de 2017 e 2018, o *Campus Boa Vista Zona Oeste* (CBVZO) funcionou de forma provisória nas dependências do *Campus Boa Vista*, até a autorização para transferência definitiva para sua sede própria, localizada na Zona Oeste da cidade de Boa Vista, efetivada em fevereiro de 2018.

Atualmente, o CBVZO oferta os cursos Técnico em Administração, Técnico em Design Gráfico e Técnico em Publicidade, na forma integrada ao Ensino Médio, em regime integral; Técnico em Administração, Técnico em Publicidade e Técnico em Design Gráfico na forma subsequente ao Ensino Médio, no turno noturno; PROEJA integrado ao curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Assistente em Administração, no turno noturno; além do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, também oferecido no período noturno.

Ressalta-se que o *Campus* já ofereceu os cursos Técnico em Serviços Públicos e Técnico em Comércio, nas formas integrada e subsequente ao Ensino Médio, e Técnico em Comunicação Visual, na forma subsequente, cujas ofertas foram posteriormente descontinuadas.

A consolidação da sede definitiva do *Campus Boa Vista Zona Oeste* ocorreu em um contexto de implantação gradual da infraestrutura necessária ao seu pleno funcionamento. Inicialmente, o *Campus* não dispunha de refeitório nem de quadra poliesportiva. Atualmente, essas estruturas encontram-se implantadas, proporcionando melhores condições de atendimento à comunidade acadêmica. Com a ampliação e a consolidação de sua infraestrutura física, o *campus* encontra-se apto a expandir a oferta de vagas nos três turnos, mantendo o compromisso com a qualidade do ensino oferecido à comunidade do seu entorno.

Nesse contexto, o CBVZO atua em diferentes modalidades de ensino, em consonância com as demandas educacionais e socioeconômicas da comunidade do seu entorno, sendo responsável, até o presente momento, pela formação integral de mais de 1.500 (mil e quinhentos) estudantes, conforme dados do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

No cenário atual, o *Campus Boa Vista Zona Oeste* atua em dois eixos tecnológicos: Gestão e Negócios e Produção Cultural e Design. O eixo de Gestão e Negócios compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão, abrangendo atividades de planejamento, avaliação, gestão de pessoas e de processos relacionados a negócios e serviços desenvolvidos em organizações e instituições públicas ou privadas, de diferentes portes e ramos de atuação. Esse eixo orienta-se pela busca contínua da qualidade, da produtividade e da competitividade, envolvendo o uso de tecnologias organizacionais, a comercialização de produtos e a aplicação de estratégias nas áreas de marketing, logística e finanças.

O eixo de Produção Cultural e Design, por sua vez, compreende tecnologias voltadas à produção, conservação, difusão, performance e gestão de bens culturais, tanto materiais quanto imateriais, com foco no fortalecimento da economia criativa e da produção cultural em seus diversos segmentos, espaços e meios de criação e fruição artística. Esse eixo fundamenta-se em saberes que articulam leitura e produção de textos técnicos, raciocínio lógico e estético, ciência e tecnologia, tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo,

prospecção mercadológica e marketing, tecnologias da informação e comunicação, desenvolvimento interpessoal, legislação e políticas públicas, normas técnicas, saúde e segurança no trabalho, gestão da qualidade, responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental.

A organização curricular dos cursos ofertados pelo *campus*, nos eixos de Gestão e Negócios e de Produção Cultural e Design, contempla conhecimentos relacionados à leitura e produção de textos técnicos, estatística, raciocínio lógico e estético, línguas estrangeiras, ciência e tecnologia, tecnologias sociais, empreendedorismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias da informação e comunicação, desenvolvimento interpessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança no trabalho, responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental, qualidade de vida e ética profissional.

2. JUSTIFICATIVA

Sob a perspectiva socioeconômica, de acordo com dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o estado de Roraima possui uma população de 636.707 habitantes, configurando-se como o estado menos populoso do país. O estado também apresenta o menor Produto Interno Bruto (PIB) nacional, estimado em R\$ 21,1 bilhões em 2022. A capital Boa Vista concentra mais de 65% da população estadual, com 413.486 habitantes, e aproximadamente 73% da riqueza gerada. No que se refere à composição do PIB, a administração pública representa 49,1%, seguida pelo setor de serviços, com 36,7%, pela indústria, com 8,6%, e pela agropecuária, com 5,5%. Em 2021, segundo dados do Cadastro Central de Empresas, havia no estado um total de 6.969 empresas, distribuídas entre os setores de agropecuária (95 empresas), indústria (387), construção civil (374), comércio (3.208), administração pública (58 instituições) e serviços (2.847 empresas).

Ao analisar os indicadores de empregabilidade divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2023) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), verifica-se que a administração pública responde por aproximadamente 35% do total de pessoas ocupadas no estado. Somente no município de Boa Vista, o número de trabalhadores vinculados à administração pública, defesa e segurança social ultrapassa 53.547 pessoas (IBGE, 2023). Desse modo, a principal fonte de renda direta e indireta da população roraimense está fortemente associada ao funcionalismo público, conforme dados do CAGED (2023).

Diante desse cenário, o IFRR propõe-se a articular e integrar a formação acadêmica à preparação para o mundo do trabalho, promovendo uma formação contextualizada, fundamentada em princípios e valores que potencializam a ação humana na construção de trajetórias profissionais e sociais mais dignas.

Nesse sentido, o Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, ofertado pelo IFRR/Campus Boa Vista Zona Oeste, apresenta-se como uma alternativa estratégica para diversificar a oferta de cursos da instituição e atender a uma demanda crescente no estado. Tal demanda mostra-se expressiva, considerando que, nas pesquisas realizadas com a comunidade local da Zona Oeste do município de Boa Vista, nos anos de 2019 e 2023, o curso figurou entre os mais citados como opção de interesse.

Dados apresentados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN), referentes ao ano de 2018, indicam que 106 mil pessoas possuíam ensino médio completo ou equivalente, dentre as quais a taxa de desocupação era de 14%, percentual inferior ao observado entre aqueles com ensino médio incompleto ou ensino superior incompleto (SEPLAN, 2018). Esses dados evidenciam a relevância da ampliação da oferta de cursos de nível superior tecnológico como estratégia de qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho.

A partir dos levantamentos de interesse realizados nos anos de 2019 e 2023, inclusive por meio de audiências públicas, constatou-se demanda específica para a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico no contexto socioeconômico em que o *Campus Boa Vista Zona Oeste* está inserido. Destaca-se que o estado de Roraima não dispõe, até o momento, de instituições públicas ou privadas que ofertem esse curso na modalidade presencial, ao mesmo tempo em que o mundo do trabalho evidencia a necessidade de profissionais qualificados para atuar no setor criativo e comunicacional.

Destaca-se, ainda, que a proposta de criação do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico encontra-se em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), atualizado pela Portaria MEC nº 514, de 4 de junho de 2024.

Segundo dados do Painel Mapa de Empresas, produzido pelo Ministério da Economia (2022), existem no estado de Roraima 32.314 empresas ativas de diversos setores. A área de comunicação, assim como o design e a

publicidade, constitui base fundamental para as interações comerciais e sociais, uma vez que a comunicação se estabelece por meio de processos simbólicos que expressam ideias, sentimentos e informações por sinais verbais e não verbais. Nesse contexto, o profissional de design gráfico assume papel de destaque no mundo do trabalho, seja na criação de imagens estáticas utilizadas em mídias tradicionais, como outdoors, pôsteres, jornais e revistas, ou em mídias digitais, como postagens em redes sociais, infográficos e banners, bem como na produção de conteúdos audiovisuais.

Tal demanda é corroborada por estudo realizado em 2019 por Comissão Interna do CBVZO, em alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019–2023, no qual, entre 510 respostas obtidas por meio de questionário on-line, o curso Técnico em Design Gráfico figurou como a opção de maior interesse, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Compilação de interesse nos cursos técnicos e superiores de tecnologia.

Curso Técnico	Interesse alto	Interesse muito alto	Total
Técnico em Design Gráfico	116	190	306
Técnico em Publicidade	132	173	305
Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	122	173	295
Técnico em Processos Fotográficos	94	196	290
Técnico em Design de Interiores	133	140	273
Técnico em Comunicação Visual	118	121	239
Técnico em Paisagismo	93	86	179
Técnico em Artesanato	58	61	119
Curso Tecnólogo	Interesse alto	Interesse muito alto	Total
Tecnólogo em Design Gráfico	115	196	311
Tecnólogo em Fotografia	107	202	309
Tecnólogo em Design de Animação	107	171	278
Tecnólogo em Produção Multimídia	117	154	271
Tecnólogo em Produção Publicitária	118	144	262
Tecnólogo em Audiovisual	109	140	249
Tecnólogo em Design de Interiores	96	139	235

Assim, justifica-se a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, uma vez que possibilitará ao egresso a inserção qualificada no mundo do trabalho, em um contexto no qual a demanda por profissionais da área mostra-se expressiva.

A elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso fundamentou-se na legislação vigente e nos princípios democráticos, contando com a participação de profissionais da área específica do curso e da equipe pedagógica. Esse processo teve como objetivo assegurar o atendimento aos interesses, às expectativas e à qualificação do público atendido, além de estimular a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, favorecendo, consequentemente, o prosseguimento vertical dos estudos.

3. OBJETIVO

3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais habilitados no Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, com conhecimentos interdisciplinares relacionados aos processos de criação, abrangendo pesquisa, idealização, planejamento, execução técnica, fruição e recepção estética, bem como desenvolver competências comunicativas, empreendedoras e socioemocionais voltadas à proposição e gestão de projetos, ao trabalho coletivo, à solução de problemas e à resiliência.

3.2 Objetivos Específicos

- Coordenar e executar projetos de comunicação visual para mídias impressas e digitais, observando padrões e normas técnicas, especialmente no que se refere à propriedade intelectual, à acessibilidade, à usabilidade e à sustentabilidade.
- Aplicar e implementar soluções de design gráfico envolvendo sinalização, ilustração, tipografia, animação e princípios de usabilidade.
- Analisar, interpretar e propor soluções para a construção da identidade visual de peças gráficas.
- Criar, controlar, organizar e armazenar arquivos e materiais relacionados à produção gráfica e digital.

4. REGIME LETIVO

O Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico adota o regime letivo modular, com os componentes curriculares distribuídos em quatro módulos, totalizando uma carga horária obrigatória de 1.600 (mil e seiscentas) horas. O estudante deverá integralizar a matriz curricular em prazo mínimo de dois (02) anos e máximo de quatro (04) anos.

Em conformidade com o art. 25 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e respeitadas as condições de infraestrutura do *campus*, a carga horária semanal docente e a relação adequada entre o número de estudantes e docentes, o limite de vagas anuais ofertadas para o curso será de 40 (quarenta) estudantes.

- a. número total de vagas anuais: 40 (quarenta);
- b. número de turmas: 01 (uma);
- c. carga horária do curso (em horas-relógio): 1.600h obrigatorias + 40h optativas, totalizando 1.640h;
- d. período letivo: modular;
- e. tempo mínimo e máximo para a integralização do curso: Dois (02) anos e Quatro (04) anos.

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico ocorrerá por meio de Processo Seletivo Público, na modalidade vestibular, conforme edital específico, destinado exclusivamente a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio, obrigatoriamente até a data da matrícula.

A realização do Processo Seletivo ficará a cargo de comissão específica designada pelo IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste, à qual caberá planejar, coordenar, executar e divulgar todas as etapas do certame, bem como prestar as informações pertinentes por meio de edital público.

As vagas do Processo Seletivo serão distribuídas da seguinte forma:

- I. Ações afirmativas;
- II. Ampla concorrência; e
- III. Pessoa com Deficiência.

A distribuição das vagas observará o disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, bem como as alterações introduzidas pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, e demais legislações vigentes aplicáveis.

Os requisitos de permanência e êxito dos estudantes estão previstos no Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR, que estabelece diretrizes para a gestão e o acompanhamento das ações de assistência estudantil, com vistas à promoção da permanência, do sucesso acadêmico e da conclusão do curso. As ações voltadas à permanência discente encontram-se detalhadas no referido plano.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Tecnólogo em Design Gráfico formado pelo IFRR será um profissional capacitado a desenvolver projetos visuais em diversos meios e produzir soluções integradas aos sistemas de comunicação e à arte, considerando demandas sociais, culturais e de mercado. Atuará com base em princípios técnicos, éticos e sustentáveis, observando requisitos de acessibilidade, usabilidade, propriedade intelectual e normas técnicas aplicáveis aos diferentes processos e meios de produção gráfica.

O Tecnólogo em Design Gráfico será habilitado para:

- Projetar a programação visual em meios físico e digital.
- Desenvolver linguagens visuais.
- Supervisionar a funcionalidade e usabilidade dos projetos adaptados aos diversos tipos de processos e produção gráfica.
- Produzir criações integradas aos sistemas de comunicação e da arte.
- Elaborar portfólios, com uso de técnicas diferenciadas de expressão gráfica
- Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

Para a atuação como Tecnólogo em Design Gráfico, são fundamentais competências múltiplas que permitam ao profissional transitar com desenvoltura entre as diversas atividades da área, atendendo às mais variadas demandas de um mercado extenso e propenso a mudanças rápidas e constantes. Também se destaca a capacidade de manter constante intercâmbio com segmentos de outras formas de arte, com a sociedade e com a cultura nativa e outras culturas, buscando uma visão integrada e especulativa, geradora de novas ideias e possibilidades.

Além disso, para consolidar esse desempenho profissional, são indispensáveis o pensamento crítico, a autonomia intelectual e a criatividade, aliados à capacidade de atuar em novas condições de trabalho, acompanhando a incorporação de tecnologias emergentes e as crescentes exigências de atualização, qualidade e produtividade. Soma-se a esse conjunto o compromisso com a ética profissional, orientada para a organização democrática da vida em sociedade e para a sustentabilidade do planeta.

O profissional formado será detentor de conhecimentos interdisciplinares relacionados aos processos de criação, envolvendo pesquisa, idealização, planejamento, execução técnica, fruição e recepção estética. Ele desenvolverá competências comunicativas e empreendedoras voltadas à proposição de projetos, trabalho coletivo, gestão, solução de problemas e resiliência, entre outras habilidades socioemocionais.

O Tecnólogo em Design Gráfico encontra um campo de atuação diversificado, incluindo:

- Agências de comunicação
- Departamentos de marketing
- Empresas de publicidade
- Escritórios de design
- Estúdios de design
- Gráficas convencionais ou expressas
- Instituições de ensino

Essas variadas áreas refletem não apenas a versatilidade do profissional, mas também a crescente demanda por suas habilidades, proporcionando uma carreira dinâmica e repleta de oportunidades.

A identificação do perfil socioeconômico dos candidatos, o acompanhamento dos estudantes selecionados, desde a sua entrada na instituição até a sua saída são fundamentais para o sucesso do programa. Ao longo do percurso formativo, será observado o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes, possibilitando a identificação de aspectos a serem aprimorados nos processos de acesso e a adequação contínua das matrizes curriculares às dinâmicas tecnológicas e às demandas do mundo do trabalho.

No que se refere ao acompanhamento dos egressos, o IFRR adota a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE), instituída pela Resolução CONSUP/IFRR nº 608, de 26 de outubro de 2021, que estabelece mecanismos para o fortalecimento do relacionamento contínuo entre a instituição e seus egressos, tais como:

- I. A promoção de encontros, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas para o contato, a atualização cadastral e o envolvimento dos egressos;
- II. A promoção de atividades de integração entre egressos e estudantes em formação, visando à troca de informações e experiências;
- III. A divulgação de oportunidades de atualização e formação continuada para os egressos, assim como de oportunidades de inserção no mundo do trabalho;
- IV. A elaboração e a disseminação de material impresso ou digital com as principais orientações aos egressos sobre a PAE do IFRR.

De forma articulada às Coordenações de Extensão e de Pesquisa do campus, serão promovidos projetos e ações que envolvam os egressos, por meio de convites para palestras, oficinas, rodas de conversa e participação em pesquisas. Essas iniciativas visam compreender a trajetória profissional dos egressos e a aplicação, no mundo do trabalho, das competências e habilidades desenvolvidas ao longo da formação, subsidiando processos contínuos de avaliação e aperfeiçoamento do curso.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico observa as disposições do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR, a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O curso está estruturado em 4 (quatro) módulos sequenciais, com carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas destinadas aos componentes curriculares obrigatórios, acrescidas de 40 (quarenta) horas de componente curricular optativo, totalizando 1.640 (mil seiscentas e quarenta) horas. Ressalta-se que toda a carga horária do curso adota o padrão de hora-relógio de 60 (sessenta) minutos, considerando as especificidades da realidade local e o horário de funcionamento do *campus*.

Em conformidade com o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, do Ministério da Educação, e em consonância com os limites estabelecidos pelo CNCST, o curso prevê a oferta 420 (quatrocentas e vinte) horas na modalidade de Educação a Distância (EaD), distribuídas ao longo dos quatro módulos. As atividades a distância serão desenvolvidas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional, estruturado com fins pedagógicos e utilizando instrumentos apropriados à prática educacional na modalidade EaD, conforme definido na Organização Didática do IFRR.

A organização curricular está orientada pela articulação entre teoria e prática, de modo a assegurar o desenvolvimento das competências necessárias à formação do Tecnólogo em Design Gráfico. Esse processo formativo é enriquecido por atividades como visitas técnicas e participação em feiras, congressos e outros eventos relacionados à área, favorecendo a aproximação dos estudantes com o mundo do trabalho e com as dinâmicas profissionais do setor.

O curso adota o regime modular semestral, organizado por componentes curriculares. As atividades didático-pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar serão previstas nos planos de ensino e poderão ser desenvolvidas por meio de Projetos Integradores, com o objetivo de fortalecer a relação entre teoria e prática, consolidar a aprendizagem técnica e promover o enriquecimento sociocultural dos estudantes.

Os procedimentos didáticos compreendem atividades teóricas e demonstrativas, desenvolvimento de projetos, utilização de laboratórios, estudos dirigidos na biblioteca, visitas técnicas e participação em eventos acadêmicos, científicos, culturais e sociais, promovendo o diálogo permanente, a troca de experiências e o protagonismo discente no processo de aprendizagem.

A formação teórica constitui base essencial para a atuação profissional dos estudantes, orientando sua trajetória no mundo do trabalho por meio do acesso a livros, artigos científicos e textos técnicos especializados. De forma complementar, as atividades práticas possibilitam o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais à atuação profissional, por meio de aulas em laboratórios, oficinas, programas de extensão e outras práticas pedagógicas aplicadas.

No que se refere à curricularização da extensão, em consonância com a Resolução CONSUP/IFRR nº 558/2021, o curso destina 180 (cento e oitenta) horas às Atividades Curriculares de Extensão, distribuídas em componentes curriculares específicos alocados nos Módulos I, II e III, promovendo a integração entre a formação acadêmica e a realidade social.

O curso prevê a oferta do componente curricular de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na condição de componente optativo, a ser disponibilizado conforme planejamento institucional. A efetivação da matrícula no referido componente ficará sob responsabilidade do estudante, quando houver oferta.

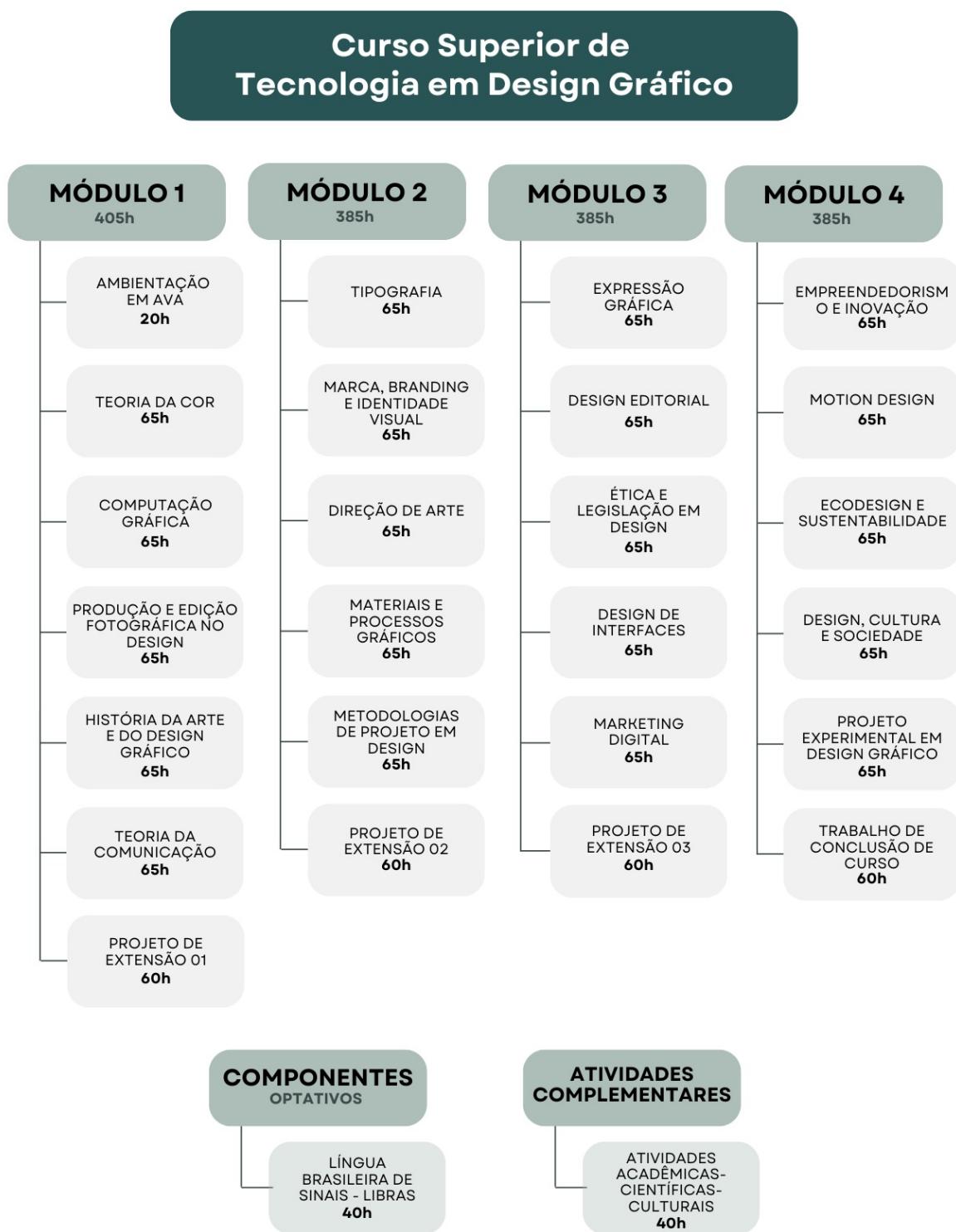
a) Estrutura Curricular

Quadro 1 - Matriz curricular do Curso Superior de Design Gráfico

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESIGN GRÁFICO						
Mód.	Código	Componentes Curriculares	CH (Presencial)	CH (EaD)	CH (Extensão)	CH (Total)
1º	AEA	AMBIENTAÇÃO EM AVA	20	-	-	20
	TEC	TEORIA DA COR	45	20	-	65
	CGR	COMPUTAÇÃO GRÁFICA	45	20	-	65
	PEF	PRODUÇÃO E EDIÇÃO FOTOGRÁFICA NO DESIGN	45	20	-	65
	HAD	HISTÓRIA DA ARTE E DO DESIGN GRÁFICO	45	20	-	65
	TCO	TEORIA DA COMUNICAÇÃO	45	20	-	65
	PEX1	PROJETO DE EXTENSÃO 01	-	-	60	60
Total			245	100	60	405
2º	TIP	TIPOGRAFIA	45	20	-	65
	MBI	MARCA, BRANDING E IDENTIDADE VISUAL	45	20	-	65
	DDA	DIREÇÃO DE ARTE	45	20	-	65
	MPG	MATERIAIS E PROCESSOS GRÁFICOS	45	20	-	65
	MPD	METODOLOGIAS DE PROJETO EM DESIGN	45	20	-	65
	PEX2	PROJETO DE EXTENSÃO 02	-	-	60	60
Total			225	100	60	385
3º	EXG	EXPRESSÃO GRÁFICA	45	20	-	65
	DED	DESIGN EDITORIAL	45	20	-	65
	ELD	ÉTICA E LEGISLAÇÃO EM DESIGN	45	20	-	65
	DIN	DESIGN DE INTERFACES	45	20	-	65
	MKT	MARKETING DIGITAL	45	20	-	65
	PEX3	PROJETO DE EXTENSÃO 03	-	-	60	60
Total			225	100	60	385
4º	EIN	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	45	20	-	65
	MDE	MOTION DESIGN	45	20	-	65
	ESI	ECODESIGN E SUSTENTABILIDADE	45	20	-	65
	DCS	DESIGN, CULTURA E SOCIEDADE	45	20	-	65
	PED	PROJETO EXPERIMENTAL EM DESIGN GRÁFICO	45	20	-	65
	TCC	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	40	20	-	60
Total			265	120	180	385
		ATIVIDADES ACADÊMICAS-CIENTÍFICAS-CULTURAIS	40	-	-	40
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA TOTAL DO CURSO			1000	420	180	1600
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS						

	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	-	40	-	40
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (OBRIGATÓRIA + OPTATIVA)		1000	460	180	1640

b) Representação Gráfica do Processo Formativo



c) Ementário

Cód.		Componente Curricular				
AEA		AMBIENTAÇÃO EM AVA				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
10	10	0	0	20	20	1
Ementa						
Noções sobre a Plataforma Moodle e o Ambiente Virtual de Aprendizagem: Ferramentas do AVA. Trabalho com fórum, Chat, Glossário, Questionários e Wiki. Envio de mensagem no Fórum. Resposta a questionários. Envio de Texto on-line. Envio de Arquivo único. Acesso e envio de mensagens e resposta e e-mail. Respostas a jogos. Edição de Glossário. Verificação de notas. Funcionalidades de acesso e participação em orientações pelo google meet. Acesso ao SUAP. Registro de chamados. Extração de documentos no SUAP.						
Bibliografia Básica						
LIMA, A. A. Fundamentos e Práticas na EaD . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Universidade Federal de Mato Grosso / Cuiabá-MT: Rede e-Tec, 2012. 62p. MAIA, C.; MATTAR, J. ABC da EaD : a educação a distância hoje. SP: Makron Books, 2007. WAGNER, R. Ambientação em educação a distância . Alegrete-RS. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Farroupilha, 2012. 67 p.						
Bibliografia Complementar						
CAMPOS, F. C. A. Cooperação e aprendizagem on-line . Rio de Janeiro: DP & A, 2003. NORTON, P. Introdução a informática . São Paulo: Pearson Makron Books. 1996. MARÇULA, M.; FILHO, P.A. Informática : conceitos e aplicações. São Paulo: Erica, 2005. TORI, R. Educação sem distância : as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora SENAC. 2010. ROSINI, A. M. As novas tecnologias da informação e a educação a distância . São Paulo. Thomson Learning. 2007.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
TEC	TEORIA DA COR					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	35	0	0	65	65	1
Ementa						
Cor e percepção visual. Processos fisiológicos. Princípios básicos da física da cor. Cor-Luz e cor-pigmento. Esquemas de composição cromática: harmonias e contrastes. Sistemas de cores: CMYK, RGB, HSB, PANTONE, características e usos. A cor em displays. Cor de processo e cor especial. O uso da cor no design. A cor no processo de projeto: conceituação x especificação.						
Bibliografia Básica						
FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. Psicodinâmica das Cores em Comunicação . São Paulo: Blucher, 2011.						
PEDROSA, Israel. Da Cor à Cor Inexistente . 10 ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010.						
WONG, Wucius. Princípios de forma e desenho . São Paulo: Martins Fontes, 2010.						
Bibliografia Complementar						
BARROS, Lilian Ried Miller. A cor no processo criativo : um estudo sobre a Bauhaus e a teoria de Goethe. São Paulo: Ed. SENAC, 2011.						
CHING, Francis D. K. e JUROSZEK, Steven P. Representação gráfica para desenho e projeto . São Paulo: Gustavo Gili, 2011.						
MUNARI, Bruno. Design e comunicação visual . São Paulo: Martins Fontes, 2009.						
SILVEIRA, Luciana Martha. Introdução à teoria da cor . Curitiba: UTFPR, 2011.						
MARCHI, Sandra Regina. E por falar em cor, um pouco de teoria . 1. ed. Curitiba: Intersaber, 2022.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular				
CGR		COMPUTAÇÃO GRÁFICA				
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	35	0	0	65	65	1
Ementa						
Elementos Básicos do Desenho: Ponto, linha, plano, forma, luz e sombra, proporção, espaço, Projeções e perspectivas; Introdução ao Desenho Vetorial: Interface e ferramentas básicas de software vetorial, Criação e edição de formas básicas, Cores, texturas e padronagem; Introdução ao Software de Edição de Imagem: Interface e ferramentas básicas do software de edição de imagens, formatos e extensões básicas (jpg, gif, png, eps, tiff), Vetor e bitmap, Rasterização e vetorização; Princípios Básicos de Manipulação de Imagens: Trabalho com camadas, Ferramentas de seleção, Canais de cor, Matiz e saturação, Máscara e recorte de imagens, Correção de manchas e de cores, Coloração de fotos; Técnicas Avançadas de Edição: Mockups, Fotocomposição, colagens e montagens; Fechamento de arquivo.						
Bibliografia Básica						
MARTINS, Nelson. A imagem digital na editoração: manipulação, conversão e fechamento de arquivos. Rio de Janeiro: SENAC, 2009. DEL VECHIO, Gustavo. Adobe Illustrator CS4: o design em suas mãos. São Paulo: Érica, 2011. DEL VECHIO, Gustavo. Design gráfico com Adobe Illustrator. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.						
Bibliografia Complementar						
ANDRADE, Marcos Serafim de. Adobe Photoshop CS4. São Paulo: SENAC, 2009. BALDACCI, Janaína Cesar de Oliveira. Design gráfico e integração com Autodesk 3ds max 2010 e Adobe Photoshop CS4 Extended. São Paulo: Érica, 2009. TANAKA, Edson. Adobe Illustrator Cs. Editora Campus, 2004. PRIMO, Lane. Estudo Dirigido de Adobe Photoshop CS4. São Paulo : Érica, 2010. HORIE, Ricardo Minoru; OLIVEIRA, Ana Cristina Pedrozo. Crie projetos gráficos com Photoshop CS5, CorelDRAW X5 e InDesign CS5 em Português. São Paulo: Érica, 2010.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
PEF	PRODUÇÃO E EDIÇÃO FOTOGRÁFICA NO DESIGN					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
25	40	0	0	65	65	1
Ementa						
A História da fotografia. Aspectos da linguagem fotográfica. Técnica em fotografia: enquadramento, composição e olhar fotográfico. Instrumentalização para o uso de câmera fotográfica, celular e acessórios. Iluminação em fotografia. Fotografia publicitária: aspectos e técnicas de pré e pós-produção. Prática em fotografia com a utilização de softwares de edição de imagens.						
Bibliografia Básica						
ANG, Tom. Fotografia digital : uma introdução. 3.ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2007. MUSSE, Mariana Ferraz. Narrativas fotográficas no Instagram : autorrepresentação, identidades e novas sociabilidades. Florianópolis-SC: Editora Insular, 2017. SONTAG, Susan. Sobre fotografia . Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.						
Bibliografia Complementar						
FATORELLI, Antônio. Fotografia contemporânea : entre o cinema, o vídeo e as novas mídias. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013. GONZALEZ, Rafael C. Processamento de imagens digitais . São Paulo: AddisonWesley, 1993. GURAN, Milton. Linguagem fotográfica e informação . Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1999. KUBRUSLY, Cláudio A. O que é fotografia . 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. RAMALHO, José Antonio. Fotografia digital . Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
HAD	HISTÓRIA DA ARTE E DO DESIGN GRÁFICO					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
35	30	0	0	65	65	1
Ementa						
Estudo da história da arte e do design gráfico em seus contextos sociais, culturais, políticos, tecnológicos e econômicos. As relações entre arte, artesanato, industrialização e design. Arte moderna, vanguardas artísticas e o design moderno. Arte contemporânea e design na era digital. Tópicos da arte e do design brasileiro com ênfase nas contribuições afro-brasileiras, africanas e indígenas, na formação da identidade cultural e no reconhecimento do design nacional. Reflexões sobre acessibilidade, diversidade cultural e inclusão social no uso de materiais e processos, valorizando também contribuições afro-brasileiras, africanas e indígenas na cultura material e gráfica.						
Bibliografia Básica						
ARCHER, Michael. Arte Contemporânea : uma história concisa. 2ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2012. MELO, Chico Homem de; RAMOS, Elaine (Org.). Linha do tempo do design gráfico no Brasil . São Paulo, SP: Cosac Naify, 2011 CARDOSO, Rafael. Uma introdução à história do design . 3Ed. São Paulo, SP: Blucher, 2008.						
Bibliografia Complementar						
BORGES, Adélia. Design + artesanato : o caminho brasileiro. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. CANTON, Katia. Do Moderno ao contemporâneo . São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2009. DOMINGOS, Diana. (Org.) A arte no Século XXI : a humanização das tecnologias . São Paulo, SP: Fundação da Editora da UNESP, 1997. FORTY, Adrian. Objetos de desejo : design e sociedades de 1750. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2007. JANSON, H.W. Historia general del arte : el mundo moderno . Madrid: Alianza Editorial, 1991.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
TCO	TEORIA DA COMUNICAÇÃO					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40	25	0	0	65	65	1
Ementa						
Comunicação Multimodal em Design. A natureza polissensorial e sinestésica dos modos comunicacionais. Múltiplas linguagens. Exercícios práticos de produção de sentidos. Princípios e condições de efetividade do potencial comunicativo do design. Fundamentos de teorias de sistemas da comunicação, da informação, da recepção e percepção dos signos, como organizadores do pensamento e da retórica discursiva do design.						
Bibliografia Básica						
GOMES FILHO, João. Gestalt do objeto . São Paulo: Escrituras Editora, 2009. MACHADO, Irene de Araújo. Semiótica da cultura e semiosfera . São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006. MARTINO, Luis Mauro Sá. Teoria da comunicação : Ideias, conceitos e métodos. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.						
Bibliografia Complementar						
KOZMA, Eliana Vianna Brito. PUZZO, Miriam. Bauab (orgs.). Múltiplas linguagens : discurso e efeito de sentido. Campinas: Pontes Editores, 2017. REIS, Simone. Da percepção ao pensamento crítico : análises multimodais em leituras resistentes do cotidiano. Campinas: Pontes Editores, 2016. COHEN, Renato. Performance Como Linguagem . São Paulo: Perspectiva, 2013. FERRARA, Lucrécia DAlessio. Comunicação, mediações, interações . São Paulo: Paulus Editora, 2015. SCHECHNER, Richard. Performance e Antropologia . Rio de Janeiro: Mauad, 2012.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
PEX1	PROJETO DE EXTENSÃO 01					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
0	0	0	60	60	60	1
Ementa						
Abordagens filosóficas nas questões envolvendo a concepção e o projeto de Design. Oferecer instrumentos de análise e crítica sobre os problemas teóricos do Design, em especial da Comunicação Visual. Conhecer e desenvolver repertório teórico para embasamento da prática profissional.						
Bibliografia Básica						
CARDOSO, Rafael. Design para um mundo complexo . São Paulo: Cosac Naify, 2011. COELHO NETTO, J. Teixeira. Semiótica, informação e comunicação . São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001. FLUSSER, Vilém. O mundo codificado . Por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.						
Bibliografia Complementar						
MUNARI, Bruno. Comunicação Visual. Design e Comunicação Visual . São Paulo: Martins Fontes, 1981. BACELAR, Jorge. Linguagem da visão . Lisboa: Revista Recensio, 1998. BERGER, John. Modos de ver . Rio de Janeiro: Rocco, 1999. CARDOSO, Rafael. Uma introdução à história do design . São Paulo: Edgard Blücher, 2004. CÔRTE-REAL, Eduardo. À procura de uma Designologia, ou Ciência do Design . Notas sobre um texto de Nelson Goodman. Arcos Design, v. 4, p. 57-67, 2009.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular					
TIP		TIPOGRAFIA					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo	
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total			
40	25	0	0	65	65	2	
Ementa							
Conceitos básicos, história e evolução. Anatomia da fonte e famílias tipográficas. Nomenclatura e classificação dos tipos. Fundamentos da composição tipográfica. Legibilidade e leitabilidade. A tipografia nos meios impresso e digital.							
Bibliografia Básica							
BRINGHURST, Robert. Elementos do estilo tipográfico : versão 3.2. Tradução de André Stolarski. 2. ed. São Paulo: Cosac Nayfy, 2011.							
LUPTON, Ellen. Pensar com tipos : guia para designers, escritores, editores e estudantes. Tradução de André Stolarski. São Paulo: Cosac Nayfy, 2006.							
NIEMEYER, Lucy. Tipografia : uma apresentação. Rio de Janeiro: 2AB Editora, 2000.							
Bibliografia Complementar							
CATAFAL, Jordi; OLIVA, Clara. A gravura . Barcelona: Estampa, 2003.							
COLARO, Antonio Celso. Produção visual e gráfica . São Paulo: Summus, 2005.							
DA FONSECA, Joaquim. Tipografia & Design gráfico : Design e produção de impressos e livros. Bookman Editora, 2009.							
FARIAS, Priscila L. Tipografia Digital . O impacto das novas tecnologias. Rio de Janeiro: Ed. 2AB, 1998.							
FERLAUTO, Claudio. O livro da gráfica . Rosari, 2001.							
GRUSZYNSKI, A. C. Do invisível ao ilegível . Rio de Janeiro: 2AB, 2000.							
PRING, Roger. WWW.tipografia : 300 desenhos tipográficos para sítios web. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.							
WILLBERG, Hans Peter; FORSSMAN, Friedrich. Primeiros Socorros em Tipografia . São Paulo: Rosari, 2007.							

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular					
MBI		MARCA, BRANDING E IDENTIDADE VISUAL					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo	
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total			
30	35	0	0	65	65	2	
Ementa							
História da identidade visual. Marca. Identidade visual: conceito, terminologia e metodologias. Símbolo: psicologia da forma, composição e cor. Manual de identidade visual. Naming e Branding. Análise de identidade visual. Orçamento: custos e prazo. Direitos autorais e de imagem. Reflexões sobre acessibilidade, diversidade cultural e inclusão social no uso de materiais e processos, valorizando também contribuições afro-brasileiras, africanas e indígenas na cultura material e gráfica.							
Bibliografia Básica							
CAMEIRA, Sandra Ribeiro. Branding + design : a estratégia na criação de identidades de marca. São Paulo: Senac, 2016.							
CARDOSO, Rafael; RAINHO, Maria do Carmo Teixeira; HEYNEMANN, Claudia B. Marcas do progresso : consumo e design no brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Maud, Arquivo Nacional, 2009.							
CONSOLO, Cecilia. Marcas - Design Estratégico : do Símbolo à Gestão da Identidade Corporativa. São Paulo: Blucher, 2015.							
COSTA, Joan. A imagem da marca . Um fenômeno social. São Paulo: Edições Rosari, 2008.							
HEALEY, Mattew. Design de Logotipos . Mais de 300 Cases Internacionais Desconstruídos e Analisados. São Paulo: Rosari, 2012.							
MUNHOZ, Daniella Michelena. Manual de Identidade Visual Guia Para Construção . Rio de Janeiro: 2AB, 2009.							
PEON, MARIA LUISA. Sistemas de Identidade Visual . São Paulo: Ed. 2AB, 2003.							
WHEELER, Alina. Design de Identidade da Marca : Guia Essencial para Toda a Equipe de Gestão de Marcas. São Paulo: Bookman, 2012.							
Bibliografia Complementar							
CARDOSO, Rafael. Impresso No Brasil - 1808-1930 - Destaques da História Gráfica no acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.							
CHAMMA, Norberto; PASTORELO, Pedro D. Marcas & sinalização : Prática em design corporativo. São Paulo: Senac, 2007.							
DONDIS, Donis A. A Sintaxe da Linguagem Visual . São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991.							
FRUTIGER, Adrian. Sinais & Símbolos . Desenho, projeto e significado. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2001.							
GUILLERMO, Álvaro. Branding : Design e estratégias de marcas. São Paulo: Ed. A Girafa, 2008.							
KLEIN Naomi. Sem Logo : a tirania das marcas em um planeta vendido. Edições Record, Rio de Janeiro, 2002.							
MUNARI, Bruno. Design e Comunicação Visual . São Paulo: Ed. Martin Fontes, 2006.							
STRUNCK, Gilberto. Como criar Identidades Visuais para Marcas de Sucesso . Rio de Janeiro: Rio Books, 2007.							
VILLAS BOAS, André. Identidade e Cultura . Rio de Janeiro: 2AB, 2003.							

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular					
DDA		DIREÇÃO DE ARTE					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo	
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total			
30	35	0	0	65	65	2	
Ementa							
Funções do Diretor de Arte. Planejamento e Criação. Linguagem Visual. Criação Visual para Mídias. Teorias e Técnicas de Criação e Inovação. Criatividade Aplicada ao Design. Ordenações Perceptivas e Apreensões Sensoriais. Técnicas de Elaboração de Layout e Arte Final. Campanhas Publicitárias e Branding.							
Bibliografia Básica							
COLLARO, Antonio Celso. Produção gráfica: arte e técnica na direção de arte. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2012.							
BERTOMEU, João Vicente Cegato. Criação na Propaganda Impressa. 3. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.							
VAZ, Adriana; SILVA, Rossano. Fundamentos da linguagem visual. 1. ed. Curitiba: Intersaber, 2016.							
Bibliografia Complementar							
BARRETO, Roberto Menna. Criatividade em Propaganda. 12.ed. São Paulo: Summus, 1982.							
DUAILIBI, Roberto; SIMONSEN, Harry. Criatividade e Marketing. São Paulo: Makron Books, 2009.							
ARNHEIM, Rudolf. Arte e Percepção Visual: Uma Psicologia da Visão Criadora. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998.							
BARRETO, Roberto Menna. Criatividade no trabalho e na vida. São Paulo: Summus, 2013.							
OSTROWER, Fayga. Criatividade e Processos de Criação. 24.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.							
SANT'ANNA, Armando. Propaganda: Teoria, Técnica e Prática. 8.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008.							
VESTERGAARD, Torben. A linguagem da Propaganda. São Paulo: Martins Fontes, 2004.							
NEUMEIER, Marty. A empresa orientada pelo Design: Como construir uma cultura de inovação permanente. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.							
PHILLIPS, Peter L. Briefing: a gestão do projeto do design. 2. ed. São Paulo, SP: Blücher, 2015.							
SEDDON, Tony. Imagens: um fluxo de trabalho digital criativo para designers gráficos. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.							
VASSÃO, Caio Adorno. Metadesign: ferramentas, estratégias e ética para a complexidade: o metadesign é um meio de se construir a simplicidade a partir da complexidade. São Paulo, SP: Blücher, 2010.							

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
MPG	MATERIAIS E PROCESSOS GRÁFICOS					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
35	30	0	0	65	65	2
Ementa						
Estudo dos materiais e processos gráficos aplicados à produção visual. Relação entre suporte, tecnologia e linguagem no design gráfico. Tipos de papéis, tintas e substratos, suas propriedades e aplicações. Sistemas e técnicas de impressão tradicionais e digitais. Acabamentos, formatos e padrões técnicos. Sustentabilidade ambiental nos processos gráficos, com ênfase na redução de impactos ecológicos e no reaproveitamento de materiais. Reflexões sobre acessibilidade, diversidade cultural e inclusão social no uso de materiais e processos, valorizando também contribuições afro-brasileiras, africanas e indígenas na cultura material e gráfica.						
Bibliografia Básica						
VILLAS-BOAS, André. Produção gráfica para designers . 3. ed. Teresópolis: 2AB, 2010. BAER, Lorenzo. Produção gráfica . São Paulo: Ed. Senac, 2005. BANN, David. Novo Manual de Produção Gráfica . Edição revisada e atualizada. São Paulo: Bookman, 2012.						
Bibliografia Complementar						
ARBOLAVE, Cecilia. O livro de fazer livros: produção gráfica para edições independentes - São Paulo: Lote 42, 2024. CAMARGO, Mário de. Gráfica: Arte e indústria no Brasil, 180 anos de história . São Paulo: Bandeirantes / Edusc, 2003. CRAIG, James. Produção Gráfica . São Paulo: Nobel, 1987. FERLAUTO, Claudio. O tipo da gráfica, uma continuação . Ed. Rosari, 2002. PORTA, Frederico. Dicionário de artes gráficas . Porto Alegre: Editora O Globo, 1958. RIBEIRO, Milton. Planejamento visual gráfico . 8. ed. Brasília: Linha Gráfica, 2003. GATTER, Mark. Produção Gráfica para Designers . Cotia: Ateliê Editorial, 2016. CAPELASSO, Evandro Luiz. Produção Gráfica: do projeto ao produto . Editora SENAC, 2018.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
MPD	METODOLOGIAS DE PROJETO EM DESIGN					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40	25	0	0	65	65	2
Ementa						
Estudo e exploração das questões sobre metodologia da pesquisa no universo das disciplinas humanas e tecnológicas, com ênfase nas especificidades do processo de design enquanto princípio metodológico científico, incluindo: princípios e métodos de pesquisa acadêmica, formulação de problemas metodológicos e desenvolvimento de trabalho experimental.						
Bibliografia Básica						
BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . 2a. ed. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.						
BOAVENTURA, E. M. Metodologia da pesquisa . São Paulo: Atlas, 2004.						
BONSIEPE, G.; CROSS, N.; BUCHANAN, R. Design research now: essays and selected projects . Board of International Research in Design. Basileia: Birkhäuser, 2007.						
Bibliografia Complementar						
MORAES, A. Pesquisa em design: tecnologia e métodos científicos; conhecimento, ciência, técnica e tecnologias (1) . In: Anais P&D Design 94, v. 2, n. 2. Rio de Janeiro: Aend e Estudos em Design, 1994.						
_____. Pesquisa em design: tecnologia e métodos científicos (2) . In: Anais P&D Design 94, v. 2, n. 2. Rio de Janeiro: AEND e Estudos em Design, 1994.						
_____. Contribuição da pesquisa em ergonomia para o design de produtos, informação, interfaces da interação homem-computador e espaços arquiteturais . In: Anais P&D Design 94, v. 2, n. 2. Rio de Janeiro: AEND e Estudos em Design, 2002.						
O'GRADY, J. V.; O'GRADY K. V. A designer's research manual . Beverly (Massachusetts): Rockport, 2006.						
SILVERMAN, D. Interpreting qualitative data . 4ª ed. Londres: SAGE, 2011.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
PEX2	PROJETO DE EXTENSÃO 02					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
0	0	0	60	60	60	2
Ementa						
Design e interdisciplinaridade. Planejamento, Projeto e Desenvolvimento. Processo e Metodologia de projeto. Projeto direcionado para pesquisa, estudos e análises em torno de questões relativas às ênfases. Desenvolvimento e detalhamento. Organização, documentação e comunicação do processo de projeto e seus resultados.						
Bibliografia Básica						
COUTO, Rita Maria de Souza; FARBIARZ, Jackeline Lima; NOVAES, Luiza; OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de. Formas do Design. Por Uma Metodologia Interdisciplinar. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014.						
LORGUS, Alexandra Luiza.; ODEBRECHT, Clarisse. Metodologia de Pesquisa Aplicada ao Design. Blumenau: Edifurb, 2011.						
MANZINI, Ezio. Design: quando todos fazem Design: uma introdução ao design de inovação social. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2017.						
Bibliografia Complementar						
FUKS, Hugo; PIMENTEL, Mariano. Sistemas Colaborativos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.						
INGOLD, Tim. Estar Vivo - Ensaios sobre o Movimento, Conhecimento e Descrição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.						
LUPTON, Ellen. Intuição ação criação: Graphic Design Thinking. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.						
BONSIEPE, Gui. Design, cultura e sociedade. São Paulo: Ed. Blucher, 2011.						
WARBURTON, Nigel. Pensamento Crítico de A a Z. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2011.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
EXG	EXPRESSÃO GRÁFICA					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	35	0	0	65	65	3
Ementa						
Semiótica aplicada ao design: teoria dos signos, sintaxe visual e processos de significação. Técnicas de expressão e representação gráfica manual e digital. Design de superfície: padrões, módulos, rapportos e estampas para diversos suportes. Design de embalagem: projeto gráfico, hierarquia visual e aspectos técnicos de produção. Sinalização e wayfinding: sistemas de orientação espacial, pictogramas e design gráfico-ambiental. Ilustração, lettering e integração entre criação e produção. Reflexões sobre acessibilidade, diversidade cultural e inclusão social no uso de materiais e processos, valorizando também contribuições afro-brasileiras, africanas e indígenas na cultura material e gráfica.						
Bibliografia Básica						
DONDIS, Donis A. Sintaxe da Linguagem Visual . São Paulo: Martins Fontes, 2007. SANTAELLA, Lucia. Semiótica Aplicada . São Paulo: Cengage Learning, 2002. NEGRÃO, Celso; CAMARGO, Eleida. Design de Embalagem : do marketing à produção. São Paulo: Novatec, 2008. WONG, Wucius. Princípios de Forma e Desenho . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. MEGGS, Philip B.; PURVIS, Alston W. História do Design Gráfico . São Paulo: Cosac Naify, 2009.						
Bibliografia Complementar						
CARDOSO, Rafael. Uma Introdução à História do Design . 3. ed. São Paulo: Blücher, 2008. RÜTHSCHILLING, Evelise Anicet. Design de Superfície . Porto Alegre: UFRGS, 2008. CHAMMA, Norberto; PASTORELO, Pedro. Marcas & Sinalização : práticas em design corporativo. São Paulo: Senac, 2007. GOMES FILHO, João. Gestalt do Objeto : sistema de leitura visual da forma. São Paulo: Escrituras, 2008. SCHWARTZ, Ada Raquel (Org.). Design de Superfícies : Da Teoria à Práxis. Belo Horizonte: EdUFMG, 2022. D'AGOSTINI, Douglas. Design de Sinalização . São Paulo: Blucher, 2017. AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. Impressão e Acabamento . Porto Alegre: Bookman, 2009.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular					
DED		DESIGN EDITORIAL					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo	
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total			
35	30	0	0	65	65	3	
Ementa							
Projetos editoriais com o estudo de diferentes objetos do segmento como: periódicos, livros, institucionais, revistas e catálogos. Tecnologias que dão suporte à publicação na internet e à produção do livro digital (e-books). Estudo do planejamento gráfico e desenvolvimento de publicações. Experimentação em design editorial com a prática em programas de editoração. Projeto gráfico completo para uma publicação (livro, revista, catálogo etc). Publicações digitais: O processo na criação e desenvolvimento dos trabalhos digitais.							
Bibliografia Básica							
AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. Grids : s.m estrutura ou padrão de linhas usado para orientar o posicionamento dos elementos de um design. Porto Alegre: Bookman, 2009. 176p.							
LUPTON, Ellen. A produção de um livro independente Indie Publishing : um guia para autores, artistas e designers. São Paulo: Edições Rosari, 2011.							
SAMARA, Timothy. Guia de design editorial : manual prático para o design de publicações. Tradução: Mariana Bandarra. Porto Alegre: Bookman, 2011.							
Bibliografia Complementar							
FACETT-TANG, Roger (Ed.). O livro e o designer I : embalagem, navegação, estrutura e especificação. São Paulo: Edições Rosari, 2007. 192 p.							
DOUGHERTY, Brian. Design gráfico sustentável . São Paulo: Rosari, 2011. 183 p.							
FERLAUTO, Claudio; JAHN, Heloisa. A gráfica do livro : o livro da gráfica. 3. ed. São Paulo: Edições Rosari, 2001.96 p.							
HASLAM, Andrew. O livro e o designer II : como criar e produzir livros. 2. ed. São Paulo: Edições Rosari, 2010. 256 p.							
HENDEL, Richard. O design do livro . São Paulo: Atelie Editorial, 2003. 224 p.							
LUPTON, Ellen. Pensar com tipos : Guia para designers, escritores, editores e estudantes. São Paulo: Cosac e Naify, 2006. 181p.							
RIBEIRO, Ana Paula. MARQUES, Karoline; SASSAKI, Rafaela. O essencial do Design Editorial . São Paulo: UBU, 2016. Disponível em: https://issuu.com/rafaelasassaki/docs/issuu							

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
ELD	ÉTICA E LEGISLAÇÃO EM DESIGN					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40	25	0	0	65	65	3
Ementa						
Ética e design. Código de ética profissional. Conceitos fundamentais da propriedade intelectual no âmbito nacional e internacional. Conhecimento, análise e avaliação das leis de proteção ao design, o direito do designer como autor, criador ou inventor. Contratos e sistemas de custos, formas de contratação e remuneração do designer nas diversas áreas de atuação. Introduzir o discente aos conceitos fundamentais dos preceitos éticos de sua profissão, com o intuito de prepará-lo para os desafios do mercado de trabalho. Reflexões sobre acessibilidade, diversidade cultural e inclusão social no uso de materiais e processos, valorizando também contribuições afro-brasileiras, africanas e indígenas na cultura material e gráfica.						
Bibliografia Básica						
STRUNCK, Gilberto. Viver de Design . Rio de Janeiro: 2AB Editora, 2004. BITTAR, Carlos Alberto. Direito de Autor . 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. CARBONI, Guilherme Capinzaiki. O Direito de Autor na Multimídia . São Paulo: QuartierLatin, 2003.						
Bibliografia Complementar						
ABRÃO, Eliane Y. Direitos de Autor e Direitos Conexos . São Paulo: Editora do Brasil, 2002. CUNHA. Frederico Carlos da. A proteção legal do Design . Rio de Janeiro. Lucerna. 2003. COMPARATO, Fábio Konder. Ética, direito, moral e religião no mundo moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 2006. FRAGOSO, João Henrique da Rocha. Direito autoral: da antiguidade à internet . São Paulo: Quartier Latin, 2009. FÜHRER, Maximilianus; MILARÉ, Édis. Manual de direito público e privado . São Paulo: RT, 2011. MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlos Frederico. Bens culturais e sua proteção jurídica . 3. ed. Curitiba: Juruá, 2011.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
DIN	DESIGN DE INTERFACES					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	35	0	0	65	65	3
Ementa						
Caracterização das interfaces computacionais: histórico e definição. Elementos de interação e metodologia de projeto de interface. Design de interação e design de interfaces. O processo na criação e desenvolvimento dos trabalhos digitais. Design UX e UI, webdesign, mídias digitais. Inovação e novas tecnologias. Tipografia digital e cores para interfaces digitais. Prototipação de blogs, sites, perfis e aplicativos. Desenvolvimento de projetos de computação gráfica.						
Bibliografia Básica						
WIEDEMANN, Julius (Ed.). Web design : studios 2. Itália: Taschen, 2017. TERUEL, Evandro Carlos. Web total : desenvolva sites com tecnologias de uso livre : prático e avançado. 1. ed. São Paulo: Érica, 2009. ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen; PREECE, Jennifer. Design de interação : além da interação humano-computador. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.						
Bibliografia Complementar						
TOCCI, Ronald J; WIDMER, Neal S; MOSS, Gregory L. Sistemas digitais: princípios e aplicações . 11. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011. MAGRANI, Eduardo. A internet das coisas . Rio de Janeiro: FGV, 2018. MEMÓRIA, Felipe. Design para a internet : projetando a experiência perfeita. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. RUBIN, J.; CHISNELL, D.; SPOOL, J. Handbook of Usability Testing : How to Plan, Design, and Conduct Effective Tests. Wiley, 2 edition, 2008. CYBIS, W.; BETIOL, A. H.; FAUST, R. Ergonomia e usabilidade : conhecimentos, métodos e aplicações. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Novatec, 2015. 488 p.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
MKT	MARKETING DIGITAL					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
40	25	0	0	65	65	3
Ementa						
Conceitos e técnicas fundamentais do marketing. O ambiente de marketing, suas variáveis e mudanças. O sistema de marketing. Análise SWOT. Segmentação de mercado. O composto de marketing. Ciclo de vida dos produtos CVP e Matriz BCG. Marketing promocional, merchandising e exibitética. Pesquisa de Mercado. Brand, Branding e Brand Equity. Noções de comportamento do consumidor. Influência do design na propaganda e na criação de valor para o consumidor. Conceito de Marketing digital.						
Bibliografia Básica						
KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan ; SETIAWAN, Iwan. Marketing 3.0 - As Forças que Estão Definindo o Novo Marketing Centrado no Ser Humano. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010. KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan ; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0 - Do Tradicional ao Digital. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2017. BASTA, Darci. Fundamentos de Marketing . Editora FGV, 2015. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. Administração de Marketing . São Paulo: Editora Pearson, 2013. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de Marketing: Conceitos, Planejamento e Aplicações à Realidade Brasileira . São Paulo: Editora Atlas, 2012.						
Bibliografia Complementar						
CASTIGLIONI, Ligia. Comunicação e Marketing empresarial . Série Eixos. São Paulo: Editora Erica, 2014. CHURCHILL JR, Gilbert A; PETER J. Paul. Marketing: Criando Valor para os Clientes . São Paulo: Editora Saraiva, 2000. CROCCO et al. Decisões de Marketing - Os 4 Ps - Coleção de Marketing – v.2, 3.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Serviços . São Paulo: Editora Atlas, 2012. ZENONE, Luiz Cláudio. Marketing de Relacionamento: Tecnologia, Processos e Pessoas . São Paulo: Editora Atlas, 2010.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
PEX3	PROJETO DE EXTENSÃO 03					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
0	0	0	60	60	60	3
Ementa						
Teoria e prática de laboratório. Práticas em processos funcionais, expressivos e técnicos do artefato. Materiais e sistemas de produção. Desenvolvimento de responsabilidade ética e socioambientais.						
Bibliografia Básica						
BLOCK, Bruce. A Narrativa Visual . Amsterdam: Elsevier, 2010. COUTO, Rita Maria de Souza; FARBIARZ, Jackeline Lima; NOVAES, Luiza; OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de. Formas do Design . Por Uma Metodologia Interdisciplinar. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014. HUIZINGA, Johan. Homo Ludens . São Paulo: Perspectiva, 2019.						
Bibliografia Complementar						
NUNES, Benedito. O tempo na narrativa . São Paulo: Edições Loyola, 2010. PRENSKY, Marc. Não me atrapalhe, mãe! Eu estou aprendendo. São Paulo: Phorte, 2010. XAVIER, Guilherme. A condição eletrolúdica: a cultura visual nos jogos eletrônicos . Teresópolis: Novas ideias, 2010. LIDWELL, William.; HOLDEN, Kristina.; BUTLER, Jill. Princípios Universais do Design . Porto Alegre: Bookman, 2011. CARDOSO, Rafael. O design brasileiro antes do design . São Paulo: Blucher, 2008.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
EIN	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
35	30	0	0	65	65	4
Ementa						
Análise contextual do empreendedorismo no Brasil. Aspectos da prática profissional. Perfil empreendedor. Identificação e análise de oportunidades. Modelos ágeis de negócios. Inovação e tipos de ativos de Propriedade Intelectual (PI). Marcas e patentes. Busca de patentes. Validação de ideias e MPV (Mínimo Produto Viável). Pitch. Startups e incubadoras.						
Bibliografia Básica						
DORNELAS, José Carlos Assis. Plano de negócios: seu guia definitivo : o passo a passo para você planejar e criar um negócio de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.						
OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. Business Model Generation : inovação em modelos de negócios : um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.						
HISRICH, Robert D; PETERS, Michael P; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo . 9. ed. Porto Alegre: AMGH Ed., 2014.						
Bibliografia Complementar						
ALMEIDA, Diego Perez de; DEL MONDE, Isabela Guimarães; PINHEIRO, Patricia Peck (Coord.). Manual de Propriedade Intelectual - Unesp/NEaD – 2013. Disponível em: < https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65802?locale=es_ES >. Acesso em: 01 dez. 2023.						
DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2014.						
JUGEND, Sérgio Luis da Silva. Inovação e desenvolvimento de produtos práticas de gestão e casos brasileiros . Rio de Janeiro LTC 2013.						
KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 3.0 : as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.						
TAJRA, Sanmya Feitosa. Empreendedorismo : conceitos e práticas inovadoras. São Paulo: Érica, 2014.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.		Componente Curricular					
MDE		MOTION DESIGN					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo	
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total			
30	35	0	0	65	65	4	
Ementa							
Breve história do desenho animado e do motion design. Introdução aos princípios fundamentais da animação e sua aplicação nos processos de pré-produção, produção e pós-produção de peças animadas. Animação gráfica aplicada a tipografia e formas. Estudos de casos de filmes, vinhetas, aberturas e peças publicitárias em motion design. Inovação e novas tecnologias aplicadas ao motion design.							
Bibliografia Básica							
SOARES, Wellington. Motion graphics . 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021.							
ALVES, Marcia Nogueira; ANTONIUTTI, Cleide Luciane; FONTOURA, Mara. Mídia e produção audiovisual : uma introdução. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.							
BAHIA, Ana Beatriz. História da Animação . Curitiba: InterSaberes, 2021.							
Bibliografia Complementar							
ALMEIDA, Manuel Faria. Cinema e Televisão : Princípios Básicos. Lisboa: TV Guia Editora, 1990.							
COMPARATO, Doc. Da criação ao roteiro : teoria e prática. 5ª ed. São Paulo: Summus, 2018.							
KELLISON, Cathrine. Produção e Direção para TV e Vídeo : Uma Abordagem Prática. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.							
PRIMO, Lane. SIDARTA, Nogueira. Produção Audiovisual - Imagem, Som e Movimento . São Paulo: Editora Érica, 2014.							
BARROS FILHO, Clóvis de. Ética na comunicação . São Paulo: Summus, 2008.							
CARVALHO, Anna Letícia Pereira de. Stop motion . 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022.							

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
ESI	ECODESIGN E SUSTENTABILIDADE					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
35	30	0	0	65	65	4
Ementa						
Estudo das teorias, princípios e conceitos de design sustentável e suas aplicações na metodologia de projeto em design. Análise das dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais e tecnológicas envolvidas no desenvolvimento de produtos e soluções gráficas. Abordagem sobre matérias-primas, processos produtivos e seus impactos energéticos, ambientais e na geração de resíduos, com ênfase em estratégias de redução de impactos, reutilização e economia circular.						
Bibliografia Básica						
KAZAZIAN, T. Haverá a Idade das Coisas Leves - Design e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora Senac, 2009.						
KISIL, Rosana. Elaboração de projetos e propostas para organização da sociedade civil . 3. ed. São Paulo: Global, 2004.						
REIS, Dalcacio. O design de produto na era da sustentabilidade . Koln: Taschen, 2010.						
Bibliografia Complementar						
BICUDO, M.; BRIZA; H. Sociedades sustentáveis . 2. ed. São Paulo: Scipione, 2002. 47 p.						
DIAS, G. Pegada ecológica e sustentabilidade humana : as dimensões humanas das alterações ambientais globais. São Paulo: Gaia, 2002.						
MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. O desenvolvimento de produtos sustentáveis : os requisitos ambientais dos produtos industriais. São Paulo: EDUSP, 2002.						
PORTILHO, F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.						
SACHS, Ignacy. Desenvolvimento : includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
DSC	DESIGN, CULTURA E SOCIEDADE					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
35	30	0	0	65	65	4
Ementa						
Relação entre Design, Cultura e Sociedade. Revolução Industrial e o processo de consolidação da cultura de mercado. As visões da sociologia e da antropologia sobre os processos de consumo. A Cultura como sistema de significação. Os estudos de consumo como objeto da cultura. Consumo e representação. As trocas simbólicas e o imaginário do consumo. Práticas, distinção e hierarquia social através do consumo. Os processos de consumo e a mediação social. Aspectos da cultura brasileira e consumo. Reflexões sobre acessibilidade, diversidade cultural e inclusão social no uso de materiais e processos, valorizando também contribuições afro-brasileiras, africanas e indígenas na cultura material e gráfica.						
Bibliografia Básica						
BONSIEPE, Gui. Design, Cultura e Sociedade . Blucher, 2011. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Zahar. 24a ed., 2009. KRENAK, Ailton. A vida não é útil . São Paulo: Companhia das Letras, 2020.						
Bibliografia Complementar						
COELHO NETO. O que é Indústria Cultural . São Paulo: Brasiliense, 2004. CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e Cidadãos . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. COVALESKI, Rogério. (org.) Da Publicidade ao Consumo: ativismos, reconfigurações, interações . Recife: Editora UFPE, 2020. SUDJIC, D. A linguagem das coisas . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010. DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. O mundo dos bens para uma antropologia do consumo . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. HALL, Stuart. Cultura e representação . Rio de Janeiro - RJ: PUC-Rio-Apicuri, 2016.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
PED	PROJETO EXPERIMENTAL EM DESIGN GRÁFICO					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
35	30	0	0	65	65	4
Ementa						
Relações pessoais, meio, objeto. Usuário como interator. Planejamento, projeto e desenvolvimento. Conceito do objeto/sistema. Processos, métodos e técnicas. Metodologia de projeto. Representação do objeto, prescrições funcionais, comunicação e expressão do processo de projeto. Modelos experimentais. Design centrado no humano.						
Bibliografia Básica						
BROWN, Tim. Design thinking : uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.						
KALBACH, Jim. Mapeamento de experiências . Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.						
LOWDERMILK, Travis. Design centrado no usuário . São Paulo: Novatec, 2013.						
Bibliografia Complementar						
NORMAN, Donald A. O design do futuro . Rio de Janeiro: Rocco, 2010.						
GOMES, Danila; QUARESMA, Manuela. Introdução ao design inclusivo . Curitiba: Appris, 2018.						
UNGER, Russ; CHANDLER, Carolyn. O guia para projetar UX : a experiência do usuário (ux) para projetistas de conteúdo digital. Rio de Janeiro: Alta Books, 2009.						
LUPTON, Ellen. Intuição ação criação : Graphic Design Thinking. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.						
PAZMINO, Ana Veronica. Como se cria : 40 métodos para Design de Produtos. São Paulo: Blucher, 2015.						
SILVA, Fabiana Bigão. Gerenciamento de projetos fora da caixa : fique com o que é relevante. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular					
TCC	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
30	30	0	0	60	60	4
Ementa						
Desenvolvimento de projeto de conclusão de curso na habilitação de design gráfico, em diferentes complexidades e possibilidades. Discussão e orientação dos aspectos de metodologia projetual e das técnicas de apresentação do projeto de conclusão do curso tecnológico, considerando a elaboração do projeto em todas suas etapas metodológicas.						
Bibliografia Básica						
AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. Dicionário visual de design gráfico . Porto Alegre: Bookman, 2009. HESKETT, John. Design . São Paulo: Ática, 2008. COSTA, Joan. A imagem da marca . São Paulo: Rosari, 2008.						
Bibliografia Complementar						
MEGGS, Philip B. História do Design Gráfico . São Paulo: Cosac&Naify, 2009. SAMARA Timothy. Elementos do Design : Guia de estilo Gráfico. Porto Alegre: Bookman, 2010. SAMARA, Timothy. Evolução do design da teoria à prática . Porto Alegre: Bookman, 2010. SCHNEIDER, Beat. Design : uma introdução. São Paulo: Edgard Blücher, 2010. SUDJIC, Deyan. A linguagem das coisas . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

Cód.	Componente Curricular Optativo					
LB	Língua Brasileira de Sinais - Libras					
Carga horária (HR*)					Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
0	0	40	0	40	40	OPTATIVA
Ementa						
Legislação e fundamentos históricos. A cultura surda. Princípios básicos. Estrutura linguística. Mitos sobre língua de sinais. Vocabulário datilológico. Expressões faciais e corporais. Classificadores. Sinais e comunicação: saudações, características pessoais, calendário e tempo, animais, objetos, relações de parentesco, vestimenta, alimentação, numerais, meios de transporte, localidades, profissões, esportes.						
Bibliografia Básica						
FERNANDES, Eulália. Libras em contextos educacionais: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2021. KARNOPP, Lodenir Becker. Aquisição da linguagem de sinais e o desenvolvimento de crianças surdas. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2020 MOURA, Lívia. Educação bilíngue para surdos: fundamentos e práticas. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2022.						
Bibliografia Complementar						
CASTRO, Alberto Rainha; CARVALHO, Ilza, Silva. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais. 4. ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2013 CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãoos. Volume 1: Sinais de A a D. São Paulo, SP: Edusp. 2017 CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãoos. Volume 2: Sinais de E a O. São Paulo, SP: Edusp. 2017. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mãoos. Volume 3: Sinais de P a Z. São Paulo, SP: Edusp. 2017 QUADROS, Ronice Müller de. Libras: ensino, contexto e prática. Florianópolis: EdUFSC, 2020						

* Hora relógio.

** Hora aula de 60 minutos.

d) Terminalidade - Saídas Intermediárias

Este curso não prevê terminalidades intermediárias.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 746, de 2023, em seu art. 2º, constitui-se em atividade acadêmica específica e obrigatória nos cursos de graduação, correspondendo a uma produção acadêmica orientada por um ou mais docentes. O TCC resulta dos conhecimentos adquiridos e acumulados pelos estudantes ao longo do curso e deverá ser desenvolvido nos semestres finais da formação.

No Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico o TCC será realizado no módulo IV, por meio do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso com carga horária de 60 (sessenta) horas, no qual os estudantes serão orientados quanto à definição do tema, à escolha da modalidade do trabalho e à elaboração e apresentação do projeto de TCC.

Poderão ser adotadas como modalidades de TCC, neste curso: monografia; artigo científico (de revisão ou original); relatório técnico e/ou científico; inovação de produto, processo ou serviço; e trabalho de produção audiovisual e/ou artística/cultural. A modalidade a ser adotada será definida para cada ciclo de estudantes concluintes, de forma uniforme. O TCC poderá ser desenvolvido por até até 03 (três) estudantes, independentemente da modalidade escolhida.

A orientação do TCC deverá ser formalizada por meio da abertura de processo eletrônico no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Caberá ao docente orientador, além do acompanhamento acadêmico, o registro e o anexo dos documentos exigidos, tais como: Termo de Aceite, Parecer Avaliativo, Declaração de Inexistência de Plágio, Termo de Autorização para Repositório e atas ou memórias das reuniões de orientação.

O TCC, independentemente da modalidade adotada, deverá ser apresentado perante Banca Examinadora, indicada pelo docente orientador e formalizada pela Coordenação de Curso, constituída por 03 (três) membros, sendo, no mínimo, 02 (dois) docentes, conforme disposto na Seção IV da Organização Didática do IFRR, aprovada pela Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023.

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional no âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico constitui-se como atividade didático-pedagógica integradora, de caráter obrigatório, destinada a articular, de forma indissociável, os conhecimentos científicos, tecnológicos, estéticos e culturais desenvolvidos ao longo do percurso formativo, fundamentando-se nos princípios da educação profissional e tecnológica, especialmente na integração entre teoria e prática, na contextualização dos saberes e na formação humana integral.

Orienta-se por uma postura ativa do estudante, pautada na construção, reconstrução e problematização do conhecimento, superando a fragmentação curricular e promovendo a reflexão crítica sobre os processos produtivos, comunicacionais, sociais, culturais, ambientais e tecnológicos relacionados ao campo do Design Gráfico. Dessa forma, contribui para o desenvolvimento das competências profissionais previstas no perfil do egresso no que concerne à capacidade de criar, planejar, desenvolver e gerenciar projetos de comunicação visual, considerando aspectos técnicos, estéticos, éticos, sociais, ambientais e mercadológicos.

No Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, a prática profissional possui carga horária de 100 (cem) horas e deve permear todos os módulos do curso. Será desenvolvida por meio dos componentes curriculares Computação Gráfica (10 horas) e Produção e Edição Fotográfica no Design (10 horas) no Módulo I; Marca, Branding e Identidade Visual (10 horas) e Materiais e Processos Gráficos (10 horas) no Módulo II; Design Editorial (10 horas) e Marketing Digital (10 horas) no Módulo III; Empreendedorismo e Inovação (20 horas) e Ecodesign e Sustentabilidade (20 horas) no Módulo IV, de modo a assegurar a articulação contínua entre os conhecimentos teóricos e as situações concretas do mundo do trabalho.

As atividades relativas à prática profissional serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares e serão ofertadas pelo Campus e/ou em parceria com outras instituições. São propostas de

atividades de práticas profissionais no Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico:

- Desenvolvimento de projetos (projeto integrador e/ou projeto de intervenção): deverão possibilitar a vivência de situações reais ou simuladas do campo do Design Gráfico, favorecendo a aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos ao longo do curso, bem como o desenvolvimento de competências técnicas, analíticas, éticas e sociais. Dentre as propostas de projetos, poderão ser realizados: Projeto de identidade visual para uma instituição pública, projeto social, evento acadêmico ou iniciativa comunitária, contemplando diagnóstico, conceito, criação e aplicação da marca (criação de conteúdos visuais para mídias digitais alinhados à identidade visual do projeto); Projeto editorial (revista, catálogo, cartilha educativa ou relatório institucional) voltado a demandas informativas, educativas ou culturais; Projeto integrador ou de intervenção com foco em soluções inovadoras para demandas do mercado, do setor público ou do terceiro setor.
- Desenvolvimento de peças gráficas digitais (cartazes, posts para redes sociais, banners ou interfaces simples) a partir de demandas reais ou simuladas de instituições públicas, projetos extensionistas ou organizações sociais.
- Exercícios de adaptação de layouts para diferentes mídias e formatos, considerando princípios de acessibilidade e usabilidade.
- Planejamento, produção e edição de ensaio fotográfico institucional, cultural ou social, voltado à comunicação visual de projetos públicos, campanhas educativas ou ações comunitárias.
- Tratamento e organização de banco de imagens para uso em materiais gráficos e digitais.
- Elaboração de manual básico de identidade visual.
- Análise e simulação de processos de produção gráfica, considerando materiais, acabamentos, custos e sustentabilidade.
- Proposição de soluções gráficas adequadas a diferentes suportes (impressos e digitais).
- Planejamento de campanha de comunicação digital integrada, incluindo definição de público-alvo, objetivos, estratégias e métricas.
- Análise de resultados simulados ou reais, com registro em relatórios técnicos das ações desenvolvidas.
- Desenvolvimento de modelo de negócio ou proposta de serviço em Design Gráfico.
- Visitas técnicas em ambientes profissionais relacionados ao Design Gráfico, tais como gráficas, agências de comunicação, estúdios de design, instituições públicas, organizações sociais, editoras, produtoras culturais e setores de comunicação institucional, visando possibilitar a observação orientada de processos produtivos, fluxos de trabalho, tecnologias empregadas, práticas profissionais, aspectos organizacionais e relações éticas e socioambientais do exercício profissional. As atividades deverão ser previamente planejadas, acompanhadas por docente responsável e registradas em relatório técnico ou diário de bordo, integrando-se aos componentes curriculares correspondentes.

O acompanhamento das atividades de prática profissional será realizado de forma contínua e sistemática pelos docentes responsáveis, considerando a participação, o desempenho e o desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso. Esse acompanhamento poderá ocorrer por meio de orientações presenciais ou mediadas por tecnologias educacionais, registros das atividades desenvolvidas e momentos de socialização e reflexão crítica sobre as experiências vivenciadas. Para fins de avaliação do desempenho técnico e criativo nas práticas profissionais, poderão ser utilizados, de acordo com a natureza da atividade proposta, instrumentos como relatórios técnicos, portfólios, diários de bordo, pareceres, produtos técnicos, apresentações orais/socialização de experiências, seminários, autoavaliação e outros instrumentos definidos pelo docente, assegurando coerência com os objetivos formativos do curso.

10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A articulação entre os conteúdos teóricos e a prática profissional realiza-se de forma transversal ao longo do curso, uma vez que o Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico não prevê a realização de estágio curricular obrigatório.

É facultada ao estudante a realização de estágio curricular não obrigatório. Caso opte por realizá-lo, este deverá ocorrer mediante a formalização de convênio e de termo de compromisso entre o IFRR e as empresas ou instituições concedentes, não sendo computado na carga horária mínima do curso.

O estágio curricular não obrigatório deverá atender às condições legais estabelecidas na Resolução CONSUP/IFRR nº 418/2018, na Resolução CONSUP/IFRR nº 292/2017 e na Organização Didática do IFRR (Resolução CONSUP/IFRR nº 716/ 2023).

11. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

Conforme estabelecido na Resolução CONSUP/IFRR nº 824, de 25 de fevereiro de 2025, as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) têm por objetivo enriquecer o processo de ensino e aprendizagem com atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, representação estudantil e iniciação à docência para complementação da formação profissional, que priorizem a construção de conhecimentos sociais, humanos e culturais.

As AACCs possuem carga horária total de 40 (quarenta) horas e deverão ser desenvolvidas dentro do prazo de integralização do curso, sendo obrigatória, para fins de obtenção do diploma, a validação do cumprimento da carga horária prevista na estrutura curricular.

As atividades poderão ser realizadas nas modalidades presencial e/ou a distância, no âmbito do IFRR ou em organizações públicas ou privadas que possibilitem a complementação da formação acadêmica e profissional do estudante.

Os critérios referentes à avaliação, pontuação, validação e averbação das AACCs encontram-se definidos na Resolução CONSUP/IFRR nº 824, de 25 de fevereiro de 2025, ou em legislação que venha a substituí-la.

12. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

As atividades didático-pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, registradas nos planos de ensino dos docentes, serão desenvolvidas com o objetivo de articular a relação entre teoria e prática, de modo a consolidar a aprendizagem técnica e promover o enriquecimento sociocultural dos estudantes. Além das aulas regulares, serão desenvolvidas atividades práticas, visitas técnicas e atividades e/ou eventos de cunho científico, cultural, social e esportivo, tais como palestras, seminários, minicursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras e exposições, entre outros.

As atividades integradas entre componentes curriculares, áreas de conhecimento e eixos tecnológicos serão realizadas por meio de Projetos Integradores, fundamentados em propostas pedagógicas interdisciplinares, podendo assumir também abordagens multidisciplinares, pluridisciplinares ou transdisciplinares. Essas ações visam atender aos objetivos pedagógicos dos componentes curriculares, possibilitando a ampliação dos conhecimentos teórico-práticos e a inter-relação entre os conteúdos, em consonância com o disposto nos artigos 6º e 25, § 3º, da Organização Didática do IFRR (Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, que reconhecem a interdisciplinaridade como um dos princípios educacionais da Instituição.

Para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil profissional de conclusão do curso, o docente poderá adotar a combinação de diferentes estratégias metodológicas, de modo a promover atividades reflexivas, individuais e coletivas, contextualizadas e problematizadoras. Entre essas estratégias, destacam-se: aulas expositivas dialogadas com apoio de recursos visuais; aulas práticas; estudos de texto e de caso; estudos dirigidos; aulas orientadas; resolução de problemas e exercícios; trabalhos em grupo; seminários; debates; oficinas práticas; pesquisas direcionadas; produção de portfólios; uso de recursos audiovisuais e de tecnologias digitais de informação e comunicação; visitas técnicas e dinâmicas de grupo.

No âmbito das metodologias ativas, poderão ser utilizadas, entre outras, a sala de aula invertida, a gamificação ou educação baseada em jogos, a educação baseada em competências, a aprendizagem baseada em problemas e em projetos, o design *thinking*, a cultura *maker*, bem como seminários, discussões orientadas e pesquisas de campo, favorecendo o protagonismo discente e a construção significativa do conhecimento.

A seleção das estratégias metodológicas será definida de acordo com as características de cada componente curricular e explicitada nos respectivos planos de ensino, de modo que o processo de ensino-aprendizagem favoreça a construção do conhecimento de forma individual e coletiva, potencialize a aprendizagem contextualizada e significativa e contribua para a superação das dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

13. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico visando atender ao disposto na Resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação e na Resolução nº 558/2021/CONSUP/IFRR que dispõe sobre a curricularização da extensão dos cursos de graduação do IFRR, propõe a curricularização da extensão com o objetivo de materializar o conhecimento adquirido na sala de aula em ações concretas que promovam a inclusão, a acessibilidade, a equidade, o multiculturalismo, a interculturalidade, a diversidade e a educação ambiental junto à comunidade externa.

Dedicado a temas pertinentes de ordem pública em consonância às demandas da comunidade, a curricularização da extensão intenta, para além do estímulo ao protagonismo discente, desenvolver habilidades e competências nos estudantes que os possibilite ser agentes de transformação social.

A curricularização da extensão é assegurada por meio da oferta de três componentes curriculares específicos dedicados a promover ações de articulação entre teoria e prática por meio de atividades, programas e projetos interdisciplinares tecnológicos, científicos, culturais, políticos e educacionais. A oferta dos componentes curriculares relacionados à curricularização da extensão será realizada nos módulos I (Projeto de Extensão 01), II (Projeto de Extensão 02) e III (Projeto de Extensão 03), cada um com 60 (sessenta) horas, totalizando 180 (cento e oitenta) horas e permitindo ao discente a integralização curricular à prática extensionista.

A prática extensionista do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico será desenvolvida, a critério do docente responsável, por meio de programas, projetos, cursos, eventos ou prestação de serviços à comunidade, em conformidade com a ementa do componente curricular e de forma articulada com os demais componentes de cada módulo. Nessa perspectiva, compreendem-se como modalidades de extensão:

- I. programas: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter continuado, multidisciplinar e integrado às atividades de pesquisa e/ou de ensino e inovação;
- II. projetos: conjunto de atividades processuais contínuas, desenvolvidas por prazos determinados, com objetivos específicos, podendo ser vinculados ou não a um programa;
- III. cursos: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou a distância, planejada para atender às demandas de um determinado público, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos;
- IV. eventos: ação que tem por objetivo promover e divulgar o fazer institucional com a participação de público interno e externo; e
- V. prestação de serviços: toda espécie de atividade ou trabalho lícito, material ou imaterial, contratada mediante contrapartida ou não, excluídas as relações de emprego e outros serviços regulados por legislação específica.

O programa/projeto vinculado às Atividades Curriculares de Extensão (ACE) deverá conter, com detalhamento, os seguintes itens: título, componentes curriculares envolvidos, identificação do coordenador e dos membros da equipe, apresentação da proposta com ementa, justificativa, objetivos, cronograma de execução, público-alvo, estratégias metodológicas, indicadores, recursos utilizados, formas de avaliação, impacto social da ação desenvolvida e referências.

Os componentes curriculares de extensão serão ofertados visando promover trocas de conhecimentos entre comunidade acadêmica e a sociedade, considerando as diretrizes da extensão no que se refere à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; interação dialógica; impacto na formação do estudante e impacto na transformação social.

A carga horária da curricularização da extensão envolve desde o planejamento das atividades (elaboração de projetos, preparação de materiais e avaliação da comunidade externa) a sua aplicação prática. Tais atividades podem ser interdisciplinares ou transdisciplinares.

No que concerne às atribuições na execução das atividades curricularização da extensão, destacam-se as do coordenador de curso, docente e discente:

- I. Coordenador de curso: solicitar aos docentes o registro do módulo no setor de extensão das ACE e realizar o registro da carga horária no sistema institucional (SUAP).
- II. Docente: cadastrar os respectivos programas/projetos no setor de extensão do campus; realizar a avaliação da ação na comunidade externa; computar a avaliação e acompanhar a frequência dos estudantes nas etapas de execução das ACE; e entregar o relatório das ACE ao setor de extensão do campus contendo a relação nominal dos estudantes participantes, bem como ao coordenador do curso para fins de registro acadêmico.
- III. Discente: cadastrar-se nas ACE propostas durante o módulo; ter ciência do programa/projeto vinculado às ACE em que se cadastrou; realizar/participar da ação proposta; fazer o acompanhamento da integralização da carga horária de ACE no seu histórico escolar; e entregar relatório de participação nas ACE ao docente responsável pelo programa/projeto.

Assim como nos demais componentes curriculares, o registro de notas será realizado por meio de diário de classe, conforme disposto no art. 76 da Organização Didática do IFRR. A avaliação das Atividades Curriculares de Extensão deverá contemplar a utilização de, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 05 (cinco) instrumentos avaliativos, conforme estabelece o art. 357 da Organização Didática.

14. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

No Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, as atividades a distância serão desenvolvidas em conformidade com o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, do Ministério da Educação. A carga horária total destinada à modalidade de Educação a Distância (EaD) será de 420 horas, distribuídas de forma integrada ao longo dos quatro módulos do curso.

As atividades EaD serão realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional, estruturado com fins pedagógicos e utilizando instrumentos adequados à prática educacional na modalidade a distância, conforme definido na Organização Didática do IFRR. As especificações da carga horária e dos componentes curriculares que contemplam a educação a distância estão previstas na matriz curricular e detalhadas nos respectivos planos de ensino dos componentes curriculares.

Todos os componentes curriculares ofertados parcialmente na modalidade de Educação a Distância (EaD) serão desenvolvidos a partir de planejamento pedagógico prévio, com cronograma detalhado, de modo a possibilitar ao estudante melhor organização, acompanhamento das atividades propostas e fortalecimento da autonomia nos estudos.

No AVA, o discente terá acesso a recursos pedagógicos que correspondem a carga horária do componente curricular e atendem às exigências de uma formação de qualidade, podendo incluir, entre outros, materiais didáticos do componente curricular, espaços de interação para esclarecimento de dúvidas e discussões, atividades on-line síncronas e assíncronas, bem como materiais complementares.

O material didático constitui elemento central no processo de ensino-aprendizagem na Educação a Distância, atuando como mediador pedagógico ao expressar a concepção educacional que orienta o componente curricular. Nesse sentido, os conteúdos não serão apresentados apenas de forma expositiva, mas articulados a atividades que estimulem o estudante a mobilizar conhecimentos, estratégias e habilidades, promovendo sua participação ativa no processo de construção do próprio saber.

Em conformidade com o art. 18 do Decreto nº 12.456/2025, o professor regente do componente curricular exercerá, de forma integrada, as atribuições de mediação pedagógica e de produção e organização do conteúdo didático, assumindo também o papel de professor conteudista, quando aplicável.

Compete ao professor regente o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, tanto nos momentos presenciais quanto a distância, bem como a organização dos materiais didáticos e dos recursos educacionais disponibilizados no AVA, além da orientação e acompanhamento dos estudantes nos diferentes ambientes de aprendizagem, presenciais e virtuais.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pelo IFRR encontra-se atualizado em sua versão mais recente, possibilitando o acesso por diferentes dispositivos. A instituição disponibiliza, ainda, a possibilidade de agendamento de uso dos laboratórios de informática, assegurando condições adequadas de acesso aos estudantes que não disponham de recursos tecnológicos em outros ambientes.

15. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos estudantes condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando-lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa. Nesse sentido, o Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico do CBVZO, em harmonia com o Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI (2024/2028) do IFRR, apresenta concepções e diretrizes que irão nortear e direcionar as práticas pedagógicas.

No âmbito do curso, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão ocorre no desenvolvimento das atividades curriculares, com o objetivo de estimular a proposição de soluções técnicas e tecnológicas que dialoguem com as demandas sociais e produtivas da comunidade. Essa integração possibilita a aproximação com o mundo do trabalho e fortalece a produção, o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais.

Conforme estabelece a Lei nº 11.892/2008, a extensão é entendida como atividade-fim e será desenvolvida a partir de programas, projetos e atividades de extensão com ações integradoras do currículo que construam o princípio

constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. As ações desenvolvidas por meio do IF Comunidade, da Semana de Empreendedorismo e Inovação (SEMEI) que acontecem todos os anos no *Campus*, constituem-se em momentos de transmissão do conhecimento produzido e acumulado pela Instituição, além de também significar uma prestação de contas para a sociedade local.

Além dessas ações, o *campus* prevê a oferta de bolsas de monitoria, favorecendo a vivência acadêmica e a prática profissional dos estudantes, contribuindo para a qualificação da formação. As atividades de pesquisa e inovação, voltadas à busca de soluções científicas para problemas locais e regionais, bem como à criação e difusão de tecnologias, são desenvolvidas em consonância com o PDI 2024–2028, por meio de programas institucionais, tais como o Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) e o Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX), entre outras iniciativas adotadas por docentes e estudantes.

Os projetos de pesquisa e de extensão poderão ser originados a partir de componentes curriculares, projetos integradores ou ações extensionistas independentes de programas institucionais, desde que contribuam para a solução de demandas da comunidade na qual o *campus* está inserido. Essa articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação visa enriquecer o processo formativo dos estudantes, fortalecendo o perfil profissional de conclusão.

Dessa forma, o Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico contribui para a formação de profissionais qualificados, com sólida base técnica, científica e humanística, preparados para atuar de forma ética, crítica e inovadora no mundo do trabalho.

16. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

O IFRR orienta sua atuação pelos princípios da inclusão social, da equidade e da garantia dos Direitos Humanos, assumindo a responsabilidade de oferecer uma educação pública comprometida com a diversidade e com a justiça social. Nesse sentido, o IFRR desenvolve políticas, programas e ações educacionais voltados à promoção da inclusão e à redução das desigualdades.

No âmbito do *Campus* Boa Vista Zona Oeste, essas políticas são operacionalizadas, entre outras instâncias, pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e pela Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE).

O CAPNE/IFRR tem por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, da pesquisa, extensão e inovação, promovendo o cumprimento efetivo das Leis 10.098/2000 e 13.146/2015, bem como do Decreto 5.296/2004 e outros instrumentos legais correlatos.

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste desenvolve diversas ações para atender às políticas de inclusão, alinhando-se à dinâmica histórico-social da região e buscando intervir por meio de propostas educacionais concretas. Entre essas ações destacam-se: programas de ações afirmativas, como cotas e reservas de vagas para grupos historicamente excluídos; apoio financeiro para estudantes de baixa renda, incluindo auxílios alimentação e transporte, visando garantir sua permanência e sucesso acadêmico; infraestrutura acessível para atender às necessidades de todos os estudantes; e apoio psicossocial, oferecendo serviços de psicologia e assistência social, além de promover ações de igualdade e diversidade.

16.1 Educação Inclusiva

16.1.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

A Educação para os Direitos Humanos tem como princípio a formação omnilateral do sujeito, voltada tanto para o mundo do trabalho quanto para a vida em sociedade. Essa formação compreende o exercício cotidiano dos Direitos Humanos como prática de convivência e como base para a organização social, política, econômica e cultural, nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Em atendimento à Resolução CNE/CP no 01/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, as atividades relativas à Educação para os Direitos Humanos estão inseridas no curso de maneira transversal, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente, inseridos de maneira contextualizada nos projetos integradores de cada ano do curso.

Por meio de ações desenvolvidas em seus campi, o IFRR busca construir um ambiente educacional

democrático, participativo e respeitoso, no qual os Direitos Humanos sejam vivenciados cotidianamente nas relações interpessoais, nas decisões institucionais e nas práticas pedagógicas. A formação inicial e continuada de servidores docentes e técnico-administrativos contempla temáticas ligadas à ética, à cidadania, à justiça e à valorização da dignidade humana, fortalecendo o compromisso institucional com a transformação social.

16.1.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

A Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais é conduzida, no *Campus Boa Vista Zona Oeste* pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), representando o compromisso institucional com a promoção da equidade, da diversidade e da justiça social no âmbito educacional.

Essa política visa à valorização das identidades étnico-raciais, especialmente de povos negros, afrodescendentes e indígenas, contribuindo para a garantia do direito à educação de qualidade e para a superação de desigualdades historicamente construídas.

O NEABI atua na implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, promovendo ações educativas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. As temáticas são desenvolvidas de forma transversal e interdisciplinar, integradas aos componentes curriculares e aos projetos integradores do curso, de maneira contextualizada e articulada à realidade sociocultural dos estudantes.

16.1.3. Política de Educação Ambiental

As ações de Educação Ambiental no Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico têm como objetivo promover a integração das dimensões ambiental, social, ética, cultural e econômica da sustentabilidade, considerando os impactos dos processos de criação, produção e comunicação visual no meio ambiente e na sociedade, em consonância com as diretrizes nacionais e com as políticas institucionais do IFRR.

A temática é abordada de forma transversal e interdisciplinar, estando integrada aos componentes curriculares Ecodesign e Sustentabilidade, Materiais e Processos Gráficos, Design, Cultura e Sociedade e Empreendedorismo e Inovação, nos quais serão abordados conteúdos relacionados ao uso consciente de materiais, aos impactos ambientais da produção gráfica, ao consumo responsável, à sustentabilidade aplicada ao design e ao papel social do designer.

A temática também será aprofundada por meio dos Projetos de Extensão (01, 02 e 03), possibilitando o desenvolvimento de ações extensionistas e projetos voltados à sensibilização ambiental, à solução de problemas locais e à proposição de práticas sustentáveis no campo do design gráfico.

16.1.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A educação é compreendida como um direito de todos, sendo o processo de inclusão educacional responsabilidade coletiva da comunidade acadêmica. Nesse sentido, o *Campus Boa Vista Zona Oeste* atua em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e com o Decreto nº 5.296/2004, assegurando condições de acessibilidade desde o processo seletivo até o acompanhamento do estudante ao longo do curso.

Algumas tecnologias assistivas poderão ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de proporcionar maior autonomia no atendimento aos estudantes que delas necessitarem. Além disso, o *campus* conta atualmente com equipe multiprofissional e tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), podendo expandir seu quadro profissional técnico, conforme demanda.

Dessa forma, são asseguradas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida condições de igualdade no acesso, na permanência e na participação efetiva nas atividades acadêmicas, por meio da eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais.

17. APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente será promovido por meio de ações que visam ao acolhimento e permanência do estudante no ambiente educacional. Dentre as ações realizadas no *campus* destacam-se iniciativas como: acolhimento, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios, apoio biopsicossocial e atendimento pedagógico. Essas ações têm como objetivo

favorecer a integração dos estudantes à comunidade acadêmica, contribuindo para sua permanência e êxito.

No processo de ensino-aprendizagem, o docente, em seu planejamento de ensino, conforme Organização Didática do IFRR, deve assegurar, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade, a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas.

A Coordenação de Curso estabelecerá mecanismos e instrumentos necessários para o funcionamento do curso e prestará orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas), desenvolvidas em especial nas ações de acolhimento a cada início de período letivo. A Coordenação de Curso também atuará no suporte às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares, possibilitando inclusive a promoção de ações de nivelamento para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Para o desenvolvimento das competências necessárias à formação tecnológica em Design Gráfico, será considerada a relação entre a teoria e a prática. Além disso, o enriquecimento da formação será complementado por meio de visitas técnicas, participação em seminários, congressos, feiras e demais eventos vinculados à área de Design Gráfico, favorecendo a ampliação da vivência acadêmica e profissional dos estudantes.

O nivelamento acadêmico tem como objetivo reduzir possíveis defasagens na aprendizagem oriundas da formação básica, contribuindo para a adaptação dos estudantes ingressantes no Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico do IFRR/Campus Boa Vista Zona Oeste. Essa ação integra as estratégias institucionais voltadas à permanência e êxito dos acadêmicos ao longo do curso.

Para o atendimento ao estudante, a Coordenação de Curso conta com a parceria das equipes da Coordenação Pedagógica (COPED) e da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES). Dentre as ações desenvolvidas para garantir a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, pode-se destacar o acolhimento realizado todo início de semestre com os estudantes, atendimento multidisciplinar, participação em projetos de pesquisa e extensão, as práticas inovadoras nos projetos Inova e etc.

17.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais

A Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE) tem o objetivo de definir diretrizes que promovam a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas (PNEEs), buscando o respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades por meio de algumas ações, dentre elas:

- Promover cursos de capacitação no *Campus Boa Vista Zona Oeste*;
- Promover ações socioeducativas sobre as temáticas da inclusão;
- Identificação, verificação e acompanhamento dos discentes com necessidades educacionais específicas;
- Atuar nos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo de ensino e aprendizagem dos discentes;
- Potencializar o processo ensino e aprendizagem por meio de orientação dos recursos de novas tecnologias assistidas, inclusive mediando projetos de inovação tecnológica assistida, desenvolvidos por discentes e docentes;
- Propor e acompanhar ações de eliminação de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição;
- Incentivar a implantação de conteúdos, componentes curriculares permanentes e/ou optativas referentes à Educação Inclusiva, nos cursos ofertados pelo IFRR;
- Atuar junto aos professores na adaptação e produção dos materiais didáticos e apoiar os servidores no atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas no ambiente escolar;
- Promover e estimular o desenvolvimento de atividades formativas para a comunidade educativa do IFRR; e
- Articular as atividades desenvolvidas com as ações de outras Instituições voltadas ao trabalho com pessoas com necessidades educacionais específicas.

Além disso, a Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE) possui a atribuição de orientar os professores sobre a necessidade da construção Plano Educacional Individualizado (PEI) como um instrumento pedagógico fundamental para garantir a aprendizagem e a participação efetiva dos estudantes, respeitando o ritmo, as potencialidades e as particularidades de cada estudante.

Dessa forma, o PEI contribui diretamente para o fortalecimento de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo a efetiva participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem e garantindo o cumprimento dos princípios da inclusão previstos na legislação educacional vigente.

17.2 Assistência Estudantil

A Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, tem por objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos da desigualdade, para a melhoria do desempenho acadêmico, para a permanência estudantil, para a produção e difusão dos conhecimentos, para êxito educacional e para a melhoria das condições de vida dos estudantes.

São objetivos específicos da Política de Assistência Estudantil do IFRR:

- I. Fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que possibilitem a permanência e o êxito dos estudantes;
- II. Realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial dos estudantes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- III. Proporcionar aos estudantes condições necessárias para seu amplo desenvolvimento acadêmico, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, conforme legislação vigente;
- IV. Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção escolar, mediante implementação do Plano de Permanência e Êxito do IFRR;
- V. Possibilitar ao corpo discente igualdade de oportunidades para além da transferência de recursos financeiros, por meio de ações de apoio estudantil promovidas pelo ensino, pesquisa e extensão;
- VI. Promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais; VII. Implementar programas, projetos e ações que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, culturais, de gênero, geracionais e religiosas;
- VII. Possibilitar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, técnico científicos, artístico-culturais e esportivos;
- VIII. Incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos-científicos e culturais dos estudantes;
- IX. Estimular a participação dos estudantes na discussão e nos processos decisórios referentes à gestão democrática da Assistência Estudantil do IFRR.

De acordo com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, a Política de Assuntos Estudantis dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes efetivado por meio de programas que visam assegurar aos estudantes o acesso, a permanência, inclusão social e a êxito acadêmico, na perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

A Política de Assuntos Estudantis será gerida pela Diretoria de Políticas de Assuntos Estudantis-DIPAE vinculada à Pró-Reitoria de Ensino e pelos setores responsáveis pela Assistência Estudantil dos Campi. Serão beneficiários da Política de Assuntos Estudantis os estudantes regularmente matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima em situação de vulnerabilidade social, sendo atendidos prioritariamente estudantes com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio conforme legislação vigente.

Após o ingresso, com a finalidade de garantir uma formação superior de qualidade e subsidiar a permanência do estudante até a conclusão do curso, o IFRR dispõe de uma política de assistência ao estudante. Assim, o estudante do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico poderá participar de programas que promovam a permanência e a conclusão do curso, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, numa perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

Dentre os programas de que trata a Política de Assistência Estudantil do IFRR, o *Campus Boa Vista Zona Oeste* oferece aos estudantes:

- I. Programa de Auxílio Alimentação;
- II. Programa de Auxílio Transporte;

Além disso, podem ser ofertados outros programas da Política de Assistência Estudantil do IFRR. A efetivação dessas ações depende de recursos disponíveis em cada campus, conforme disponibilidade orçamentária e definição nos editais.

- I. Programa de Auxílio Moradia Estudantil;
- II. Programa de Auxílio Alimentação;
- III. Programa de Auxílio Transporte;
- IV. Programa Bolsa Permanência
- V. Programa de Atenção e Promoção à Saúde;

- VI. Programa de Inclusão Digital;
- VII. Programa de Incentivo ao Esporte;
- VIII. Programa de Incentivo e Promoção à Cultura e Arte
- IX. Programa de Auxílio Creche;
- X. Programa de Apoio à Participação em Eventos;
- XI. Programa de Auxílio a Material Didático-Pedagógico;
- XII. Programa de Apoio Pedagógico;
- XIII. Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;
- XIV. Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.

O acesso aos programas de Assistência Estudantil com repasse de auxílio financeiro ou da utilização de serviços, dar-se-á mediante processo seletivo de caráter socioeconômico, cuja análise poderá ser realizada por equipe interdisciplinar, disponível em cada *campus*, respeitando as atribuições privativas e éticas de cada área de conhecimento, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos em regulamentação específica.

O *Campus* conta com ações desenvolvidas pela Coordenação de Apoio ao Estudante (CAES), que atua por meio de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia e Enfermagem. Além disso, a Coordenação Pedagógica, integrada por pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, colabora no acompanhamento e suporte aos estudantes e docentes. Essa estrutura visa oferecer um atendimento integral, promovendo o bem-estar, a inclusão e o êxito acadêmico dos discentes.

Ademais, o IFRR oferta o Programa Bolsa Permanência (PBP), auxílio financeiro cuja finalidade é minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e promover a democratização do acesso ao ensino superior.

17.3 Apoio Pedagógico

O Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, em consonância com as normativas institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e com as políticas de permanência e êxito estudantil, desenvolve ações sistemáticas de acompanhamento e apoio pedagógico, com o objetivo de favorecer o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão exitosa do percurso formativo pelos estudantes.

O apoio pedagógico é realizado de forma integrada e articulada pela Coordenação de Curso, Coordenação Pedagógica, Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE), Coordenação de Assistência ao Estudante, o corpo docente e demais setores envolvidos no processo formativo, respeitando os princípios da inclusão, da acessibilidade, da equidade e da diversidade.

As principais ações de apoio pedagógico desenvolvidas incluem:

- I. Acolhimento institucional e pedagógico aos estudantes, especialmente nos retornos às atividades letivas e no ingresso ao curso, com orientações sobre o Projeto Pedagógico do Curso, a Organização Didática do IFRR (organização acadêmica, metodologias de ensino e, avaliação da aprendizagem), uso dos sistemas institucionais e direitos e deveres discentes;
- II. Acompanhamento pedagógico contínuo, por meio da análise do desempenho acadêmico, frequência e participação dos estudantes, utilizando registros institucionais, relatórios docentes e demandas encaminhadas via módulo ETEP/SUAP;
- III. Atendimento pedagógico individual e coletivo, realizado pelo Setor Pedagógico, com foco nos estudantes que apresentem baixo rendimento acadêmico, dificuldades de aprendizagem ou outras demandas pedagógicas, incluindo orientações sobre estratégias de estudo, organização do tempo e superação de dificuldades específicas;
- IV. Planejamento pedagógico integrado, envolvendo docentes, Coordenação de Curso, Coordenação Pedagógica, CAPNE e Coordenação de Assistência ao Estudante, para análise das demandas identificadas e proposição de intervenções pedagógicas e didáticas, assegurando a acessibilidade metodológica, instrumental e avaliativa, quando necessário;
- V. Encaminhamentos pedagógicos e institucionais, sempre que identificada a necessidade de suporte especializado (interno ou externo), respeitando os fluxos institucionais do IFRR e preservando a confidencialidade e o acompanhamento do estudante;
- VI. Oferta de ações de nívelamento escolar, preferencialmente nos horários das aulas regulares, voltadas ao fortalecimento de conhecimentos básicos, com ênfase nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, conforme avaliação diagnóstica prévia;
- VII. Participação em editais institucionais de monitoria, priorizando componentes curriculares com maiores índices

- de reprevação ou evasão, como estratégia de reforço acadêmico e apoio entre pares;
- VIII. Incentivo à participação dos estudantes em projetos de pesquisa, extensão e inovação, incluindo os projetos vinculados ao Programa Inova, como forma de ampliar as experiências formativas, o protagonismo discente e a articulação entre teoria e prática;
- IX. Intervenções pedagógicas coletivas nas turmas, promovidas pelo Setor Pedagógico e/ou pela Coordenação de Curso, destinadas à discussão e reflexão de temáticas acadêmicas, institucionais e socioeducacionais, conforme demandas apresentadas por docentes ou estudantes.

Todas as ações de apoio pedagógico são monitoradas e avaliadas continuamente, durante e após sua execução, com vistas à realização de ajustes e aprimoramentos necessários. A avaliação ocorre por meio de reuniões periódicas com as equipes envolvidas, análise de indicadores acadêmicos e, quando pertinente, aplicação de instrumentos avaliativos junto aos estudantes e à equipe de execução. Os resultados dessas avaliações subsidiam o replanejamento das ações, garantindo sua efetividade e alinhamento aos objetivos do curso, e ainda, evidencia o compromisso institucional do IFRR com a qualidade do ensino, a inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes.

18. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) desempenham papel essencial na transformação dos processos educativos contemporâneos, criando ambientes pedagógicos mais dinâmicos, interativos e centrados no estudante. Essas tecnologias abrangem diversas ferramentas e recursos tecnológicos capazes de facilitar a comunicação, o acesso ao conhecimento e sua construção colaborativa. Schuartz e Sarmento (2020) destacam que as TDICs favorecem um diálogo crítico entre tecnologia e educação, ampliando significativamente as possibilidades de interação e colaboração no contexto escolar. Além de contribuir com a execução de atividades no contexto do EAD, que faz parte do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico.

Entre os exemplos mais notáveis de TDICs aplicadas ao processo ensino-aprendizagem estão as plataformas virtuais de aprendizagem, aplicativos móveis educacionais, ambientes virtuais de colaboração e ferramentas que utilizam Inteligência Artificial (IA). A IA, particularmente, contribui com a personalização do ensino, permitindo, por exemplo, a criação de tutores inteligentes, que acompanham o desenvolvimento individualizado dos estudantes, recomendando conteúdos específicos com base em suas dificuldades ou avanços acadêmicos.

As TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes visando promover aprendizagens mais significativas. Conforme destacam Moran, Masetto e Behrens (2013), essas tecnologias têm o potencial de auxiliar docentes na aplicação de metodologias ativas de ensino, proporcionando ambientes educacionais mais interativos e alinhados às realidades dos estudantes. Além disso, segundo Bacich e Moran (2018), as TDICs contribuem para despertar maior interesse e engajamento dos estudantes, promovendo um processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e participativo.

Outro exemplo relevante são os laboratórios de fabricação digital e prototipação, conhecidos como FabLabs ou IFMakers, amplamente utilizados em instituições de ensino superior e técnico. Esses espaços possibilitam aos alunos o desenvolvimento de projetos práticos que unem teoria e prática, utilizando tecnologias como impressão 3D, CNC laser e modelagem digital. Guimarães *et al.* (2022) apontam que o uso desses laboratórios enriquece a experiência pedagógica, estimulando competências como criatividade, resolução de problemas e empreendedorismo tecnológico.

Além dessas tecnologias, ferramentas como gamificação, realidade aumentada (RA) e realidade virtual (RV) são crescentemente utilizadas para engajar estudantes, oferecendo experiências imersivas que potencializam o aprendizado através de simulações e ambientes virtuais interativos. Softwares de colaboração em nuvem, como Google Workspace e Microsoft 365, também representam exemplos fundamentais, permitindo que alunos e professores trabalhem conjuntamente em documentos, apresentações e planilhas em tempo real, independentemente da localização geográfica.

Com o avanço da IA, novos cenários educativos estão sendo construídos através do uso de sistemas adaptativos que analisam grandes volumes de dados de desempenho escolar, auxiliando educadores no diagnóstico precoce de dificuldades de aprendizado e oferecendo intervenções pedagógicas específicas. Além disso, *chatbots* educacionais baseados em IA são capazes de responder dúvidas em tempo real, esclarecendo conceitos e fornecendo suporte contínuo ao processo de ensino-aprendizagem.

Embora os benefícios sejam evidentes, a implementação eficaz das TDICs enfrenta desafios importantes,

como a necessidade de formação continuada dos professores, adequação das infraestruturas tecnológicas e desenvolvimento de políticas educacionais robustas que incentivem a inovação pedagógica de forma sustentável. Torna-se imprescindível que educadores estejam capacitados para utilizar essas tecnologias de forma crítica e reflexiva, garantindo sua contribuição para a melhoria contínua da qualidade do ensino.

Cabe ressaltar que, segundo Rabelo e Melo (2023), na avaliação do curso realizada pelo MEC em 2023, a análise da dimensão didático-pedagógica destacou que com o uso das TICs (sic) o Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico promove transformações significativas no papel docente, potencializam a aprendizagem discente e atendem às necessidades educativas contemporâneas. Além disso, impulsionam práticas pedagógicas colaborativas e democráticas, favorecendo novas representações e modos inovadores de construção do conhecimento, demonstrando que, nesse aspecto, o curso atende satisfatoriamente às expectativas e demandas atuais dos estudantes e docentes.

O Campus Boa Vista Zona Oeste disponibiliza para os alunos, com a presença de professores para auxiliá-los em suas atividades acadêmicas, 2 (dois) laboratórios de informática, com capacidade para 40 pessoas (cada um), contendo computadores Intel Core i5, com 8,00 GB de RAM, Windows 11 24H2, todos com acesso ao Office 365 Educacional A1 (Word, Excel, PowerPoint, OneNote, Microsoft Teams e Microsoft 365 Copilot Chat). Além de softwares da plataforma Adobe em um dos laboratórios, que são mais voltados aos cursos de Design Gráfico e Publicidade.

A disponibilidade de equipamentos atende de forma suficiente a demanda do curso, que dispõe ainda, de cadeiras confortáveis, com ambiente climatizado, projetor multimídia e acesso à internet cabeada e por Wi-Fi (para conexão de dispositivos móveis), além de softwares e hardwares atualizados.

A biblioteca da instituição oferece uma sala de pesquisa virtual contendo 10 (dez) computadores com acesso à internet (cabos) e o Office 365 Educacional A1, para pesquisas e trabalhos, sendo possível acessar também o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB/IFRR), que disponibiliza acervo físico e digital de livros, periódicos e multimídias, catálogo online Pergamum, biblioteca virtual Pearson, repositório institucional, acesso ao portal de periódicos Capes e normas técnicas da ABNT, garantindo que os alunos e professores possam usufruir, digitalmente, de várias fontes de pesquisa.

Para o desenvolvimento de aulas ou atividades com a utilização de metodologias ativas, é disponibilizado aos docentes o laboratório de fabricação digital e prototipação IFMaker CBVZO, um ambiente que comporta até 42 pessoas, distribuídas em 6 mesas redondas para trabalhos em grupos ou equipes. Trata-se de um espaço de inovação, no qual o conhecimento é construído de forma colaborativa, por meio da realização de aulas, eventos, minicursos, palestras e outras ações, além do desenvolvimento de projetos com foco em problemas locais. O IFMaker CBVZO tem como premissa o princípio do “faça você mesmo”, que estimula estudantes, servidores e a comunidade externa a resolverem problemas por meio da construção, do conserto, da modificação e do reaproveitamento de materiais e objetos, utilizando as ferramentas e os equipamentos disponíveis em suas dependências para a elaboração de protótipos.

No IFMaker CBVZO estão presentes vários equipamentos, que permitem a realização de aulas dinâmicas e práticas, sendo eles: 2 (duas) Smart TVs de 55" e 58", 1 (um) projetor multimídia, 6 (seis) notebooks de alto desempenho (com softwares que permitem a modelagem de objetos 2D/3D, além de possuírem o Windows 11 24H2 e Office 365 Educacional A1), 7 (sete) impressoras 3D (3 de pequeno porte, 3 de médio porte e 1 de grande porte), 2 (duas) CNCs laser (1 de pequeno porte e 1 de médio porte), 15 (quinze) kits de robótica educacional (modelos Lego e Arduino), 10 (dez) canetas 3D, 1 (um) plotter de recorte, 1 (um) scanner 3D, 1 (uma) fresadora CNC Router, além de vários equipamentos de marcenaria (furadeira/parafusadeira, furadeira de bancada, morsa de bancada, kit de ferramentas, serra circular, serra tico-tico e lixadeira roto orbital).

No Campus Boa Vista Zona Oeste, onde são realizadas as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, possui conectividade por meio de cabo e Wi-Fi, sendo assim, as TDICs disponibilizadas, possibilitam que os docentes utilizem em suas práticas pedagógicas as mais diversas plataformas de Inteligência Artificial como: ChatGPT, Gamma AI, Perplexity AI, Copilot, Google Gemini, Meta AI (Llama), DeepSeek, Canva, Leonardo AI, DALL-E, Bing Image Creator, Adobe Firefly etc. Tais práticas contribuem para a formação de profissionais de Design Gráfico mais capacitados, ao permitir o acesso a ferramentas que aprimoram a análise de dados, o desenvolvimento de soluções inovadoras e a tomada de decisões.

A utilização de plataformas de Inteligência Artificial no ensino favorece a personalização do aprendizado, promovendo um ensino mais dinâmico e interativo. Além disso, essas ferramentas possibilitam aos alunos a vivência de um ambiente digital que simula a realidade do mundo do trabalho, preparando-os para enfrentar desafios

complexos e tomar decisões baseadas em dados, o que é essencial para sua atuação eficiente e ética no campo do Design Gráfico. Assim, a adoção dessas tecnologias pelos docentes é fundamental para a formação de profissionais aptos a atuar em um mundo cada vez mais digital e automatizado, alinhando-se às demandas do setor público contemporâneo.

Como suporte ao processo de ensino-aprendizagem os docentes utilizam os seguintes recursos de TDICs: e-mail, redes sociais, e whatsapp. A partir da implantação do Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP), foram agregadas ferramentas de TDICs nos processos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, com isso, é possível que os professores disponibilizem no SUAP, materiais de apoio aos componentes curriculares, lancem as frequências e notas, confeccionem os mais diversos documentos, criem eventos e posteriormente emitam certificados, solicitem acompanhamento pedagógico para estudantes específicos, submetam projetos, reservem espaços internos da instituição (salas de reunião, laboratórios, quadra de esportes etc), deem ciência em processos, e várias outras funcionalidades que propiciam a agilidade na comunicação entre discentes, docentes, setor pedagógico e gestão do curso.

No Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, as TDICs também auxiliam de forma direta na realização de atividades síncronas e assíncronas, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional, utilizado como espaço de apoio pedagógico aos componentes curriculares. No AVA, os docentes disponibilizam materiais didáticos digitais, como textos, vídeos, apresentações, tutoriais e links complementares, bem como propõem atividades assíncronas, tais como fóruns de discussão, estudos dirigidos, exercícios, projetos e envio de trabalhos. As atividades síncronas são realizadas por meio de ferramentas de webconferência integradas ao AVA e a outras plataformas institucionais, possibilitando aulas ao vivo, orientações coletivas e individuais e momentos de interação em tempo real entre docentes e estudantes. Dessa forma, o uso articulado das TDICs e do AVA contribui para a flexibilização do processo de ensino-aprendizagem, o acompanhamento contínuo do desempenho discente e a ampliação das possibilidades de interação e construção colaborativa do conhecimento.

19. COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso é o órgão deliberativo, responsável pela coordenação didático-pedagógica de cada curso de graduação e pós-graduação. O colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico observa os relatórios de autoavaliação institucional e de avaliação externa em relação ao planejamento e ao desenvolvimento das atividades do curso.

O Colegiado de Curso é um órgão normativo e consultivo de planejamento acadêmico de atividades de ensino, pesquisa e extensão, observando-se as políticas e as normas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), bem como as demais legislações aplicáveis.

O Colegiado será composto pelos seguintes membros:

- I. Coordenador do Curso, na condição de presidente;
- II. 3 (três) docentes vinculados ao Curso e em efetivo exercício das suas atividades laborativas e seus respectivos suplentes;
- III. 1 (um) representante acadêmico do Curso e seu respectivo suplente;
- IV. 1 (um) representante da equipe técnico-pedagógica que acompanha o curso e seu respectivo suplente;

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. Deliberar sobre a necessidade de atualização/reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, primando pela sintonia com as demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e seguindo a legislação vigente;
- II. Acompanhar o processo de reestruturação curricular;
- III. Planejar e executar ações do curso de forma interdisciplinar; Acompanhar os processos de avaliação do Curso;
- IV. Acompanhar os processos de avaliação do Curso;
- V. Acompanhar os trabalhos e dar suporte ao Núcleo Docente Estruturante;
- VI. Deliberar sobre ações e/ou atividades inerentes ao cotidiano acadêmico, que dizem respeito ao Curso: realização de eventos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão; evento específico do curso; número de vagas ociosas para abertura de edital, e das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs);
- VII. Estudar a possibilidade de oferta de componente curricular ou turma especial e encaminhará à Direção de Ensino;
- VIII. Propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso;
- IX. Analisar e decidir sobre pedidos de transferências e de reingresso de estudantes quando não houver normativa

- que regulamente a dar o parecer;
- X. Definir a política para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito do curso, em conformidade com o planejamento estratégico da instituição;
 - XI. Propor expansão, modificação e extinção de curso;
 - XII. Analisar e deliberar a reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, proposta pelo NDE;
 - XIII. Deliberar a redução ou ampliação da oferta de vagas no curso, proposta pelo NDE;
 - XIV. Propor ao setor competente o estabelecimento de parcerias com instituições afins com o objetivo de desenvolvimento e capacitação no âmbito do curso;
 - XV. Receber, analisar e encaminhar demandas do corpo docente e discente e tomar decisões de natureza didático-pedagógica sobre elas, desde que atendam à legislação em vigor;
 - XVI. Propor soluções para as questões administrativas e pedagógicas do curso, tais como as que tratam de evasão, reaprovação, retenção, entre outras.

O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo(a) Presidente ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas.

O Colegiado somente reunir-se-á com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros e as convocações para as reuniões e outras comunicações serão encaminhadas por correspondência eletrônica aos membros, acompanhadas da pauta e dos materiais para apreciação, devendo o membro confirmar o recebimento.

20. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo Docente Estruturante - NDE constitui-se como órgão consultivo de atribuições acadêmicas que atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho.

O NDE é constituído por um grupo de 5 (cinco) docentes, que atuam em regime integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral), que ministram ou ministraram aulas nos componentes curriculares do curso, que pelo menos 60% de seus membros possuem titulação stricto sensu, onde o coordenador do curso é integrante.

São atribuições do NDE:

- I. Reformular e avaliar o PPC encaminhando proposições para atualizações necessárias, definindo suas concepções e fundamentos em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN.), encaminhando ao colegiado;
- II. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV. Incentivar o desenvolvimento das linhas de pesquisas e extensão oriundas das necessidades do curso de graduação, das exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- VI. Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando à sua formação continuada;
- VII. Referendar, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da Unidade Curricular, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos), e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo;
- VIII. Acompanhar, junto à Coordenação do Curso, o processo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e propor ações que garantam um nível de desempenho de avaliação satisfatório.

As rotinas e os procedimentos administrativos referentes às reuniões e ações do NDE do curso devem orientar-se pela normativa vigente na instituição.

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o acompanhamento do desempenho acadêmico envolve identificar, registrar e analisar a aprendizagem dos estudantes, tendo em vista reorientar o processo de ensino por ações individuais ou coletivas.

Os cursos ou componente(s) curricular(es) que, repetidamente, apresentarem alto índice de reaprovação, deverão ser objeto de acompanhamento pedagógico por parte da Coordenação de Curso e setor Pedagógico, visando embasar as necessárias intervenções.

Na ocorrência de casos extremos, a situação será apresentada em reunião de Conselho de Classe, Colegiado de Curso, Reuniões Pedagógicas visando a proposição de intervenções.

O processo de ensino-aprendizagem deve garantir ao estudante a vivência de experiências teóricas e práticas que estimulem:

- I. O exercício da cidadania;
- II. A capacidade crítica;
- III. A solidariedade, a integração social e o convívio grupal;
- IV. A criatividade, a inovação e o raciocínio lógico e científico;
- V. A liderança e a proatividade;
- VI. O exercício cívico, a moral e a ética;
- VII. O respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância;
- VIII. A busca contínua de novos conhecimentos;
- IX. O desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à formação profissional;
- X. A valorização da cultura regional roraimense.

O NDE será constituído por um grupo de 5 (cinco) docentes que ministram ou ministraram aulas nos componentes curriculares do curso, sendo que:

- I. A presidência do NDE será exercida pelo Coordenador do Curso.
- II. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos membros que compõem o NDE devem ter titulação acadêmica com Pós-Graduação Stricto Sensu.
- III. Todos os membros do NDE devem ser docentes do quadro efetivo em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% (vinte por cento) dos profissionais com 40 (quarenta) horas em tempo integral ou de Dedicação Exclusiva.

O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação do Presidente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que o presidente julgar necessário ou quando solicitado por 2/3 de seus membros. A convocação, em caso de reuniões extraordinárias, será realizada mediante notificação prévia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas.

No início de cada semestre letivo, no período de planejamento de ensino, o Presidente do NDE deve encaminhar ao Departamento de Ensino de Graduação e/ou setor de ensino, ao qual o curso esteja vinculado, o calendário de reuniões, prevendo a realização das reuniões ordinárias. As decisões do NDE serão definidas por maioria de votos, com base no número de membros presentes nas reuniões.

21. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

21.1 Avaliação da aprendizagem do estudante

A avaliação do processo ensino e aprendizagem têm como parâmetro os princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o perfil de conclusão do curso. A avaliação do ensino compreende o acompanhamento pedagógico no que tange a prática docente para identificar os meios, instrumentos, estratégias de ensino que contribuem para a superação das dificuldades no processo de aprendizagem.

De acordo com a Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, a avaliação da aprendizagem do estudante compreenderá os aspectos cognitivo e social, sendo os critérios e valores estabelecidos em cada instrumento de avaliação, descritos na metodologia do Plano de Ensino dos docentes e previamente apresentados aos estudantes, no início do componente curricular.

O processo avaliativo deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo docentes e estudantes e deve garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos de avaliação, as bases tecnológicas, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas.

A avaliação deverá ser um diagnóstico constante – processo contínuo e formativo – em que os aspectos qualitativos se sobreponham aos quantitativos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), considerando as modalidades:

- I. Avaliação Diagnóstica - realizada no início do processo de ensino aprendizagem:
 - a. Detecta o nível de conhecimentos dos estudantes;
 - b. Retroalimenta o processo, indicando os elementos que precisarão ser aprofundados.
- II. Avaliação Formativa - de caráter contínuo e sistemático:
 - a. Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem;
 - b. É interna ao processo e centrada no estudante;
 - c. Também tem caráter diagnóstico;
 - d. Possibilita acompanhar o domínio de competência e adequar o ensino aos ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante.
- III. Avaliação Somativa - possibilita avaliar as competências pretendidas:
 - a. Fornece resultados de aprendizagem;
 - b. Subsidia o planejamento do ensino para a próxima etapa;
 - c. Informa o rendimento dos estudantes em termos parciais e finais.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a ação e outros conhecimentos e habilidades evidenciando iniciativa, criatividade para resolução de problemas.

É de competência do docente a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem. Quando o conteúdo de qualquer avaliação prevista, discrepar dos objetivos gerais ou específicos constantes no Plano de Ensino, o setor de apoio pedagógico proporá sua adequação.

O docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino. São considerados, dentre outros, os seguintes instrumentos avaliativos:

- I. Fichas de observação com critérios estabelecidos;
- II. Projetos;
- III. Estudo de caso;
- IV. Painéis integrados;
- V. Lista de verificação de desempenho e competências;
- VI. Exercícios;
- VII. Questionários;
- VIII. Pesquisa;
- IX. Dinâmicas;
- X. Teste/exame/prova escrita ou oral;
- XI. Prática Profissional;
- XII. Relatórios;
- XIII. Portfólio;
- XIV. Atividade prática;
- XV. Jogos pedagógicos;
- XVI. Teatro.

As avaliações devem ser estabelecidas de forma contextualizada, preferencialmente em articulação entre os componentes curriculares que trabalham a mesma competência. Os resultados das avaliações da aprendizagem deverão ser analisados pelo docente junto a turma, visando garantir o melhor aproveitamento dos conteúdos trabalhados.

A avaliação dos estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/Altas habilidades deve ser adaptada às suas necessidades educacionais específicas com apoio da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE).

A verificação da aprendizagem dos estudantes será expressa em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme sistema Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, comunicadas previamente aos estudantes, considerando o calendário acadêmico. Os docentes terão um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização das avaliações, para apresentar os resultados aos estudantes, de modo a possibilitar a análise do seu desempenho.

Em caso de uso de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs), o docente deverá optar por tecnologias disponíveis na instituição ou acessíveis aos estudantes, a fim de propiciar ao estudante a realização das atividades avaliativas.

A nota do componente curricular será composta por uma das seguintes formas:

- I. Somativa;
- II. Média aritmética simples;
- III. Média ponderada.

No sistema de avaliação somativa a nota do componente curricular será composta pela soma simples dos instrumentos avaliativos.

No sistema de avaliação média aritmética simples a nota do componente curricular será composta pela média aritmética de duas notas (N1 e N2).

No sistema de avaliação média ponderada a nota do componente curricular será composta, levando-se em consideração o peso atribuído para cada nota (N1 e N2).

A nota do componente curricular será composta por no mínimo (02) dois e no máximo (04) quatro instrumentos avaliativos, diferentes entre si, distribuídos entre N1 e N2, quando for o caso.

O processo avaliativo deverá ficar estabelecido no Plano de Ensino, além de ser apresentado aos estudantes nos primeiros dias de aula do componente curricular.

Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 70 (setenta) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária no componente curricular.

Será considerado reprovado, no componente curricular, o estudante que obtiver média menor que 40 (quarenta) e/ou frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) do total de sua carga horária.

Terá direito a Exame Final o estudante que obtiver nota igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 70 (setenta), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do componente curricular. O Exame Final será elaborado com base na ementa do componente curricular e aplicado ao final do semestre letivo, considerando a data prevista no Calendário Acadêmico.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que, após o Exame Final, obtiver média menor que 70 (setenta), ficando em situação de dependência.

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o acompanhamento do desempenho acadêmico envolve identificar, registrar e analisar a aprendizagem dos estudantes, tendo em vista reorientar o processo de ensino por ações individuais ou coletivas.

Os cursos ou componente(s) curricular(es) que, repetidamente, apresentarem alto índice de reprovação, deverão ser objeto de acompanhamento pedagógico por parte da Coordenação de Curso e setor Pedagógico, visando embasar as necessárias intervenções.

Na ocorrência de casos extremos, a situação será apresentada em reunião de Conselho de Classe, Colegiado de Curso, Reuniões Pedagógicas visando a proposição de intervenções.

O processo de ensino-aprendizagem deve garantir ao estudante a vivência de experiências teóricas e práticas que estimulem:

- I. O exercício da cidadania;
- II. A capacidade crítica;
- III. A solidariedade, a integração social e o convívio grupal;
- IV. A criatividade, a inovação e o raciocínio lógico e científico;
- V. A liderança e a proatividade;
- VI. O exercício cívico, a moral e a ética;
- VII. O respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância;
- VIII. A busca contínua de novos conhecimentos;
- IX. O desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à formação profissional;
- X. A valorização da cultura regional roraimense.

21.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do curso comprehende a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação curricular em busca da qualidade da formação ofertada.

No Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, a avaliação do curso ocorrerá por meio do:

- I. Colegiado do Curso: órgão normativo e consultivo específico do curso, cuja finalidade é acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico, avaliar as alterações do currículo, discutir temas ligados ao curso, bem como planejar e avaliar as atividades acadêmicas em observância às políticas e normas do IFRR. Cabe ao colegiado, ainda, observar os relatórios de autoavaliação institucional e de avaliação externa para o planejamento e desenvolvimento do curso; e
- II. Núcleo Docente Estruturante (NDE): constitui-se de um grupo de docentes com atribuições de acompanhamento, atuando no processo de concepção, consolidação, avaliação e atualização contínua do curso.

Para além do acompanhamento contínuo e processual do Colegiado e do NDE, a avaliação do curso considerará as Avaliações Internas e Externas:

I - Avaliação interna: coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída com base no Ad. 11, da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, como integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta, permanentemente aumentar a sua eficácia institucional, bem como a efetividade acadêmica e social, além de aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais.

A CPA possui a atribuição de conduzir os processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A avaliação conduzida pela CPA subsidiará o credenciamento e recredenciamento do IFRR bem como o reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação oferecidos pela instituição.

II - Avaliação externa: contempla as dimensões de avaliação institucional, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes. O sistema contempla, ainda, os aspectos do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, do desempenho dos estudantes, da gestão da instituição, do corpo docente, das instalações, entre outros aspectos.

A avaliação é desenvolvida in loco, sendo coordenada e supervisionada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), sendo a operacionalização de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Além dessa avaliação, o SINAES contempla a avaliação do curso por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), com o objetivo de averiguar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso e as habilidades e competências em sua formação.

22. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHOS DOS ESTUDANTES - ENADE

A Lei nº 10.861/2004 e a Portaria Normativa MEC nº 96/2020 estabelecem o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) como componente curricular obrigatório para os cursos de graduação, sendo requisito indispensável para a conclusão do curso.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) contempla como um dos instrumentos de avaliação do curso, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), com o objetivo de averiguar o desempenho discente em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso e as habilidades e competências em sua formação.

Conforme a Resolução n.º 469/Conselho Superior, de 17 de setembro de 2019, é atribuição do Núcleo Docente Estruturante acompanhar, junto à Coordenação de Curso, o processo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e propor ações que garantam desempenho satisfatório discente na avaliação, assim como, a promoção do exame por meio do compartilhamento de informações do Ministério da Educação (MEC) e ações de conscientização interna para a participação discente.

Os estudantes selecionados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para participarem da avaliação do ENADE deverão comparecer e realizar obrigatoriamente o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau e emissão de histórico escolar. São avaliados pelo ENADE todos os estudantes do primeiro ano do curso, como “Ingressantes” e do último ano do curso, como “Concluintes”, de acordo com orientações do INEP a cada ciclo de avaliação.

A emissão de diploma dos estudantes de cursos de graduação selecionados para o ENADE fica condicionada ao relatório emitido pelo Ministério da Educação - MEC comprovando a participação do estudante no exame.

Atentando-se aos prazos e justificativas legais, a dispensa da avaliação pode ser solicitada via Sistema ENADE, no site do INEP e, também, precisa ser justificada frente a instituição.

No ano em que não há aplicação do ENADE, a situação dos estudantes é regularizada por meio da emissão de documento de “Nada Consta” pelo setor de Pesquisa Institucional (PI). Cabe à Coordenação de Curso informar a lista dos estudantes eletivos a dispensa.

23. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o aproveitamento de estudos ocorre por meio da dispensa de componente curricular cursado anteriormente. O estudante do IFRR que tenha cursado componente curricular em outra instituição poderá solicitar aproveitamento de estudos, respeitando o prazo definido no Calendário Acadêmico do *Campus*, ou contabilizar carga horária para Atividades Complementares.

O estudante terá direito a aproveitamento de estudos dos componentes curriculares que tenham sido cursados com êxito em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC, desde que do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior. O aproveitamento poderá ser de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso.

Para requerer o aproveitamento de estudos, o estudante deverá acessar o Suap, ir em Central de Serviço > Abrir Chamado > Registros Acadêmicos > Aproveitamento, especificar o(s) componente(s) curricular (es) que deseja aproveitar, anexando os seguintes documentos:

- I. Histórico Escolar;
- II. Ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, bibliografia, devidamente assinada pelo responsável do curso.

O pedido de aproveitamento de estudos terá origem no setor de Registros Acadêmicos e será despachado para a Coordenação de Curso, que por sua vez dará ciência ao docente responsável pelo componente curricular. O docente terá cinco (05) dias úteis para analisar os documentos anexados pelo estudante e emitir parecer observando os seguintes critérios:

- I. Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;
- II. Os componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos do mesmo nível de ensino ou de nível superior.

O Coordenador do Curso deverá analisar o processo com o parecer do docente e publicar parecer final em, no máximo, vinte (20) dias após solicitação do estudante, observando o aproveitamento do componente curricular, listando a(s) equivalência(s), a(s) dispensa(s) e as que o estudante deverá cursar.

Até a data de publicação do parecer da Coordenação de Curso, o estudante deverá frequentar as aulas regularmente.

Após o trâmite mencionado, os resultados deverão ser encaminhados ao setor de Registros Acadêmicos para encaminhamentos necessários.

Para efeito de registro acadêmico, constará no Histórico Escolar a indicação de que houve Aproveitamento de Estudos (AE) e a relação de componentes curriculares aproveitados com a respectiva carga horária.

24. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação institucional deve ser entendida como um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, se analisa internamente, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como avaliar as suas realizações, o modo como se organiza e atua.

É um processo contínuo que objetiva a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos da instituição, para que eles subsidiem os planos institucionais de curto e médio prazos e, com isso, haja mudanças que resultem em

melhorias efetivas.

A autoavaliação institucional obedece aos princípios estabelecidos pela Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), assegurando o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação. Observa, ainda, o disposto na Portaria Normativa nº 315/2018, que regulamenta os procedimentos de supervisão e monitoramento das instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino, bem como dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004, o IFRR constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão responsável por conduzir o processo de autoavaliação institucional, que tem autonomia em relação aos demais conselhos e colegiados.

A CPA é constituída por uma Comissão Própria de Avaliação Central, à qual compete a coordenação geral das atividades e se localiza na Reitoria, e por Comissões Setoriais de Avaliação Locais (CSAs), sendo uma em cada campus.

Além da Lei nº 10.861/2004, regulamentada pela Portaria nº 2.051/2004, a CPA fundamenta o seu processo avaliativo no Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Sua atuação se embasa na concepção de avaliação como processo permanente de construção e consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifica e se compromete.

A CPA e as CSAs são compostas por membros das comunidades interna e externa. Os integrantes da comunidade interna são eleitos por seus pares, sendo 2 (dois) representantes docentes, 2 (dois) representantes estudantis e 2 (dois) representantes dos técnicos administrativos. Quanto à comunidade externa, há dois (dois) representantes da sociedade civil organizada, que são indicados pelos dirigentes de suas organizações. Para cada membro titular da CPA existe um membro suplente do mesmo segmento.

A CPA atua em conjunto com as CSAs, que têm a atribuição de desenvolver o processo de autoavaliação, particularmente o trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica e de divulgação a esta de todo o processo.

25. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

a) Corpo Docente

Nº	PROFESSOR	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
1	Adriana Alves do Amaral	Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês	Estudos Literários e Língua Portuguesa	Educação Profissional e Tecnológica	-	40 – DE
2	Alexandre Soares de Melo	Graduação em Direito e Tecnologia em Gestão Pública	Gestão Pública e em Violência Doméstica	Ciências Jurídicas	-	40 – DE
3	Ana Claudia Luiz Borges Barros	Graduação em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica	Ensino de Língua Espanhola e Literatura Hispânica	Letras	-	40 – DE
4	André Maia Lima	Bacharelado e licenciatura em Educação Física	-	Ciências do Esporte	Ciências do Esporte	40 – DE
5	Antonio Ferreira da Silva	Licenciatura em Física	-	Física	-	40 – DE
6	Amarildo Ferreira Júnior	Bacharelado em Administração e Licenciatura em Sociologia	-	Planejamento do Desenvolvimento	Ciências: Desenvolvimento Socioambiental	40 – DE
7	Armando Gomes Neto	Licenciatura em Química	-	Educação	-	40 – DE

8	Bárbara Morais da Costa de Souza	Bacharelado em Secretariado Executivo	Secretariado Executivo	-	-	40 – DE
9	Caio Felipe Fonseca do Nascimento	Bacharelado em Ciências Contábeis	Auditoria e Perícia Contábil	Contabilidade e Finanças	-	40 – DE
10	Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis	Bacharelado em Ciências Econômicas	-	Sociedade e Cultura na Amazônia	Políticas Públicas	40 – DE
11	Daniele Sayuri Fujita Ferreira	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas	-	Ciências Ambientais	Ciências	40 – DE
12	Elaine Ramires Pinto	Bacharelado em Administração	Gestão Pública	Engenharia de Produção	-	40 – DE
13	Eliéser Rufino de Souza	Licenciatura em Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Inglesa	Ensino-aprendizagem de línguas e literatura	Letras	-	40 – DE
14	Ellem Carmen da Silva	Bacharelado em Comunicação Social - hab. em Publicidade e Propaganda	-	-	-	40 – DE
16	Fernanda Silva do Casal	Bacharelado em Administração	Docência na Educação Profissional e Tecnológica	Educação Profissional e Tecnológica	-	40 – DE
17	Francisco Oliveira Silva Junior	Licenciatura Plena em Física	-	-	-	40 – DE
18	Francisco Tomaz de Moura Junior	Licenciatura em Geografia	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	Geografia	40
19	Gisela Hahn Rossetti	Licenciatura em Educação Física	Educação Inclusiva	Educação	-	40 – DE
20	Gutemberg Leao Brasil	Licenciatura em Matemática	Docência do Ensino Superior	Matemática	-	40 – DE
21	Hudson do Vale de Oliveira	Bacharelado em Engenharia Agronômica, Administração e Comunicação Social	MBA em Gestão de Cooperativas	Agronomia	Agronomia	40 – DE
22	Isaac Sutil da Silva	Licenciatura em Ciências Biológicas	Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio	Ensino de Ciências	-	40 – DE
23	Jaiandra da Silva Guimarães	Bacharelado em Administração	Mudanças Climáticas	Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	Gestão	40 – DE
24	Jonierison Alves Pontis	Licenciatura em Química	-	Química	-	40 – DE
25	Jose Lima de Oliveira Junior	Graduação em Engenharia de Produção Mecânica	-	Engenharia Civil e Ambiental	Recursos Naturais	40 – DE
26	Josenildo Rodrigues da Silva	Licenciatura em Matemática	-	Matemática	-	40 – DE
27	Jucimar Cerqueira dos Santos	Graduação em História	Estudos Étnicos e Raciais	História Social	-	40 – DE
28	Lee Marcos Cruz	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de	Gestão Escolar Integrada	Engenharia de	-	40 – DE

	de Souza	Sistemas	e Práticas Pedagógicas	Processos		
29	Marcos Antonio de Oliveira	Bacharelado e licenciatura em História	-	História Social	Sociologia da Educação	40 – DE
30	Mariana da Silva de Souza	Bacharelado em Ciências Contábeis	Formação do Docente para o Ensino Superior	-	-	40 – DE
31	Mariana Lima da Silva	Bacharelado em Ciências Sociais	Filosofia e Ensino de Filosofia	Sociedade e Fronteiras	-	40 – DE
32	Nielson Honório Caires	Licenciatura em Matemática	Docência do Ensino Superior	Matemática Pura	-	40 – DE
33	Paulo Sergio Romeu Alvarenga	Letras - Licenciatura: Língua Inglesa e Língua Portuguesa	Docência para a Educação Profissional	Engenharia de Produção	-	40 – DE
34	Rafaela dos Santos Morgade	Licenciatura em Língua Espanhola e Literatura Hispânica	Tradução em Espanhol	Letras	-	40 – DE
35	Rosiane Valeska Carvalho das Neves	Letras português/literatura Letras português/ inglês	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira	Letras: Literatura Comparada	-	40 – DE
36	Sandra Grutzmacher	Licenciatura Plena em Português	Literatura Brasileira e MBA em Recursos Humanos e Marketing	Educação	-	40 – DE
37	Simone Sibele Schuertz Souza	Tecnologia em Design Gráfico; Bacharelado em Ciência da Computação	Engenharia de Sistemas	Educação Profissional e Tecnológica	-	40 – DE
38	Sueli Souza Martins	Licenciatura em Geografia	Metodologias de Ensino na Educação Superior	-	-	40 – DE
39	Tarsis Araújo Magalhães Ramos	Licenciatura em Língua Portuguesa/Literatura	Educação Ambiental	-	-	40 – DE
40	Tatyanne Rezende Costa	Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda	Gestão de Marketing e Comunicação Integrada	-	-	40 – DE
41	Vagner Basqueroto Martins	Bacharelado em Design Gráfico e de Produtos	MBA em Design Thinking	Design	-	40 – DE
42	Valéria Patricia Araujo Silva	Licenciatura Plena em Ciências Sociais e Graduação em Pedagogia	Educação de Jovens e Adultos, com Ênfase em Economia Solidária	Ciências Sociais	Ciências Sociais	40 – DE
43	Valério Ramalho da Silva	Licenciatura em Educação Artística	Tecnologia em Educação a Distância	Educação	-	40 – DE
44	Veritha Nascimento Pessoa	Licenciatura em Geografia	Educação Ambiental	Geografia	-	40 – DE
45	Vitor Lopes Resende	Bacharelado em Comunicação Social	MBA em Negócios e Empreendimentos e MBA em Gestão Gastronômica e Hoteleira	Comunicação	Comunicação	40 – DE
46	Viviane Paludo	Bacharelado em Design; Tecnologia em Gestão	Desenvolvimento mobile	-	-	40 – DE

	Schultz	Pública				
47	Wilson Alves da Silva Filho	Bacharelado em Secretariado Executivo	Educação Empreendedora	-	-	40 – DE

b) Equipe Técnico-administrativo

Nº	Técnico	CARGO/ FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CH
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
1	Aline Lima Soares da Costa	Auxiliar de Biblioteca	Agroindústria	Licenciatura em Letras - Espanhol	Especialização em Compreensão de Textos e Tradução da Língua Espanhola	-	-	40
2	Antonio Teixeira Linhares Filho	Operador de Máquinas Pesadas	-	-	-	-	-	40
3	Daniel Sanches de Lima	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	-	-	-	-	40
4	Diogo Saul Silva Santos	Administrador	-	Bacharelado em Administração	Gestão e Administração Pública	-	-	40
5	Dumont Camelo Melo	Técnico em Laboratório	-	Bacharelado em Ciência da Computação	Informática e Comunicação na Educação	-	-	40
6	Elisângela Monção Mine	Assistente Social	-	Bacharelado em Serviço Social	Gestão Social: Defesa e Garantia de Direitos.	-	-	40
7	Elivaldo Torreia de Souza	Assistente em Administração		Bacharelado em contabilidade	Gestão Pública	-	-	40
8	Enilde Lopes Satelles	Técnico em Secretariado	Secretariado	Bacharelado em Administração	Gestão de Pessoas	-	-	40
9	Eunice Lima de Oliveira Barbosa	Tradutor e Intérprete de LIBRAS	-	Licenciatura em Pedagogia; Bacharelado em Letras-libras	Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	-	-	40
10	Gabriel Carvalho Gomes	Técnico em Laboratório	Técnico em Biocombustíveis	Tecnologia em Gestão ambiental	-	Agroecologia	-	40
11	Gessiglay Samuel da Silva	Auxiliar em Administração	-	-	-	-	-	40
12	Gildo Sousa dos Santos Junior	Técnico em Audiovisual	-	Tecnologia em Gerência de conteúdo para web	-	-	-	40
13	Igor Sales Gomes de Lima	Tecnólogo em Gestão Pública	-	Tecnologia em Gestão Pública	MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	-	-	40
14	Ilnara da Silva Ferreira	Assistente de Aluno	-	Tecnologia em Gestão Pública	-	-	-	40
15	João Danilo Souto Maior Nogueira Neto	Técnico em Eletrotécnica	-	Bacharelado em Engenharia Elétrica	-	-	-	40

16	Jonatas Silva Lima	Tecnólogo em Gestão Pública	-	Tecnologia em Gestão Pública	-	-	-	40
17	Jorge Luis Cavalcante de Souza	Assistente em Administração	-	Bacharelado em Direito	Direito Público	-	-	40
18	Jose Gabriel Ribeiro Figueiredo	Tradutor Intérprete de Libras	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	MBA em Administração Estratégica; Tradução, Interpretação e Docência da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Educação Profissional e Tecnológica	-	40
19	Joziane Lucas Gomes	Assistente de Aluno	-	Licenciatura em Ciências Biológicas	-	-	-	40
20	Larissa Oliveira Lira	Psicóloga	-	Bacharelado em Psicologia	Saúde pública com ênfase em saúde da família.	-	-	40
21	Leidiane Firmino de Sá	Assistente em Administração	-	Licenciatura Plena em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica; Tecnologia em Gestão Ambiental	-	-	-	40
22	Leonardo Pereira Santos	Contador	-	Bacharelado em Ciências Contábeis	Gestão Pública	-	-	40
23	Manael Pais Pereira Junior	Técnico em Tecnologia da Informação	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Sistemas de Telecomunicações	-	-	40
24	Maria da Conceicao Moraes de Oliveira	Assistente em Administração	-	Administração em Sistema de Informação	PROEJA	Educação	-	40
25	Marta Sabrina Mota	Administradora	-	Bacharelado em Ciências Contábeis e Administração	Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	-	-	40
26	Marta Silva Sousa	Assistente Social	-	Bacharelado em Serviço Social	Serviço Social na Educação	-	-	40
27	Maycon Diego Silva Ribeiro	Analista de Sistemas de Informação	-	Bacharelado em Sistemas de Informação	Engenharia de Sistemas	-	-	40
28	Nataliana Ribeiro dos Santos	Assistente em Administração	-	Licenciatura Plena e Bacharelado em História	Gestão Escolar	-	-	40
29	Rosana Maria Lima Oliveira	Técnico em Secretariado	-	Gestão Pública	Gestão pública e de pessoas	-	-	40
30	Rosineia Silva da Silva	Bibliotecário/Documentalista	-	Bacharelado em Biblioteconomia	Gestão da Informação em Biblioteca Digital	-	-	40
31	Sheneville Cunha de Araújo	Jornalista	-	Bacharelado em Comunicação Social	Comunicação Social, Assessoria de Comunicação e	Antropologia Social	-	30

					Novas Tecnologias			
32	Thiago dos Santos Cidade	Técnico em Tecnologia da Informação	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Projetos de Sistemas de Informação	-	-	40
33	Vivian Alves de Azevedo	Enfermeira	Enfermagem	Bacharelado em Enfermagem	Saúde da Família na atenção primária; Enfermagem do trabalho; Enfermagem Obstétrica	-	-	40

c) Corpo Técnico-Pedagógica

Nº	Técnico	CARGO/ FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CH
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
1	Aldaires Aires da Silva Lima	Técnico em Assuntos Educacionais	-	Licenciatura em Ciências Biológicas	Educação Ambiental e Sustentabilidade; Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	Educação	-	40
2	Fernando Silva e Silva	Técnico em Assuntos Educacionais	-	Licenciatura em História; Bacharelado em Direito	Educação e Direitos Humanos	Sociedade e Fronteiras	-	40
3	Francimeire Sales de Souza	Pedagoga	-	Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Coordenação pedagógica	Gestão Escolar; Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	Educação	-	40
4	Luana Firmino Lobo	Pedagoga	-	Pedagogia	Metodologia do Ensino Superior e EAD	Educação	-	40

26. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

Para o Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) estabelece como infraestrutura mínima:

- Biblioteca com acervo físico e/ou virtual específico e atualizado;
- Laboratório de informática com softwares e equipamentos compatíveis;
- Escritório acadêmico/experimental de design;
- Laboratório de desenho;
- Laboratório de processos gráficos.

Em conformidade com o disposto no CNCST, e com o objetivo de atender às demandas do Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, o Campus Boa Vista Zona Oeste dispõe da seguinte infraestrutura física e tecnológica:

- I. Biblioteca;
- II. Sala compartilhada para os docentes;
- III. Sala de pesquisa para os docentes;
- IV. Sala da Coordenação do Curso;
- V. Sala da equipe técnica-pedagógica (COPED);
- VI. Sala da equipe técnica de assistência estudantil (CAES);
- VII. Dois laboratórios de informática;
- VIII. Laboratório de física e matemática;
- IX. Laboratório de química e biologia;

- X. Laboratório IF Maker (Laboratório experimental / Laboratório de desenho / Laboratório de processos gráficos);
- XI. Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA);
- XII. Dez salas de aulas;
- XIII. Copa para os servidores;
- XIV. Refeitório estudantil;
- XV. Quadra poliesportiva;
- XVI. Quadra de areia;
- XVII. Departamento de Administração e Planejamento (DAP);
- XVIII. Sala de Tecnologia da Informação (CTI);
- XIX. Sala de Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio (CAP);
- XX. Sala da direção de ensino (DEN);
- XXI. Sala do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI);
- XXII. Sala da Coordenação de Apoio às Pessoas Com Necessidades Específicas (CAPNE);
- XXIII. Banheiros para estudantes, servidores e para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

27. BIBLIOTECA

A Biblioteca do IFRR CBVZO possui área total de 296,05 m², dividida em 05 (cinco) ambientes/setores, listados abaixo:

- I. Área de atendimento ao usuário;
- II. Área do ambiente para pesquisa individual e/ou em grupo (salão de pesquisa);
- III. Área de pesquisa virtual;
- IV. Área do acervo geral;
- V. Área do processamento técnico do acervo em geral; e
- VI. Área administrativa do bibliotecário (onde também se faz uso para o serviço de Desenvolvimento de coleções, cadastro do acervo, arquivo e Multiuso).

O acervo é composto por aproximadamente 2100 (dois mil e cem) exemplares cadastrados no sistema PERGAMUM para utilização dos usuários. Assim como em outros *campus* da rede federal, a biblioteca do IFRR CBVZO está unificada com a Biblioteca Virtual PEARSON, disponibilizando aos usuários acesso gratuito a mais de 17700 (dezessete mil e setecentos) e-books de diversas áreas do conhecimento.

O salão de pesquisa para grupos possui 09 (nove) mesas e 22 (vinte e duas) cadeiras. Para a pesquisa individual, a biblioteca ainda conta com 10 (dez) computadores conectados à *internet*, disponíveis para elaboração de trabalhos acadêmicos.

28. EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Os espaços físicos utilizados pelo curso são constituídos por infraestrutura adequada que atende às necessidades exigidas pelas normas legais, institucionais, diretrizes do curso e órgãos oficiais de fiscalização pública. As dependências encontram-se dentro do padrão de qualidade exigido pela Lei de Acessibilidade nº 13.146/2015, sendo que o acesso às salas de aula, bem como a circulação pelo *campus*, é sinalizado por pisos táteis e orientação em braile. Há rampas em espaços que necessitam de deslocamento vertical.

A infraestrutura compõe-se dos seguintes espaços: salas de aula, instalações administrativas, instalações para os docentes, coordenação, laboratórios específicos, auditório, biblioteca etc.

Os mobiliários são adequados para as atividades, todas as salas de aula são dotadas de carteiras móveis em material adequado. A mesa do professor também é adequada ao trabalho do docente, tanto em relação ao material quanto às dimensões e localização. A lousa é feita em vidro e os professores utilizam pincel para o desenvolvimento de suas atividades, fornecidos periodicamente pela instituição. Todas as salas possuem sistema de refrigeração artificial através de aparelhos de ar-condicionado. A limpeza das salas de aula é realizada diariamente. Todas as salas de aula possuem acesso à *internet* e contam com projetor multimídia.

Os Laboratórios de Informática, amplamente utilizados pelos docentes e discentes, garantem as condições necessárias para atender às demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas, promovendo também o desenvolvimento de habilidades referentes ao levantamento bibliográfico e à utilização de bases de dados.

O espaço dispõe de equipamentos novos para propiciar conforto e agilidade aos seus usuários, que podem contar com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação (TI), nos horários de aulas e em momentos extraclasses, para esclarecer dúvidas e resolver problemas.

A Instituição disponibiliza recursos de informática aos seus discentes (recursos de hardware e software), implementados de acordo com as necessidades do curso. Estão disponibilizados laboratórios específicos e compartilhados de informática entre os vários cursos, todos atendendo às aulas e às monitorias.

O *campus* ainda conta com um laboratório de prototipagem, criatividade e inovação, denominado IF Maker CBVZO, que está equipado com impressoras 3D, CNCs laser, CNC Router, Kits de Robótica, Notebooks, Plotter de recorte, Smart TVs, equipamentos da área de marcenaria (furadeira/parafusadeira, lixadeira, serra tico tico, etc) e projetor multimídia.

Além da biblioteca física, o *campus* possui uma biblioteca virtual que é gerenciada em suas rotinas pelo software Pergamum, programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Seu acervo consta não somente livros da bibliografia básica dos componentes curriculares ofertados, mas também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, enciclopédias, periódicos, jornais, mapas e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades, e está totalmente inserido no Sistema Pergamum, com possibilidade de acesso ao catálogo on-line para consulta.

A Biblioteca Digital tem como missão disponibilizar ao estudante mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência por meio de um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas.

29. DIPLOMAÇÃO

A obtenção do diploma de Tecnólogo em Design Gráfico fica condicionado à aprovação em todos os componentes curriculares, frequência mínima de 75%, cumprimento da carga horária das Atividades Científicos-Culturais (ACCs), aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, situação regular do estudante junto ao ENADE, conforme estabelece a Organização Didática vigente do IFRR, bem como à emissão do documento de Nada Consta pelos setores do *Campus Boa Vista Zona Oeste* e à participação na cerimônia de Outorga de Grau.

REFERÊNCIAS

- BACICH, L.; MORAN, J. M. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jan. 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 maio 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos superiores de tecnologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.
- BRASIL. **Decreto de 13 de novembro de 2002**. Transforma a ETFRR em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 026, de 12 de outubro de 1988**. Cria a Escola Técnica de Roraima. Diário Oficial do Estado de Roraima, Boa Vista, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jul. 2004.
- BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 3 dez. 2004.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 out. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993**. Cria a Escola Técnica Federal de Roraima. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 jul. 1993.
- BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 1994.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 maio 2025.
- BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 15 abr. 2004.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Regulamenta o estágio de estudantes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711/2012 para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022. Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para permitir a realização de avaliações in loco na modalidade virtual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera dispositivos da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST. Brasília, DF: MEC, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Diário Oficial da União, nº 1.286, de 23 de outubro de 2012. Implantação do Campus Boa Vista Zona Oeste.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica nº 509/2017/CGRAG/DIPES/SESU/SESU. Justificativa sobre o ponto de corte do Grupo de Washington. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017. Dispõe sobre procedimentos para a implementação das políticas de ações afirmativas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Brasília, DF: MTE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Ofício nº 3/2017/SEI/SNDPD/MDH. Recomendação sobre inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018. Dispõe sobre o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2018.

CONSELHO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO DE RORAIMA. Parecer nº 26/89, de 21 de dezembro de 1989. Aprova o regimento da Escola Técnica de Roraima.

GUIMARÃES, L. P. et al. Laboratórios de fabricação digital e o desenvolvimento de competências no ensino técnico e tecnológico. Revista Educação, Tecnologia e Sociedade, v. 15, n. 2, p. 45–59, 2022.

IBGE. Cadastro Central de Empresas – CEMPRE 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2022: população e indicadores socioeconômicos de Roraima. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Ofício nº 352/2017/PR. Posicionamento técnico sobre a inclusão e classificação de dados referentes à deficiência. Rio de Janeiro, 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Edital nº 30/2022 – PROPESPI/IFRR. Ajuda de Custo à Publicação Científica, Tecnológica e Cultural. Boa Vista: IFRR, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Organização Didática do Instituto Federal de Roraima. Boa Vista, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028. Boa Vista: IFRR, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Resolução CONSUP/IFRR nº 292, de 2017. Regulamenta estágios no IFRR. Boa Vista, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Resolução CONSUP/IFRR nº 418, de 2018. Dispõe sobre o estágio curricular no IFRR. Boa Vista, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA. Resolução CONSUP/IFRR nº 469, de 17 de setembro de 2019. Dispõe sobre o regulamento dos colegiados de cursos técnicos e superiores. Boa Vista, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 477, de 2019.** Dispõe sobre o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR. Boa Vista, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 558, de 3 de março de 2021.** Dispõe sobre a Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do IFRR.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 608, de 26 de outubro de 2021.** Dispõe sobre a política de acompanhamento de egressos no âmbito do IFRR. Boa Vista: IFRR, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 657, de 2022.** Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFRR. Boa Vista, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 682, de 2022.** Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023.** Dispõe sobre a Organização Didática do IFRR. Boa Vista, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 730, de 30 de março de 2023.** Estabelece normas e diretrizes para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 746, de 2023.** Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso nos cursos de graduação do IFRR. Boa Vista, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA. **Resolução CONSUP/IFRR nº 473, de 21 de outubro de 2019.** Aprova o regulamento das atividades didático-pedagógicas no âmbito do IFRR. Boa Vista, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 795, de 2024.** Dispõe sobre as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs). Boa Vista, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 824, de 25 de fevereiro de 2025.** Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs).

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 469, de 17 de setembro de 2019.** Aprova o regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação do Instituto Federal de Roraima.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 432, de 12 de fevereiro de 2019.** Aprova o regulamento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFRR.

NSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. **Resolução CONSUP/IFRR nº 772, de 25 de janeiro de 2024.** Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições das Coordenações de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais dos campi do IFRR.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

SCHUARTZ, C. A.; SARMENTO, R. A. **As TDICs e a educação: desafios e perspectivas na contemporaneidade.** Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade, v. 13, n. 1, p. 85–102, 2020.

SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SUAP. **Dados estatísticos internos.** Instituto Federal de Roraima, 2024.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD1 - IFRR**, em 27/01/2026 13:31:41.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/01/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 405498

Código de Autenticação: 1507012245





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 ,
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 881, de 27 de janeiro de 2026.

Dispõe sobre a Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Roraima (IFRR).

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, considerando a autonomia institucional conferida pelo art. 1º da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, a Resolução CNE/CP n.º 4, de 29 de maio de 2024, o Processo n.º 23231.000966.2025-95 e a decisão do colegiado tomada na 101ª sessão plenária, realizada em 17 de dezembro de 2025,

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º A Curricularização da Extensão consiste na integração de atividades extensionistas ao ensino e à pesquisa nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), visando à formação acadêmica articulada à transformação social.

Parágrafo único. Esta resolução estabelece as diretrizes gerais para a inserção da extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), orientando sua implementação e efetivação como prática educativa institucional.

Art. 2.º A Curricularização da Extensão tem como objetivo consolidar, aprimorar e integrar as atividades extensionistas aos processos formativos dos estudantes, observando os seguintes princípios:

I – da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao longo da trajetória acadêmica no respectivo curso;

II – da relação interativa entre docentes e estudantes no desenvolvimento das atividades de extensão;

III – do atendimento à comunidade externa, como processo de aplicação de soluções acadêmicas ou institucionais a questões do meio social, especialmente a grupos em vulnerabilidade socioeconômica e/ou ambiental;

IV – da indução do desenvolvimento sustentável, especialmente no universo dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APLs); e

V – da preparação dos estudantes para sua atuação no mundo do trabalho, conforme as dinâmicas do meio social e seu perfil de formação.

Art. 3.º A Curricularização da Extensão foca o atendimento às diretrizes da extensão, que se resumem em cinco “**is**”: indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; interação dialógica; impacto na formação do estudante; e impacto na transformação social.

Art. 4.º A estruturação e a prática das Diretrizes da Extensão na Graduação consideram os seguintes aspectos:

I – a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II – o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III – a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV – a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V – o incentivo à atuação da comunidade acadêmica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; e

VII – a atuação na produção e na construção de conhecimentos atualizados e voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS

Art. 5.º Os PPCs de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de carga horária equivalente após a devida avaliação.

Art. 6.º As atividades de extensão devem corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) da carga horária total do curso de graduação, integrando-se obrigatoriamente à matriz curricular.

Art. 7.º A Curricularização da Extensão se aplica, obrigatoriamente, a todos os cursos de graduação do IFRR em todas as suas modalidades de ensino, em todos os *campi*.

Art. 8.º A Curricularização da Extensão também pode ser adotada nos cursos técnicos e de pós-graduação em todos os *campi*, conforme o Projeto Pedagógico do respectivo curso.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO CURRICULAR

Art. 9.º A carga horária das atividades de extensão para fins de curricularização nesta resolução deve ser prevista e realizada dentro do conjunto de componentes curriculares do curso, exceto estágio, trabalho de conclusão de curso, práticas profissionais e atividades acadêmico-científico-culturais.

Art. 10. A composição curricular para fins de Curricularização da Extensão deve envolver as diretrizes citadas no artigo 4.º, sempre com atividades dos estudantes orientadas por docentes, direcionadas e aplicadas à comunidade externa, de acordo com o perfil de formação.

Art. 11. As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos PPCs, se inserem nas seguintes modalidades:

I – programas;

II – projetos;

III – cursos e oficinas;

IV – eventos; e

V – prestação de serviços.

Parágrafo único. As atividades extensionistas são parte integrante da matriz curricular dos cursos, derivadas de componentes curriculares distintos, podendo ser previstas de forma vinculada aos programas e aos projetos.

Art. 12. As atividades extensionistas deverão ser incorporadas à matriz curricular do PPC por meio de sua integração a, pelo menos, um dos tipos de componente curricular a seguir:

I – Componentes curriculares obrigatórios; e

II – Componentes curriculares com parte da carga horária destinada a atividades de extensão, podendo ser contempladas por meio de:

a) Desenvolvimento de Projeto Integrador;

b) Programa ou projeto que se caracterize (total ou parcialmente) com a natureza extensionista; e

c) Seminários curriculares com natureza extensionista.

Art. 13. O processo de curricularização deve garantir a participação ativa dos estudantes na organização, na execução e na aplicação das ações de extensão na comunidade externa.

Art. 14. São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente a comunidade externa e que estejam vinculadas à formação do estudante conforme as normas institucionais próprias.

Art. 15. A matriz curricular dos cursos deve prever a carga horária das atividades de curricularização da extensão distribuídas em seus componentes, com delineamento metodológico das respectivas atividades de extensão que devem ser previstas no Plano de Ensino e no módulo Extensão no Suap.

CAPÍTULO IV **DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

Art. 16. A carga horária mínima de extensão poderá ser cumprida como parte de componente(s) curricular(es) ou na forma de componente(s) curricular(es) específico(s).

Parágrafo único. A relação entre teoria e prática deve ser garantida ao longo de todo o curso, de modo que a carga horária mínima de extensão consista na aplicação prática dos conceitos e das orientações aprendidos durante todo o curso e na comunidade externa.

Art. 17. As atividades de extensão nos cursos de licenciatura devem ser realizadas nas instituições de educação básica na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares.

Art. 18. A integralização curricular das atividades de extensão pode ser realizada por meio de atividades coletivas ou individuais orientadas por docentes.

Art. 19. A carga horária da curricularização da extensão engloba, além da aplicação prática em cada componente curricular, o planejamento de atividades, a elaboração de projetos, a preparação de materiais e a avaliação da ação na comunidade externa.

Parágrafo único. Poderá haver aproveitamento de carga horária em participação de atividades de extensão de componentes curriculares específicos de extensão, dispensando-se o seu cumprimento, desde que o processo e os critérios da avaliação para aproveitamento estejam previstos no PPC.

Art. 20. As atividades aqui previstas podem ser disciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares.

Parágrafo único. A carga horária de atividades de extensão de cada componente curricular deverá ser integralizada no módulo/semestre de sua oferta.

Art. 21. O programa/projeto vinculado às atividades de extensão deverá ser elaborado observando-se as diretrizes do edital de fluxo contínuo para registro e monitoramento de projetos de extensão no Suap publicado pela Pró-Reitoria de Extensão.

CAPÍTULO V **DAS ATRIBUIÇÕES NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

Art. 22. Ao coordenador de curso cabe:

I – Solicitar aos docentes lotados em componentes curriculares de extensão o registro, no Suap, dos programas/projetos no módulo Extensão.

Art. 23. Ao docente cabe:

I – Cadastrar, no Suap, os respectivos programas/projetos no módulo Extensão/Projetos;

II – Orientar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos estudantes extensionistas;

III – Estimular e valorizar o protagonismo e a participação dos estudantes extensionistas;

IV – Prever a carga horária docente atribuída conforme regulamento da jornada de trabalho docente vigente, observando que, se o projeto for decorrente da lotação em componente curricular, se atribui a carga horária prevista para o Grupo Ensino e, se for de Coordenação de Projeto de Extensão não vinculado ao componente curricular, a carga horária prevista no Grupo Extensão.

V – Registrar, mensalmente, no Suap, as atividades executadas, a fim de possibilitar o monitoramento, nos termos constantes no edital de fluxo contínuo para registro e monitoramento de projetos de extensão no Suap.

Art. 24. Ao discente cabe:

I – Planejar, em conjunto com o docente, as atividades de extensão propostas durante o módulo/semestre de seu curso;

II – Tomar ciência das atividades de extensão propostas durante o módulo/semestre de seu curso;

III – Participar ativamente da ação proposta;

IV – Fazer o acompanhamento da integralização da carga horária das atividades de extensão no seu histórico escolar;

V – Registrar, mensalmente, no Suap, as atividades executadas sob sua responsabilidade, conforme orientação do docente, a fim de possibilitar o monitoramento, nos termos constantes no edital de fluxo contínuo para registro e monitoramento de projetos de extensão no Suap.

Art. 25. As atividades de extensão podem contar, na sua execução, com a participação de colaboradores internos e externos.

§ 1.º Entendem-se como colaboradores docentes e egressos da instituição e demais membros da comunidade externa.

§ 2.º Recomenda-se ao colaborador docente da instituição destinar parte da sua carga horária na execução das atividades/ações previstas no projeto/programa, conforme anuêncio do chefe imediato.

§ 3.º Cabe ao colaborador externo a celebração do termo de trabalho voluntário, conforme os termos constantes no edital de fluxo contínuo para registro e monitoramento de projetos de extensão no Suap e em legislação pertinente.

CAPÍTULO VI **DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA EXTENSÃO**

Art. 26. A extensão institucional deverá estar sujeita a processo permanente de autoavaliação crítica, destinado ao aprimoramento de suas características fundamentais, em especial aquelas relacionadas à integração com o ensino e a pesquisa, à formação discente, à qualificação docente, à interação com a sociedade, à cooperação com parceiros e à articulação com as demais dimensões acadêmicas institucionais.

Art. 27. A avaliação das atividades de extensão deve incluir:

I – a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;

II – a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos PPCs; e

III – a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante da comunidade externa.

Art. 28. O coordenador do curso deverá avaliar regularmente as atividades de extensão, considerando a frequência e o desempenho dos estudantes.

Art. 29. No histórico escolar do estudante, deverá constar a carga horária total de atividades de extensão desenvolvidas ao longo do curso.

CAPÍTULO VII DO REGISTRO DA CURRICULARIZAÇÃO

Art. 30. Os componentes curriculares de integralização das atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão documentados, analisados, monitorados e devidamente registrados no Suap.

Art. 31. O Suap disporá de registro individualizado por estudante para integralização da carga horária das atividades de extensão e registro no seu histórico acadêmico.

Parágrafo único. As atividades de extensão registradas nos módulos Ensino, Extensão e Comunicação Social, especialmente no que concerne a cursos de formação inicial e continuada, programas/projetos e eventos, respectivamente, poderão ser integralizadas para o cômputo da carga horária de extensão no histórico de cada estudante.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. As atividades de extensão previstas neste processo de curricularização também subsidiarão os indicadores para as medidas do Índice de Desempenho do *campus* em atividades de extensão, conforme as instruções da Pró-Reitoria de Extensão do IFRR.

Art. 33. Fica revogada a Resolução n.º 558/2021, de 3 de março de 2021 e a Resolução n.º 872/2025, de 22 de dezembro de 2025

Art. 34. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em 27 de janeiro de 2026.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do Consup

ANEXO I – DIRETRIZES ORIENTADORAS PARA A INTEGRAÇÃO CURRICULAR DA EXTENSÃO NOS CURSOS SUPERIORES DE GRADUAÇÃO DO IFRR

(As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos PPCs, se inserem nas seguintes modalidades: I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; V – prestação de serviços)

Atividade de Extensão	Diretrizes	Parâmetro de Carga Horária
Componentes curriculares obrigatórios específicos de extensão	Contemplar a extensão como metodologia de mediação dos conteúdos curriculares conforme as especificidades do curso.	A critério
Desenvolvimento de Projeto Integrador	Articular componentes curriculares, estudantes e docentes de um curso para o desenvolvimento de atividades extensionistas.	20h a 60h
Programa ou projeto que se caracterize (total ou parcialmente) com a natureza extensionista	Realizar o planejamento e a preparação das atividades de extensão a serem desenvolvidas nos componentes, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), ou de outros programas ou projetos planejados e efetivados no âmbito dos cursos que se destinem aos propósitos da formação e que se caracterizem (total ou parcialmente) com a natureza extensionista.	20h a 60h
Seminários curriculares com natureza extensionista	Realizar o planejamento e a preparação das atividades de seminários desenvolvidos nos componentes curriculares que se caracterizam (total ou parcialmente) com a natureza extensionista.	20h a 60h

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD1 - IFRR**, em 27/01/2026 13:33:19.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/01/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 405468

Código de Autenticação: df566d3a3a





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 ,
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 882, de 28 de janeiro de 2026.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRR Campus Boa Vista Zona Oeste - CBVZO.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, **Ad referendum** deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 04 de Janeiro de 2023 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 682/CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2022 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23482.000128.2025-60,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRR Campus Boa Vista Zona Oeste - CBVZO, conforme Anexo.

Art. 2.º Fica revogada a Resolução nº 459/CONSELHO SUPERIOR, de 11 de julho de 2019 e a Resolução nº 879/CONSELHO SUPERIOR, de 27 de janeiro de 2026.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 28 de janeiro de 2026.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do Consup

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

BOA VISTA – RR
2025

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Bregagnoli

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETOR DO CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Isaac Sutil da Silva

DIRETORA DE ENSINO

Rafaela dos Santos Morgade

COORDENADOR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis - Presidente da comissão

Alexandre Soares de Melo

Hudson do Vale de Oliveira

Amarildo Ferreira Júnior

Viviane Paludo Schultz

Caio Felipe Fonseca do Nascimento

Fernanda Silva do Casal

Vitor Lopes Resende

Marcos Antônio de Oliveira

Wilson Alves da Silva Filho

Luana Firmino Lobo

Fernando Silva e Silva

Mariana Lima da Silva

Simone Sibele Schuertz Souza

Nielson Honório Caires

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Disposição dos cursos por *campus* do IFRR

Tabela 2: Representação Gráfica do Processo Formativo

Figura 1: Mapa do Estado de Roraima com a localização dos campi do IFRR

Quadro 1: Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Quadro 2: Perfil Das Equipes Docente

Quadro 3: Perfil Da Equipe Técnico-Administrativo

Quadro 4: Perfil Da Equipe Técnico-Pedagógica

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. APRESENTAÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

2.1 HISTÓRICO DO CAMPUS

2.2 MISSÃO

2.3 VISÃO

2.4 VALORES

3 JUSTIFICATIVA

4 OBJETIVO GERAL

4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

5 REGIME LETIVO

6 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

7 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESO

7.1 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESO

7.2 ACOMPANHAMENTO DO EGRESO

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 MATRIZ CURRICULAR

8.2. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO

8.3. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

8.4.EMENTÁRIO

8.5 TERMINALIDADE - SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

10 PRÁTICA PROFISSIONAL

11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

12 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICA-CULTURAIS (AACCs)

13 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

14 ATIVIDADES À DISTÂNCIA

15 ATIVIDADES DE TUTORIA

16 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

17 APOIO AO DISCENTE

17.1 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

17.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

17.3 APOIO PEDAGÓGICO

18 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

19 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

19.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

19.2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

19.3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

19.4 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE

20 COLEGIADO DO CURSO

21 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

22 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE

23 POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

24 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

25 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE)

26 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

27 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

27.1 AVALIAÇÃO INTERNA

27.2 AVALIAÇÃO EXTERNA

28 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

29 PERFIL DA EQUIPE DOCENTE

30 PERFIL DA EQUIPE TÉCNICO ADMINISTRATIVA

31 PERFIL DA EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA

32 INSTALAÇÕES

33 BIBLIOTECA

34 EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

35 DIPLOMAÇÃO

36 REFERÊNCIAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)/ Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO)

CNPJ: 10.839.508/0005-65

Eixo Tecnológico de atuação do Campus: Gestão e Negócios; Produção Cultural e Design.

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: Rua Professor Nonato Chacon, Nº 1976, Bairro: Laura Moreira Boa Vista/RR. CEP: 69.318-000.

Telefone(s): 3197-2704

Site do Campus: <https://ifrr.edu.br/unidades/zona-oeste/>

Reitora: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Diretor do Campus Boa Vista Zona Oeste : Isaac Sutil da Silva

Diretora de Ensino: Rafaela do Santos Morgade

Equipe responsável pela Elaboração do PPC

Portaria 0676/2025 GAB-CBVZO/IFRR, de 27 de fevereiro de 2025

Comissão Multidisciplinar

Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis - Presidente da comissão

Alexandre Soares de Melo

Hudson do Vale de Oliveira

Amarildo Ferreira Júnior

Viviane Paludo Schultz

Caio Felipe Fonseca do Nascimento

Fernanda Silva do Casal

Vitor Lopes Resende

Marcos Antônio de Oliveira

Wilson Alves da Silva Filho

Luana Firmino Lobo

Fernando Silva e Silva

Mariana Lima da Silva

Simone Sibele Schuertz Souza

Nielson Honório Caires

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Modalidade de oferta: Presencial

Turno de funcionamento: Vespertino e noturno

Periodicidade de oferta: Anual

Número de vagas ofertadas: 40 vagas

Carga horária total: 1.600 horas.

Regime letivo: Modular

Título outorgado: Tecnólogo (a) em Gestão Pública

Duração prevista: 2 (dois) anos e meio

Forma de ingresso: Vestibular

Integralização curricular mínima e máxima: 2 (dois) anos e 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos.

Coordenador do curso: Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis. Portaria 3784/2024 GAB/IFRR de 9 de Novembro de 2024.

Resolução de Autorização de Funcionamento: Resolução nº 459 Conselho Superior de 11 de julho de 2019.

1. APRESENTAÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma autarquia federal integrante do Sistema Federal de Ensino, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). A instituição possui sede e foro na cidade de Boa Vista e desenvolve suas atividades em todo o Estado de Roraima, tendo por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com vistas ao fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado.

A estrutura organizacional do IFRR é composta por uma Reitoria e cinco campi: Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e Bonfim, distribuídos estrategicamente de modo a atender aos 15 (quinze) municípios do Estado, considerando as especificidades regionais e as demandas educacionais, sociais e produtivas locais.

Entre seus objetivos institucionais, destacam-se a oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, incluindo cursos técnicos de nível médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos de graduação e cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado). Ademais, o IFRR desenvolve atividades de pesquisa aplicada e ações de extensão, voltadas à produção, à difusão do conhecimento e à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional.

Nesse contexto institucional, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRR tem como finalidade promover a formação de profissionais críticos, éticos e tecnicamente qualificados, aptos a atuar na administração pública, especialmente nos âmbitos municipal, estadual e federal. O PPC está alinhado às diretrizes da educação profissional e tecnológica e às necessidades socioeconômicas de Roraima, considerando suas especificidades territoriais, culturais e administrativas.

2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) tem sua origem na extinta Escola Técnica implantada de forma informal em outubro de 1986. Suas atividades tiveram início em 1987, com a oferta de vagas nos cursos técnicos em Eletrotécnica, atendendo 105 estudantes, e em Edificações, com 70 estudantes matriculados.

Nesse contexto, o Governo do então Território Federal de Roraima, por meio do Decreto nº 026, de 12 de outubro de 1988, instituiu a Escola Técnica de Roraima (ETRR). A ETRR obteve autorização de funcionamento e reconhecimento mediante o Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação (CTE-RR), de 21 de dezembro de 1989, que aprovou seu Regimento Interno, as matrizes curriculares dos cursos ofertados e validou todos os atos escolares praticados anteriormente à sua vigência.

Posteriormente, com a promulgação da Lei Federal nº 8.670, de 30 de junho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR). Em 1994, a ETFRR iniciou suas atividades nas instalações físicas da antiga Escola Técnica Estadual, contando com 74% de seus servidores oriundos da redistribuição do quadro de pessoal do extinto Território Federal de Roraima. Na ocasião, incorporou ao seu patrimônio a infraestrutura física, materiais e equipamentos, além de absorver integralmente os estudantes matriculados nos cursos de Edificações e Eletrotécnica.

A partir desse período, a ETFRR deu início a um processo de expansão da oferta de cursos e do número de vagas, implantando novos cursos, como o ensino fundamental (5^a a 8^a série, posteriormente descontinuado em 1996), Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, totalizando, naquele ano, 17 turmas e 406 estudantes matriculados.

Em dezembro de 1994, por meio da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro, publicada no Diário Oficial da União nº 233, de 9 de dezembro, Seção I, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, responsável por transformar as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Nesse contexto, em 2002, a ETFRR foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR), por meio de Decreto Federal de 13 de novembro. A transformação em CEFET-RR introduziu o princípio da verticalização da educação profissional, possibilitando a oferta de cursos de nível básico, técnico e superior.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro curso de nível superior implantado, estando diretamente vinculado ao processo de transformação da ETFRR em CEFET-RR. Em 2005, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que previa a implantação de Unidades Descentralizadas (UNEDs) em diversas unidades da federação. Nessa primeira fase, o CEFET-RR foi contemplado com a criação da UNED Novo Paraíso, localizada no município de Caracaraí, na região sul do Estado de Roraima.

As atividades pedagógicas da UNED Novo Paraíso tiveram início em agosto de 2007, com 172 estudantes matriculados no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma composta por 22 estudantes vinculados ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A UNED Novo Paraíso foi oficialmente inaugurada em 11 de novembro de 2007, com a presença do então Ministro da Educação, Fernando Haddad.

Na fase II do Plano de Expansão, o CEFET-RR foi contemplado com a implantação do *Campus Amajari*, localizado no município de Amajari, na região norte do Estado. Suas atividades iniciaram-se com o atendimento a 70 estudantes matriculados no Curso Técnico em Agricultura, funcionando inicialmente em caráter provisório nas dependências da Escola Estadual Ovídio Dias, mediante parceria firmada com a Secretaria de Estado da Educação e Desporto (SEED). Em setembro de 2012, o *Campus Amajari* foi oficialmente entregue à comunidade e, em dezembro do mesmo ano, inaugurado em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da adesão das Universidades Agrícolas e dos CEFETs com suas respectivas UNEDs. Nesse contexto, foi criado o IFRR, com seus respectivos Campi. Em 2010, com o lançamento da fase III do Plano de Expansão da Rede Federal, o IFRR foi contemplado com mais uma unidade, o *Campus Boa Vista Zona Oeste* (CBVZO), localizado no município de Boa Vista.

A oferta de cursos oferecidos pelos *campi* do IFRR está distribuída da seguinte forma:

Tabela 1: Disposição dos cursos por *campus* do IFRR.

Campus Amajari	Tecnologia em Aquicultura Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio EAD Técnico em Agroindústria Subsequente ao Ensino Médio EAD Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Português/Línguas Indígenas EAD
Campus Bonfim	Tecnologia em Gestão Pública Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio EAD
Campus Boa Vista	Tecnologia em Gestão Hospitalar Tecnologia em Análises e Desenvolvimento de Sistemas Tecnologia em Saneamento Ambiental Tecnologia em Gestão de Turismo Licenciatura em Ciências Biológicas Licenciatura em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica Licenciatura em Matemática Licenciatura em Educação Física Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio Técnico em Secretariado Integrado ao Ensino Médio Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Técnico em Enfermagem Subsequente ao Ensino Médio Técnico em Análises Clínicas Subsequente ao Ensino Médio Técnico em Energias Renováveis Subsequente ao Ensino Médio Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) Licenciatura em Pedagogia EAD Licenciatura em Matemática EAD Licenciatura em Ciências Biológicas EAD Licenciatura em Letras com Habilitação em Línguas e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola EAD Licenciatura em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica EAD
Campus Boa Vista Zona Oeste	Tecnologia em Gestão Pública Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio Técnico em Design Gráfico Integrado ao Ensino Médio Técnico em Publicidade Integrado ao Ensino Médio Técnico em Design Gráfico Subsequente ao Ensino Médio Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio Curso de Assistente em Administração do programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) Integrado à Formação Inicial e Continuada (FIC) Tecnologia em Gestão Pública EAD
Campus Novo Paraíso	Bacharelado em Agronomia Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio

2.1 HISTÓRICO DO CAMPUS

O Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) começou a ser implantado no dia 23 de outubro de 2012, por meio do DOU n.º 1.286. O desafio inicial foi o de estabelecer as condições necessárias e suficientes para a sua concepção, implantação e funcionamento do *campus*.

Em decorrência da falta de infraestrutura própria, o CBVZO funcionou primeiramente no Colégio Militarizado Estadual Professora Elza Breves de Carvalho, em parceria com o Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado de Educação. A criação do CBVZO possibilitaria à comunidade dessa região, cursos de formação profissional e atividades de promoção da cidadania, de modo a combater as desigualdades sociais e contribuir para a inserção dos trabalhadores no processo produtivo e no contexto sociocultural.

Entre os anos de 2017 e 2018, o Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) funcionou de forma provisória nas dependências do Campus Boa Vista, até a autorização para transferência definitiva para sua sede própria, localizada na Zona Oeste da cidade de Boa Vista, efetivada em fevereiro de 2018. Atualmente, o CBVZO oferta os cursos Técnico em Administração, Técnico em Design Gráfico e Técnico em Publicidade, na forma integrada ao Ensino Médio, em regime integral; Técnico em Administração e Técnico em Design Gráfico, na forma subsequente ao Ensino Médio, no turno noturno; PROEJA integrado ao curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Assistente em Administração, no turno noturno; além do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, também oferecido no período noturno. Ressalta-se que o *campus* já ofereceu os cursos Técnico em Serviços Públicos, nas formas integrada e subsequente ao Ensino Médio, Técnico em Comunicação Visual e Técnico em Comércio, na forma subsequente, cujas ofertas foram posteriormente descontinuadas.

O estabelecimento definitivo da sede do *Campus Boa Vista Zona Oeste* (CBVZO) ocorreu, entretanto, em um contexto de implantação gradual da infraestrutura necessária ao seu pleno e adequado funcionamento. À época, o *campus* não dispunha de refeitório nem de quadra poliesportiva. Atualmente, essas estruturas encontram-se implantadas, possibilitando melhores condições de atendimento à comunidade acadêmica. Com a ampliação e consolidação de sua infraestrutura física, o *campus* encontra-se apto a expandir a oferta de vagas nos três turnos, mantendo o compromisso com a qualidade do ensino ofertado à comunidade do seu entorno.

Nesse contexto, o CBVZO atua em diferentes modalidades de ensino, em consonância com as demandas educacionais e socioeconômicas da comunidade do seu entorno, sendo responsável, até o presente momento, pela formação integral de mais de 1.500 (mil e quinhentos) estudantes, conforme dados do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

O *Campus Boa Vista Zona Oeste* atua, atualmente, em dois eixos tecnológicos: Gestão e Negócios e Produção Cultural e Design. O eixo de Gestão e Negócios abrange tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão, contemplando atividades de planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos relacionados a negócios e serviços desenvolvidos em organizações e instituições públicas ou privadas, de diferentes portes e ramos de atuação. Esse eixo orienta-se pela busca contínua da qualidade, produtividade e competitividade, envolvendo o uso de tecnologias organizacionais, a comercialização de produtos e a aplicação de estratégias nas áreas de marketing, logística e finanças.

O eixo de Produção Cultural e Design, por sua vez, compreende tecnologias voltadas à produção, conservação, difusão, performance e gestão de bens culturais, tanto materiais quanto imateriais, com foco no fortalecimento da economia criativa e da produção cultural em seus diversos segmentos, espaços e meios de criação e fruição artística. Esse eixo fundamenta-se em saberes que articulam leitura e produção de textos técnicos, raciocínio lógico e estético, ciência e tecnologia, tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias da informação e comunicação, desenvolvimento interpessoal, legislação e políticas públicas, normas técnicas, saúde e segurança no trabalho, gestão da qualidade, responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental.

A organização curricular dos cursos ofertados pelo *campus*, nos eixos de Gestão e Negócios e de Produção Cultural e Design, contempla conhecimentos relacionados à leitura e produção de textos técnicos, estatística, raciocínio lógico e estético, línguas estrangeiras, ciência e tecnologia, tecnologias sociais, empreendedorismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias da informação e comunicação, desenvolvimento interpessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança no trabalho, responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental, qualidade de vida e ética profissional.

Figura 1: Mapa do Estado de Roraima com a localização dos *campi* do IFRR.



Fonte: Brasil, MEC/SETEC

2.2 MISSÃO

Promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

2.3 VISÃO

Ser referência no País como instituição de formação profissional e tecnológica na promoção de ensino, pesquisa e extensão.

2.4 VALORES

Ética, Compromisso Social, Gestão Democrática, Sustentabilidade, Respeito à Diversidade, Justiça e Excelência.

3 JUSTIFICATIVA

Socioeconomicamente, segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2022), o estado de Roraima possui população de 636.707 habitantes. Configurando-se como o estado menos populoso do país e que também possui o menor Produto Interno Bruto - PIB (R\$21,1 bilhões em 2022), sendo que a capital Boa Vista concentra mais de 65% da população, com 413.486 pessoas e 73% da riqueza gerada. A administração pública representa 49,1% do PIB, seguido pelo setor de serviços, com 36,7%, 8,6% da indústria e, por fim, da agropecuária, participando com 5,5%. Em 2021, segundo o cadastro central de empresas, havia o total de 6.969 empresas, subdividindo-se em agropecuária com 95 empresas; indústria com 387; construção civil com 374; comércio com 3.208; administração pública com 58 instituições e o setor de serviços com 2.847 empresas.

Quando se observa os indicadores de empregabilidade, divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (2023) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), verifica-se que a administração pública representa aproximadamente 35% do total de ocupados no estado. Somente em Boa Vista, em números absolutos, o total de pessoal ocupado na administração pública, defesa e segurança social passa de 53.547 (IBGE, 2023). Logo, a principal fonte de renda direta e indireta da população, ainda segundo o CAGED (2023) se deve ao funcionalismo público.

As condições que, após consulta pública à comunidade, Resolução nº 459/2019, do Conselho Superior do IFRR - CONSUP, em 11 de julho de 2019, apontaram a necessidade de qualificar o segundo maior número de funcionários públicos do Brasil por estado através da criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP) ainda se encontram presentes. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2023 apontam que o estado de Roraima conta com mais de 36% dos domicílios em situação de insegurança alimentar. Congruentemente, o complexo de bairros do entorno do *Campus*, a Zona Oeste, onde vivem a maior parte da população da capital, apresenta os mais baixos índices de desenvolvimento social e urbano, condições precárias de moradia, saneamento e transporte público. Fato que coloca grande parte da sua população em situação de vulnerabilidade social. Circunstâncias progressivamente agravadas pela migração da população venezuelana, dado os problemas de ordem socioeconômica do nosso país vizinho e as ameaças aos povos indígenas pela prática de garimpo ilegal que tem impactos ambientais e também socioeconômicos significativos na cidade de Boa Vista.

Dessa forma, a necessidade de formar, capacitar e aperfeiçoar pessoas para atuarem no âmbito da Gestão Pública, tem se tornado cada vez mais complexa, dinâmica e voltada para resultados, o que demanda que a formação de estudantes seja para além do domínio técnico, e sim que sejam capazes de pensar o território no qual estão inseridos, atuando por meio de ações de pesquisa e extensão ainda na graduação. Destarte, a formação de profissionais aptos a atuarem no planejamento, na implantação e no gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas, seja nas esferas federal, estadual, distrital, municipal, em organizações do terceiro setor ou instituições privadas que atendam à administração pública é o principal objetivo formativo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Curso esse, responsável atualmente pela formação de mais de 90 (noventa) profissionais que atuam desde a área de segurança pública à área da saúde.

Ao longo de seis anos de trajetória, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública vem buscando consolidar projetos e atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão, destes destacam-se o Projeto de Ensino Gestão Pública, o lançamento do livro Gestão Pública em Roraima: ética, política e transformação social e a atividade de extensão do projeto Literaturas indígenas e a força da ancestralidade no ensino das relações étnico-raciais.

O Projeto de Ensino “Gestão Pública em Debate” que objetiva promover a ampliação do universo cultural e formativo dos estudantes, para além da sala de aula, desenvolvendo suas capacidades de produzir significado teórico e prático para atuação no setor público, de forma interdisciplinar, por meio de um ciclo permanente de palestras e

debates temáticos envolvendo os assuntos, conteúdos, temas e discussões abordados nos componentes curriculares da área técnica do CSTGP.

Contemplado no Edital 30/2022- PROPESPI/IFRR - Ajuda de Custo à publicação científica, tecnológica e cultural, o lançamento do livro “Gestão Pública em Roraima: ética, política e transformação social” em março de 2025, organização da professora Clarice Gonçalves Rodrigues Alves, em alusão ao dia do Gestor Público, é uma obra de construção coletiva que reuniu pesquisas de professores e, na sua grande maioria, de trabalhos de conclusão de curso de alunos.

O projeto de extensão “Literaturas indígenas e a força da ancestralidade no ensino das relações etno-raciais” empenhou-se em apresentar as literaturas indígenas por meio de seus autores para os alunos e a comunidade, resultando numa feira literária.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do CBVZO, nesse contexto, está alinhado com os princípios e diretrizes do chamado Campo de Públicas, um movimento de natureza profissional e acadêmica, que reúne atores oriundos dos cursos de graduação e pós-graduação vinculados às áreas de Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão Social e demais Ciências do Estado, que reivindicam uma formação de natureza republicana, democrática, distinta e independente da formação tradicional dos cursos de Administração ofertados no Brasil, essencialmente voltados para o mundo corporativo das empresas.

Esse campo em que se situa o CSTGP, tem como fonte de inspiração a defesa dos valores democráticos e republicanos, além da reafirmação das diferenças do ensino de graduação em Gestão Pública da formação acadêmica de administração (empresarial), algo que restou devidamente estabelecido a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Administração Pública e congêneres, traduzidas na Resolução CNE/CES, nº 01, de 13 de janeiro de 2014.

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é reflexo do acompanhamento do Núcleo Estruturante (NDE), do Colegiado do Curso, da Equipe Pedagógica e do corpo docente a respeito dos resultados das avaliações semestrais de curso de 2024.2, da Comissão Própria de Avaliação (CPA) de 2024 e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) de 2023. Ademais, nas atualizações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2024-2028, da Resolução CONSUP/IFRR nº 682/2022, que estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima, da Resolução 558/2021 - CONSUP/IFRR, de 3 de março de 2021, que dispõe sobre a Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Roraima, do Catalogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia de 2024, da Organização Didática do Instituto Federal de Roraima de 2023, da Resolução CONSUP/IFRR N° 730, de 30 de março de 2023 que Estabelece normas e diretrizes para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos cursos de graduação, no âmbito do Instituto Federal de Roraima e da Resolução CONSUP/IFRR N° 824, de 25 de fevereiro de 2025 que Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico- Culturais (AACCs) do Instituto Federal de Roraima (IFRR).

Finalizando, a atualização do Projeto Pedagógico de Curso do CSTGP se dá em prol da reflexão sobre o acirramento dos problemas de ordem pública que nossos tecnólogos devem confrontar, do mesmo modo, na adequação às atuais normas e resoluções atentas às atuais necessidades de formação e atuação discente.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais aptos para atuar em todos os níveis e esferas da Administração Pública, também em entidades privadas que demandem profissionais responsáveis, transparentes, participativos e, sobretudo, preocupados com o bem estar social e o zelo pelo bem comum.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar uma visão sistêmica e integrada da gestão pública;
- planejar e executar projetos de gestão e serviços públicos;
- utilizar as técnicas de gerenciamento de processos e das novas tecnologias que viabilizem padrões de qualidade e produtividade exigidas na execução do trabalho;
- gerir recursos públicos – financeiros, humanos, tecnológicos e materiais – aplicando conceitos e

- instrumentos de gestão orientados para resultados;
- utilizar as técnicas de gerenciamento de processos e das novas tecnologias que viabilizem padrões de qualidade e produtividade exigidas na execução do trabalho;
 - compreender os processos de contratação de produtos e serviços no setor público, considerando as tendências e transformações na gestão pública;
 - elevar os padrões de eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública, com vistas a promover um serviço de qualidade e que atenda às demandas da sociedade;
 - desenvolver a capacidade de gerenciar pessoas, centrada no desenvolvimento de equipes, na comunicação interpessoal e no espírito de liderança, com foco na participação e na capacidade de tomar decisões dentro dos princípios legais que regulamentam a gestão pública e do senso de compromisso com a sociedade.

5 REGIME LETIVO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é modular. Os componentes curriculares estão distribuídos em cinco módulos, resultando em uma carga horária total de 1.600 horas. Para cumprir toda a matriz curricular o estudante terá que cumprir no mínimo dois anos e meio de estudos com integralização máxima de quatro anos. As matrículas se darão no início de cada módulo.

Conforme art. 25 da Lei nº 9394 de 1996, respeitando as condições de infraestrutura do *campus*, a carga horária semanal docente, assim como a relação adequada entre o número de alunos e professor, cabendo a cada sistema de ensino dentro das suas características locais o atendimento ao disposto no artigo, o limite de vagas anuais é de 40 (quarenta) estudantes.

6 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública ocorrerá por meio de vestibular, obedecendo às regras e aos critérios de seleção constantes no Edital, tal como as vagas reservadas para a ampla concorrência e as políticas de ações afirmativas, conforme Art. 3º do Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, Portaria Normativa nº 18, do Ministério da Educação, de 11 de outubro de 2012 e da Portaria Normativa nº 09, do Ministério da Educação, de 05 de maio de 2017, inciso II do art. 3º do Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012 e o artigo 5º da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, e o ponto de corte do Grupo de Washington justificado pela Nota Técnica nº 509/2017/CGRAG/DIPES/SESU/SESU do Ministério da Educação – MEC; o Ofício nº 3/2017/SEI/SNDPD/MDH da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos; e, o Ofício nº 352/2017/PR do IBGE.

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é destinado aos portadores do certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente e que tenham sido classificados no vestibular.

7 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Tecnólogo em Gestão Pública é um profissional de nível superior detentor de conhecimentos e habilidades administrativas, econômicas e sociais e estará apto a: diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública; desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública; planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional; aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional; planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão; e avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

7.1. ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESO

O profissional Tecnólogo em Gestão Pública poderá atuar em empresas de planejamento, de desenvolvimento de projetos, de assessoramento técnico e consultoria; organizações privadas prestadoras de serviço público; organizações sem fins lucrativos; órgãos públicos; institutos e centros de pesquisa; e instituições de ensino, mediante

formação requerida pela legislação vigente. Portanto, o profissional estará apto a desenvolver suas atividades tanto na área pública, em todas as esferas, como em instituições privadas que demandem profissionais da área.

7.2 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento do egresso será realizado de acordo com as políticas do IFRR, conforme a Resolução nº 608/2021 - CONSUP/IFRR, de 26 de outubro de 2021. Visa acompanhar a vida profissional dos egressos por meio de cadastros, de modo a manter a comunicação e promover eventos, atividades, intercâmbio e oferecer oportunidades acadêmicas e profissionais.

Em conjunto com as Coordenações de Extensão e de Pesquisa do *campus* objetiva-se promover projetos de ambas as modalidades que visem realizar atividades com os egressos, seja por meio de convites para palestras, oficinas, rodas de conversas ou para aplicação de pesquisas no sentido de compreender a realidade desses estudantes já formados, bem como sua atuação no mundo do trabalho. Assim, pretende-se diagnosticar como as habilidades e competências trabalhadas no curso são utilizadas por esses profissionais, compreendendo que melhorias necessárias podem ser realizadas.

Dentre os mecanismos que serão empregados para que se possa atingir os objetivos traçados para o acompanhamento dos egressos trazidos na resolução vigente para esse fim, a Coordenação do Curso, NDE e Colegiado promoverão encontros, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas para o contato, a atualização cadastral e o envolvimento dos egressos. No intuito de gerar integração entre egressos e estudantes em formação, serão reforçados os convites para que egressos atuantes no mundo do trabalho compartilhem suas experiências e projetos, visando assim uma troca profícua entre os dois grupos citados. Por fim, intensificará a divulgação de oportunidades de atualização e formação continuada para os egressos do curso, mantendo ativos grupos de comunicação por aplicativos e redes sociais do *campus*. Nesse sentido, ainda, a Coordenação de Curso apoiará a Coordenação de Extensão na disseminação de materiais que orientem os egressos sobre o PAE (Plano de Acompanhamento de Egressos) do IFRR.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública observa as determinações legais presentes no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) e na Resolução CNE/CP nº 1 de 5 de janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, e ainda, nas diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR e na Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O curso está organizado em 05 (cinco) módulos, com uma carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas para componentes curriculares obrigatórios e duração de 2 anos e meio. Dispõe de 180 (cento e oitenta) horas de carga horária para a curricularização da extensão a qual será ofertada por meio de componente curricular específico. Convém destacar que a hora relógio e hora aula no curso são equivalentes a 60 (sessenta) minutos.

O componente curricular de Língua Brasileira de Sinais - Libras, com carga horária de 60 (sessenta) horas, é previsto no curso de forma optativa e visa contribuir para a formação de futuros profissionais com conhecimentos sobre inclusão, acessibilidade e equidade.

As atividades didático-pedagógicas possuem caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar e serão previstas nos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, com objetivo de promover a relação teoria e prática, a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes, por meio de aulas regulares; atividades práticas e visitas técnicas; atividades e/ou eventos (palestras, seminários, mini-cursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras, exposições e outros) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

8.1 MATRIZ CURRICULAR

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRR/CBVZO, conforme demonstra o Quadro 1, a seguir, a matriz curricular está organizada com componentes curriculares com carga horária de 60 (sessenta) e 40 (quarenta) horas, dispondo de hora-aula e hora-relógio correspondente a 60 (sessenta) minutos, de modo a permitir o desenvolvimento da proposta de formação do curso em um tempo didaticamente aproveitável pelos estudantes.

O curso dispõe de 1.600 (mil e seiscentas) horas de carga horária obrigatória, desta, 120 (cento e vinte) horas

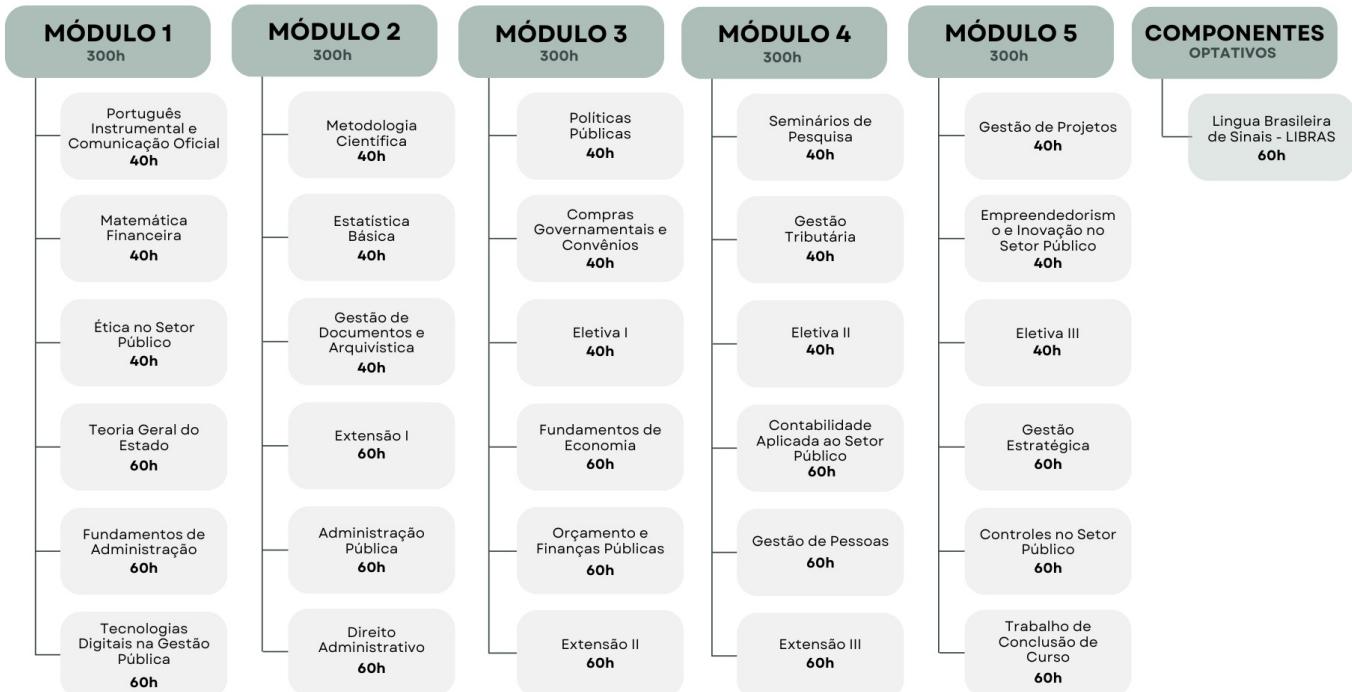
são destinadas aos componentes curriculares eletivos cuja proposta consiste em possibilitar aos estudantes a construção dos conhecimentos por meio de componentes curriculares complementares e especializados, agregando uma flexibilidade ao currículo.

Nos módulos III, IV e V serão ofertados componentes curriculares Eletivos, de 40 horas cada e que compõem o itinerário formativo obrigatório do curso. A cada módulo, antes do período da matrícula, o colegiado do curso deverá indicar a quantidade e quais componentes serão ofertados no módulo. Conforme decisão do colegiado do curso, a Coordenação de Registro Acadêmico, deverá incluir a oferta dos componentes eletivos para a livre escolha, dentre os componentes ofertados, pelos dos estudantes. Os componentes curriculares eletivos devem ser avaliados nos mesmos critérios dos demais componentes, especificados no item 20.1 (vinte ponto um), na avaliação de aprendizagem do estudante.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA			
Mód.	Código	Componentes Curriculares	CH Total
1º	PCO	Português Instrumental e Comunicação Oficial	40
	MAF	Matemática Financeira	40
	ESP	Ética no Setor Público	40
	TGE	Teoria Geral do Estado	60
	FADM	Fundamentos de Administração	60
	TDGP	Tecnologias Digitais na Gestão Pública	60
<i>Total</i>			300
2º	MC	Metodologia Científica	40
	EB	Estatística Básica	40
	GDA	Gestão de Documentos e Arquivística	40
	EXTI	Extensão I	60
	ADMP	Administração Pública	60
	DADM	Direito Administrativo	60
<i>Total</i>			300
3º	PP	Políticas Públicas	40
	CGC	Compras Governamentais e Convênios	40
	ELEI	Eletiva I	40
	FE	Fundamentos de Economia	60
	OFP	Orçamento e Finanças Públicas	60
	EXTII	Extensão II	60
<i>Total</i>			300
4º	SP	Seminários de Pesquisa	40
	GT	Gestão Tributária	40
	ELEII	Eletiva II	40
	CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60
	GPES	Gestão de Pessoas	60
	EXTIII	Extensão III	60
<i>Total</i>			300
5º	GPRO	Gestão de Projetos	40
	EISP	Empreendedorismo e Inovação no Setor Público	40
	ELEIII	Eletiva III	40
	GEST	Gestão Estratégica	60
	CSP	Controles no Setor Público	60
	TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	60
<i>Total</i>			240
COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS MÓDULO III/IV/V			
	AA	Ações Afirmativas	40
	AGP	Anarquismo e Gestão Pública	40
	CGP	Cinema e Gestão Pública	40

	ECGS	Emergência Climática e Gestão Socioambiental	40
	GSPP	Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas	40
	MGP	Marxismo e Gestão Pública	40
	MHO	Memória e História Oral	40
	NGPA	Negritude e Gestão Pública Antirracista	40
	NAS	Neurodiversidades, Acessibilidades e Sociedade	40
	PSAGP	Pensamento Social Amazônico e Gestão Pública	40
	PGPC	Planejamento e Gestão do Patrimônio Cultural	40
	PUR	Planejamento Urbano e Regional	40
	PIGDE	Povos Indígenas, Gestão e Diversidade Étnica	40
	EPGP	Educação Popular e Gestão Pública	40
	LASP	Logística Aplicado ao Setor Público	40
	CMSP	Comunicação e Marketing no Setor Público	40
	TEGP	Tópicos Especiais em Gestão Pública	40
<i>Total</i>			
		Atividades Acadêmicas-Científicas-Culturais	100
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA TOTAL DO CURSO			1600
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS			
	LB	Língua Brasileira de Sinais - Libras	60
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (OBRIGATÓRIA + OPTATIVA)			1.660

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública



8.3 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública visando atender ao disposto na Resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação e na Resolução nº 558/2021/CONSUP/IFRR que dispõe sobre a curricularização da extensão dos cursos de graduação do IFRR, propõe a curricularização da extensão com o objetivo de materializar o conhecimento adquirido na sala de aula em ações concretas que promovam a inclusão, a acessibilidade, a equidade, o multiculturalismo, a interculturalidade, a diversidade e a educação ambiental junto à comunidade externa.

Dedicado a temas pertinentes de ordem pública em consonância às demandas da comunidade, a curricularização da extensão intenta, para além do estímulo ao protagonismo discente, desenvolver habilidades e competências nos estudantes que os possibilite ser agentes de transformação social.

A curricularização da extensão é assegurada por meio da oferta de três componentes curriculares específicos dedicados a promover ações de articulação entre teoria e prática por meio de atividades, programas e projetos interdisciplinares tecnológicos, científicos, culturais, políticos e educacionais. A oferta dos componentes curriculares relacionados à curricularização da extensão serão realizadas nos módulos II (Extensão I), III (Extensão II) e IV (Extensão III), cada um com 60 (sessenta) horas, totalizando 180 (cento e oitenta) horas e permitindo ao discente a integralização curricular à prática extensionista.

A critério de escolha docente, a prática extensionista do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública será desenvolvida por meio de programas e projetos que podem ser vinculados a: cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços à comunidade de acordo com a ementa prevista no componente curricular. De acordo com essa perspectiva, destaca-se:

I) programas: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter continuado, multidisciplinar e integrado às atividades de pesquisa e/ou de ensino e inovação;

II) projetos: conjunto de atividades processuais contínuas, desenvolvidas por prazos determinados, com objetivos específicos, podendo ser vinculados ou não a um programa;

III) cursos: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou a distância, planejada para atender às demandas de um determinado público, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos;

IV) eventos: ação que tem por objetivo promover e divulgar o fazer institucional com a participação de público interno e externo; e

V) prestação de serviços: toda espécie de atividade ou trabalho lícito, material ou imaterial, contratada mediante contrapartida ou não, excluídas as relações de emprego e outros serviços regulados por legislação específica.

O programa/projeto vinculado às Atividades Curriculares de Extensão (ACE) deverá conter, com detalhamento, os seguintes itens: título, componentes curriculares envolvidos, dados dos coordenadores/membros, apresentação da proposta com ementa, justificativa, objetivos, cronograma de execução, público-alvo, estratégias metodológicas, indicadores, recursos utilizados, formas de avaliação, impacto social da ação executada e referências.

Diante disso, os componentes curriculares de extensão serão ofertados visando promover trocas de conhecimentos entre comunidade acadêmica e a sociedade, considerando as diretrizes da extensão no que se refere à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; interação dialógica; impacto na formação do estudante e impacto na transformação social.

I) No componente curricular Extensão I, ofertado no módulo II, a prática discente extensionista deverá promover ações de inclusão, acessibilidade e equidade.

II) No componente curricular Extensão II, ofertado no módulo III, a prática discente extensionista deverá promover ações de conscientização a respeito do multiculturalismo, da interculturalidade e da diversidade.

III) No componente curricular Extensão III, ofertado no módulo IV, a prática discente extensionista deverá promover ações de conscientização a respeito da educação ambiental.

A carga horária da curricularização da extensão, dividida em 30 (trinta) horas teóricas e 30 (trinta) horas práticas. Envolve desde o planejamento das atividades (elaboração de projetos, preparação de materiais e avaliação

da comunidade externa) a sua aplicação prática. Tais atividades podem ser disciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares.

No que concerne às atribuições na execução das atividades curricularizadas de extensão, destacam-se as do coordenador de curso, docente e discente:

I) Coordenador de curso: solicitar aos docentes o registro do módulo no setor de extensão das ACE e realizar o registro da carga horária no sistema institucional (SUAP) do seu campus.

II) Docente: cadastrar os respectivos programas/projetos no setor de extensão do seu campus; realizar a avaliação da ação na comunidade externa; computar a avaliação e acompanhar a frequência dos estudantes nas etapas de execução das ACE; e entregar o relatório das ACE ao setor de extensão do campus contendo a relação nominal dos estudantes participantes, bem como ao coordenador do curso para fins de registro acadêmico.

III) Discente: cadastrar-se nas ACE propostas durante o módulo; ter ciência do programa/projeto vinculado às ACE em que se cadastrou; realizar/participar da ação proposta; fazer o acompanhamento da integralização da carga horária de ACE no seu histórico escolar; e entregar relatório de participação nas ACE ao docente responsável pelo programa/projeto.

Da mesma maneira que nos demais componentes curriculares, de acordo com o art. 76 da Organização Didática, o registro de notas se dará por meio de diário de classe, preenchido pelo docente ao final de cada etapa avaliativa. Cabendo ainda ao docente, segundo o art. 357 da Organização Didática, a combinação de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) instrumentos avaliativos.

8.4 EMENTÁRIO

COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

FADM	Fundamentos de Administração				
Carga horária (HR*)					Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total	
48h	12h	-	-	60h	60h
Ementa					
Conceitos e Histórico da Administração. Teorias em Administração. Abordagens Clássicas: Teoria da Administração Científica, Teoria Administrativa e as Funções e Níveis da Administração, Teoria da Burocracia: limites e aplicações. Abordagens Humanistas e Críticas: Escola das Relações Humanas e Comportamentalista, Experiência e Saber Operário na Crítica de Ivar Oddone a Elton Mayo, Teoria Estruturalista, Teoria de Sistemas, Teoria Contingencial. Autogestão e territorialidade. Pensamento Crítico Brasileiro em Administração: Contribuições de Maurício Tragtenberg, Guerreiro Ramos, Fernando P. Motta e Maria Ester de Freitas. Administração Política e Descolonização do Saber Administrativo. Temas Contemporâneos em Administração: Gênero, Pessoas com Deficiência, Interseccionalidade e Relações Étnico-Raciais.					
Bibliografia Básica					
SANTOS, Elinaldo Leal. (Org.). Teorias Administrativas Contemporâneas: Diálogos e Convivência . 1. ed. São Paulo: Hucitec Editora e Edições Uesb, 2016.					
SANTOS, Reginaldo Souza; GOMES, Fábio Guedes. Outro Modo de Interpretar o Brasil: ensaios de Administração Política . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.					
SOBRAL, Filipe; PECL, Alketa. Administração: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro . 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.					
Bibliografia Complementar					
AMORIM, André Luis Marra do; BRÜNING, Camila Brüning. A influência de Maurício Tragtenberg na obra da primeira geração de pesquisadores nos Estudos Organizacionais críticos brasileiros . Cadernos EBAPE.BR, v. 13, n. 3, p. 478–492, jul. 2015.					
AZZELLINI, Dario. O movimento autogestionário mundial: uma perspectiva marxista . Marília: Lutas Anticapital, 2023.					
CAVALCANTI, Maria Fernanda Rios; SILVA, Andre Luis. Maria Ester de Freitas para além do pioneirismo: crítica e “brasiliadade” nos estudos organizacionais . Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 6, p. e2022-0266, 2023.					
CUNHA, Eduardo Vivian da; SOUSA, Washington Jose de. Administração e indígenas no Brasil: conhecimento e interesse na pesquisa stricto sensu. Cadernos EBAPE.BR , Rio de Janeiro, RJ, v. 20, n. 1, p. 20–34, jan. 2022.					
ODDONE, Ivar; RE, Andrea; BRIANTE, Giorgio. Experiência operária, consciência de classe e psicologia do trabalho . Belo Horizonte: Fabrefactum, 2023.					

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Repensando os Estudos Organizacionais: Por uma Nova Teoria do Conhecimento.** 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora e FAPEMIG, 2015.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Nova Ciência das Organizações: reconceituação da riqueza das nações.** Trad. Francisco G. Heidemann e Ariston Azevedo. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2022.

RIBEIRO, Elizabeth Matos; RIBEIRO, Mônica Matos; FONSECA, Francisco César Pinto da. **Administração política: Contribuições para o debate teórico-analítico e empírico da administração contemporânea.** Revista de Administração Contemporânea, 28 (5), e240087, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2024240087.por>

ROSA, Patrícia Rodrigues da; ANDION, Carolina. **(Re)Conhecendo o papel histórico e as contribuições das mulheres cientistas da administração pública brasileira.** Revista de Administração Pública, v. 59, n. 1, p. e2024–0194, 2025.

Seleção e introdução Celso Castro; Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

Cód.	Componente Curricular					
GDA	Gestão de Documentos e Arquivística					
Carga horária (HR*)		Carga Horária (Hora aula)**	Módulo			
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
20h	20h	-	-	40h	40h	II
Ementa						
Fundamentos da gestão de documentos: conceitos e características; Classificação de documentos e correspondências: métodos tradicionais e digitais; Ciclo de vida dos documentos e preservação digital; Métodos e sistemas de arquivamento físico e eletrônico; Gerenciamento eletrônico de documentos (GED) e tecnologias emergentes; Documentação arquivística e a transformação digital: blockchain, smart contracts e certificação digital; Arquivos especiais e repositórios digitais; Legislação aplicável a acesso à Informação e Proteção de Dados; Segurança, privacidade e integridade da informação; Inteligência Artificial aplicada à gestão documental.						
Bibliografia Básica						
LOPES, Maria Elisabete Ramos; SILVA, Francisco de Assis. Arquivística contemporânea: gestão e preservação de documentos na era digital . São Paulo: Atlas, 2021.						
PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática . 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.						
SCHELLENBERG, Theodore R. Gestão de documentos arquivísticos . Edição comemorativa. Brasília: Arquivo Nacional, 2020.						
Bibliografia Complementar						
ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Gestão de repositórios de preservação digital . RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 14, n. 3, p. 634–656, set./dez. 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbcii/article/view/8646346 . Acesso em: 16 jul. 2025						
BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. Gestão em arquivologia Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas . Londrina: EDUEL, 2008.						
BRASIL. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). Certificação digital e blockchain: autenticidade e validade de documentos eletrônicos . Brasília: ITI, 2022.						
BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). Guia de implementação da Lei de Acesso à Informação . Brasília: CGU, 2021.						
MACHADO, Elias. Arquitetura da informação e gestão documental na transformação digital . São Paulo: Summus Editorial, 2022.						

PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (Org.).
Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília:
Ipea e Enap, 2018. Disponível em:
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8487>.

REIS, Tiago Siqueira. Expropriação do funcionalismo público: o gerencialismo como projeto. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 80–89, jan. 2019.

SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. Governança Pública em Saúde Pós-Reforma Gerencial no Brasil: Reconciliando Perspectivas para uma Análise Multinível. **Administração Pública e Gestão Social**, 1(3), 148–158, 2017.
<https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.5154>.

Cód.	Componente Curricular					
DADM	Direito Administrativo					
Carga horária (HR*)		Carga Horária (Hora aula)**	Módulo			
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
48h	12h	-	-	60h	60h	II
Ementa						
Aspectos históricos do Direito. Direito Administrativo: noções gerais, origem, objeto e conceito. Poderes do Estado e sua divisão. Regime jurídico da Administração Pública. Princípios constitucionais básicos da Administração. Governo e Administração pública. Organização da Administração Pública: Administração pública direta e indireta. Poderes administrativos e deveres. Atos administrativos e suas características. Bens públicos: definição legal, espécies, classificação, características, afetação e desafetação. Serviços públicos. Concessão e permissão no serviço público. Direito administrativo sancionador. Agentes Públicos: espécies, agentes políticos, agentes administrativos e agentes em colaboração. Cargos, Empregos e Funções Públicas. Investidura e Provimento.						
Bibliografia Básica						
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 23.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2015.						
HACK, Érico. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. 2. ed.rev. atual. e amp. Curitiba: Intersaberes, 2013.						
QUENEHEN, Romulo. Direito Administrativo no Setor Público. Curitiba: Contentus, 2020.						
Bibliografia Complementar						
BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Cláudia. Eficiência e Ética na Administração Pública. 1. Ed. Paraná: Íthala, 2015.						
CONRADO, Regis da Silva. Serviços Públicos à Brasileira: Fundamentos Jurídicos, Definição e Aplicação. São Paulo: Saraiva, 2013.						
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.						
HIGA, Alberto Shinji; CASTRO, Marcos Pereira; OLIVEIRA, Simone Zanotello de. Manual de Direito Administrativo. 2ª ed. São Paulo: Rideel, 2021.						
QUENEHEN, Romulo. Direito Administrativo. Curitiba: Contentus, 2021.						

em: 17 jul. 2025.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Cód.	Componente Curricular					
CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Carga horária (HR*)		Carga Horária (Hora aula)**	Módulo			
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
48h	12h	-	-	60h	60h	IV
Ementa						
Aspectos conceituais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Plano de contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Noções básicas sobre Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Legislação aplicável à contabilidade aplicada ao setor público no Brasil.						
Bibliografia Básica						
BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP . 11. ed. Brasília: STN, 2025.						
MOTA, Francisco G. Lima. Contabilidade aplicada ao setor público . 2. ed. Brasília, DF: Gestão Pública, 2022						
PACELLI, Giovanni. Contabilidade Pública . 6. ed. Curitiba: Juspodivm, 2024.						
Bibliografia Complementar						
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.						
BEZERRA FILHO, João Eudes. E-book Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Abordagem Objetiva e Didática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021.						
CASTRO, Domingos Poubel de. Auditória, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018						
LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2022.						
LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem) . 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015.						

RIBEIRO, Wagner Costa. **Economia circular: conceitos, práticas e oportunidades**. São Paulo: Contexto, 2021.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

Cód.	Componente Curricular					
CSP	Controles no Setor Público	Carga horária (HR*)		Carga Horária (Hora aula)**	Módulo	
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total		
48h	12h	-	-	60h	60h	V
Ementa						
Espécies de controle na administração pública; Órgãos de controle e suas atribuições. Controle interno. Controle Externo. Auditoria governamental. Governança pública, accountability e Gestão de riscos. Transparência pública e controle social.						
Bibliografia Básica						
CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.						
CONTI, José Maurício; MOUTINHO, Donato Volkers; NASCIMENTO, Leandro Maciel do (coords.). Controle da administração pública no Brasil. 1. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2022.						
PINHO, José Antônio; SACRAMENTO, Ana Karla (Orgs). Accountability e governança no setor público. 1. ed. Salvador: Edufba, 2021.						
Bibliografia Complementar						
CHAVES, Renato Santos. Auditoria e controladoria no setor público: fortalecimento dos controles internos – com jurisprudência do TCU. 2. ed. São Paulo: Juruá, 2022.						
MOURA, Edmilson Borges de. Auditoria governamental na gestão pública e eficácia de gestão: para um modelo organizacional integrador. 1. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2024.						
NARDES, João Augusto Ribeiro; COLMENARES PÁRAMO, David Rogelio; GOMES VIEIRA, Luis Afonso et al. Governança pública: desafio para a América Latina e o Caribe. 1. ed. digital. São Paulo: Fórum, 2025.						
RODRIGUES JUNIOR, Manuel Salgueiro. Accountability, transparência e controle social[livro eletrônico]. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2024.						
SIRAQUE, Vanderlei. Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.						

Componentes Curriculares Eletivos

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Quem quer (pode) ser negro no Brasil?** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021.

LEITE, Rubenval Ferreira; LEITE, Natalia Carrer. Lei de cotas e o mercado de trabalho: perspectivas possíveis de se pensar sobre a “inclusão”. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 23, n. 7, p. e10717, 2025. DOI: 10.55905/oelv23n7-110. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/10717>. Acesso em: 15 ago. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. Trans*referenciando o currículo: cartografias desejantes de jovens transvestígneres. **Temas em Educação**, v. 33, n. 1, p. e rte331202407, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.68641>

RIOS, Flávia. (Org.). **A questão do pardo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Bregantini, 2025.

SILVA, Glauber Carvalho da; MOUTINHO, Laura. Ações afirmativas para pessoas trans e travestis: um processo não pacificado. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE, v. 40, n. 1, p. 45–58, 2025. DOI: 10.47250/forident.v40n1.p45-58. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/v40p45>. Acesso em: 14 ago. 2025.

Cód.	Componente Curricular			
PGPC	Planejamento e Gestão do Patrimônio Cultural			
Carga horária (HR*)		Carga Horária (Hora aula)**		Módulo
Teoria	Prática	EAD	Extensão	Total
34h	6h	-	-	40h
Ementa				
Conceitos e Histórico do Patrimônio Cultural. Sociogênese das práticas de preservação e salvaguarda no Brasil e no mundo. Patrimônio Cultural e Identidade. Patrimônio indígena, quilombola e comunidades tradicionais. Memória, território e diversidade cultural. Educação patrimonial. Marco Legal e Institucional. Participação Social, Engajamento Comunitário e Gestão Democrática. Instrumentos de Gestão e Planejamento. Salvaguarda e autogestão do patrimônio cultural.				
Bibliografia Básica				
BAHIA, Mirleide Chaar; TAVARES, Maria Goretti da Costa; FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. (Org.). Turismo, Lazer e Patrimônio na Pan-Amazônia . Belém: NAEA, 2022.				
CAMPOS, Yussef; KRENAK, Ailton. Lugares de Origem . São Paulo: Jandaíra, 2021.				
CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória : sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.				
Bibliografia Complementar				
ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; OLIVEIRA, Murana Arenillas. (Org.). Museus indígenas e quilombolas : centro de ciências e saberes. Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2017.				
BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade. (Org.). História oral e patrimônio cultural : potencialidades e transformações. São Paulo: Letra e Voz, 2018.				
PINHEIRO, Adson Rodrigo S.; OLIVEIRA, Ruben Ryan Gomes de. (Org.). Cadernos do patrimônio cultural : educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor; IPHAN, 2015.				
FERREIRA JÚNIOR, Amarildo; GUIMARÃES, Larissa Maria de Almeida; SILVA, Mariana Lima da. (Org.). Memórias do meu lugar : patrimônio cultural e território em Roraima. Boa Vista: IPHAN, 2022.				
FIGUEIREDO, Silvio Lima; PEREIRA, Edithe; BEZERRA, Márcia. (Org.). Turismo e gestão do patrimônio arqueológico . Belém: NAEA, 2024.				
SILVA, Fernando Fernandes da. As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade . São Paulo, SP: Edusp; Ed. Peirópolis, 2003.				

MORENO, Carlos. **Direito de Cidade: da cidade mundo à cidade de quinze minutos**. Coimbra, Portugal. Edições 70, 2024

MONTANDON, Daniel; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Orgs.). **Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual**. São Paulo: Edusp, 2001.

SILVA, Beatriz Fleury. AMANCIO, Carina Serra. ROSSI, Pedro Freire de Oliveira. TRINDADE, Thiago Aparecido. (Org). **A cidade em disputa: planos diretores e participação no cenário da Pandemia**. Marília: Lutas anticapital, 2021.

PEREIRA, Pedro Henrique Máximo (Org.). **Arquitetura e planejamento urbano: modelando o futuro**. São Paulo: Atena Editora, 2024.

VERAS, Antônio Tolrino de Resende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Cód.	Componente Curricular			
PIGDE	Povos Indígenas, Gestão e Diversidade Étnica			
Carga horária (HR*)		Carga Horária (Hora aula)**		Módulo
Teoria	Prática	EaD	Extensão	Total
34h	6h	-	-	40h
Ementa				
A crítica indígena. Territórios Indígenas. Políticas indigenistas no Brasil. Direitos indígenas e gestão governamental: marcos legais e práticas. Consulta prévia e direito à participação indígena. Gestão de políticas específicas: saúde e educação indígena. Povos indígenas em contexto urbano em Roraima.				
Bibliografia Básica				
CUSICANQUI, Silvia Rivera. Um mundo ch'ixi é possível: ensaios de um presente em crise. Trad. Sue Iamamoto. São Paulo: Editora Elefante, 2025.				
GRAEBER, David; WENGROW, David. O despertar de tudo: uma nova história da humanidade. 1. ed. Trad. Denise Bottman, Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.				
KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. 1. ed. 3. reimp. Trad. Beatriz Perrone-Moisés; Pref. Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.				
Bibliografia Complementar				
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: MEC/SEF, 2020.				
BRAND, Antonio Carlos; PEREIRA, Circe Maria Fernandes Bittencourt (orgs.). Povos indígenas no Brasil: histórias, culturas e saberes. São Paulo: Moderna, 2021.				
CANGUSSU, Daniel. Vestígios da floresta: povos indígenas refugiados da Amazônia. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2024.				
GOLDMAN, Marcio. (Org.). Outras histórias: ensaios sobre a composição de mundos na América e na África. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2021.				
KRENAK, Ailton; PIÚBA, Fabiano. (Orgs.) Desnaturada: cultura e natureza. Fortaleza: SECULT/CE, 2022.				
SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. O governo dos índios: Estado, políticas indigenistas e poderes locais. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2022.				

Componente Curricular Optativo

Cód.	Componente Curricular Optativo		
LB	Língua Brasileira de Sinais - Libras		
Carga horária (HR*)		Carga Horária (Hora aula)**	Módulo
Teoria	Prática		
48h	12h		
Ementa			
Legislação e fundamentos históricos. A cultura surda. Princípios básicos. Estrutura linguística. Mitos sobre língua de sinais. Vocabulário datilológico. Expressões faciais e corporais. Classificadores. Sinais e comunicação: saudações, características pessoais, calendário e tempo, animais, objetos, relações de parentesco, vestimenta, alimentação, numerais, meios de transporte, localidades, profissões, esportes.			
Bibliografia Básica			
FERNANDES, Eulália. Libras em contextos educacionais: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.			
KARNOPP, Lodenir Becker. Aquisição da linguagem de sinais e o desenvolvimento de crianças surdas. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2020			
MOURA, Lívia. Educação bilíngue para surdos: fundamentos e práticas. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2022.			
Bibliografia Complementar			
CASTRO, Alberto Rainha; CARVALHO, Ilza, Silva. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais. 4. ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2013			
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mão s. Volume 1: Sinais de A a D. São Paulo, SP: Edusp. 2017			
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mão s. Volume 2: Sinais de E a O. São Paulo, SP: Edusp. 2017.			
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em Suas Mão s. Volume 3: Sinais de P a Z. São Paulo, SP: Edusp. 2017			
QUADROS, Ronice Müller de. Libras: ensino, contexto e prática. Florianópolis: EdUFSC, 2020			

8.5 TERMINALIDADE - SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS

Este curso não prevê terminalidades intermediárias.

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de acordo com a Resolução nº 730/2023/CONSUP/IFRR, em seu Art. 2º, constitui-se uma atividade acadêmica específica, obrigatória nos cursos de graduação e corresponde a uma produção acadêmica, orientada por um ou mais docentes, resultante do conhecimento adquirido e acumulado pelo(s) estudante(s) durante a realização do curso, devendo ser realizado ao longo dos últimos semestres de formação.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública o TCC será realizado no módulo V, por meio do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso com carga horária de 60 (sessenta) horas, no qual os estudantes serão orientados quanto aos temas de pesquisa e a escolha da modalidade de TCC, bem como apresentarão o Projeto de TCC.

Poderão ser apresentados como TCC, neste curso, as seguintes modalidades: Monografia; Artigo científico, de revisão e original; Relatório técnico e/ou científico; Inovação de produto, processo ou serviço; Trabalho de produção audiovisual e/ou artística/cultural. O TCC poderá ser realizado individualmente ou em duplas, independente da modalidade.

A orientação de TCC deve ser registrada via criação de processo eletrônico no SUAP, cabendo ao orientador, para além do registro do processo, anexar os documentos referentes ao Termo de Aceite, Parecer Avaliativo, Declaração de Inexistência de Plágio, Termo para Repositório e Atas ou Memórias das reuniões de orientação.

O TCC deverá ser apresentado publicamente pelo estudante para uma Banca Examinadora composta por, no mínimo, três membros titulares. O Professor Orientador será membro nato e presidente da Banca Examinadora. É obrigatório que pelo menos um dos titulares da Banca Examinadora seja servidor do IFRR (I - Docentes do mesmo campus ou de outros campi do IFRR ou II - Técnico administrativo do IFRR, com experiência na área de concentração do TCC).

A defesa do TCC será realizada em evento específico, de caráter público, e deverá ser realizada até o prazo de integralização do curso previsto no PPC. O tempo definido para apresentação do TCC, em sessão aberta, à Banca Examinadora, poderá ser no mínimo 20 minutos e no máximo 30 minutos. Ao tempo previsto será acrescido o tempo de exibição do trabalho de produção audiovisual e/ou artística/cultural, quando o TCC for realizado nessa modalidade. A defesa do TCC será composta de quatro momentos: I - Apresentação oral do TCC pelo(s) estudante(s); II - Arguição dos membros da Banca Examinadora; III - Fechamento do processo de avaliação, com participação exclusiva dos membros da Banca Examinadora; IV - Elaboração da Ata de Defesa do TCC, leitura e assinatura dos participantes.

10 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional no âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública assume caráter didático-pedagógico integrador ao articular conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais construídos ao longo do processo educativo e visa promover a indissociabilidade entre teoria e prática, favorecendo a compreensão crítica da realidade e do mundo do trabalho.

Fundamenta-se em uma postura ativa do estudante, pautada na construção, reconstrução e problematização do conhecimento, superando a fragmentação dos saberes e estimulando a reflexão sobre os processos produtivos, sociais e tecnológicos. Nesse sentido, a prática profissional viabiliza experiências formativas que contribuem para o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e humanas, fortalecendo a formação integral, a autonomia

intelectual e o compromisso ético e social do futuro profissional.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a prática profissional possui carga horária de 100 (cem) horas e deve permear todos os módulos do curso. Será desenvolvida por meio dos componentes curriculares Ética no Setor Público (10 horas) no Módulo I; Gestão de Documentos e Arquivística (20 horas) no Módulo II; Compras Governamentais e Convênios (10 horas) e Orçamento e Finanças Públicas (10 horas) no Módulo III; Gestão de Pessoas (20 horas) no Módulo IV; Gestão de Projetos (10 horas) e Empreendedorismo e Inovação no Setor Público (20 horas) no Módulo V, de modo a assegurar a articulação contínua entre os conhecimentos teóricos e as situações concretas do campo da gestão pública. Dessa forma, contribui para a contextualização dos conhecimentos para o desenvolvimento de competências profissionais e para a compreensão crítica das dinâmicas organizacionais e das políticas públicas.

As atividades relativas à prática profissional serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares e serão ofertadas pelo *Campus* e/ou em parceria com outras instituições. São propostas de atividades de práticas profissionais no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública:

- Desenvolvimento de projetos (projeto integrador e/ou projeto de intervenção): deverão possibilitar a vivência de situações reais ou simuladas do contexto da gestão pública, favorecendo a aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos ao longo do curso, bem como o desenvolvimento de competências técnicas, analíticas, éticas e sociais. Sua elaboração deverá contemplar a identificação de problemas, demandas ou desafios do setor público, a definição de objetivos, estratégias de ação/intervenção, procedimentos metodológicos e critérios de acompanhamento e avaliação.
- Análise e Simulação de Processos Administrativos: mapeamento e redesenho de fluxos de processos administrativos no setor público (protocolos, compras, contratos, atendimento ao cidadão), com foco na eficiência e na legalidade.
- Simulações de Ambientes Institucionais: simulação de reuniões de conselhos, audiências públicas, comissões de licitação ou processos decisórios, permitindo a vivência de práticas administrativas e participativas, entre outras.
- Estudos de caso: estudo específico que gere uma solução prática para aplicação profissional.
- Oficinas Técnicas Temáticas: realização de oficinas sobre temas da gestão pública, como planejamento governamental, orçamento público, controle social, transparência, ética e integridade na administração pública.
- Vivências Extensionistas: participação em ações de extensão voltadas à orientação da comunidade sobre políticas públicas, direitos sociais, acesso a serviços públicos e mecanismos de participação cidadã.
- Produção de Relatórios Técnicos e Pareceres: elaboração de pareceres administrativos e relatórios técnicos, fundamentados em normas e princípios da administração pública.
- Visita Técnica: poderá ocorrer em órgãos da administração pública direta ou indireta, em instituições de controle, organizações sociais ou demais entidades relacionadas ao campo da gestão pública.
- Vivência orientada em órgãos públicos para observação de práticas relacionadas à ética, integridade, transparência e responsabilização.
- Vivência supervisionada em unidades institucionais.

O acompanhamento das atividades de prática profissional será realizado de forma contínua e sistemática pelos docentes responsáveis, considerando a participação, o desempenho e o desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso. Esse acompanhamento poderá ocorrer por meio de orientações presenciais ou mediadas por tecnologias educacionais, registros das atividades desenvolvidas e momentos de socialização e reflexão crítica. Para fins de avaliação, poderão ser utilizados, de acordo com a natureza da atividade proposta, instrumentos como relatórios técnicos, portfólios, pareceres, produtos técnicos, apresentações orais/socialização de experiências, seminários, autoavaliação e outros instrumentos definidos pelo docente, assegurando coerência com os objetivos formativos do curso.

11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á transversalmente ao longo do curso, pois este curso não prevê a realização de estágio curricular obrigatório.

É facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem estágio curricular não obrigatório, com carga horária não especificada, além da carga horária mínima do curso, desde que estabelecido convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o IFRR, que garantam as condições legais necessárias e estejam em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, a Resolução CONSUP/IFRR nº 418/2018, a Resolução CONSUP/IFRR nº 292/2017 e Organização Didática (Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023).

12 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICA-CULTURAIS (AACCs)

Conforme estabelecido na Resolução CONSUP/IFRR nº 824, de 25 de fevereiro de 2025, as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) têm por objetivo enriquecer o processo de ensino e aprendizagem com atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, representação estudantil e iniciação à docência para complementação da formação profissional, que priorizem a construção de conhecimentos sociais, humanos e culturais.

As AACCs, com carga horária de 100 horas, serão desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, sendo obrigatória para obtenção do diploma a validação do cumprimento da carga horária definida na estrutura curricular.

As AACCs poderão ser desenvolvidas nas modalidades presencial e/ou a distância, no próprio IFRR, em organizações públicas ou privadas, que propiciem a complementação da formação do estudante.

Os critérios de avaliação, pontuação, validação e averbação das AACCs estão definidas na Resolução CONSUP/IFRR nº 824, de 25 de fevereiro de 2025, ou legislação que venha a substituí-la.

13 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

As atividades didático pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, registradas nos planos de ensino dos docentes, serão desenvolvidas com objetivo de organizar a relação entre teoria e prática a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes. Além das aulas regulares, entre as atividades que serão desenvolvidas, estão as atividades práticas; visitas técnicas; atividades e/ou eventos (palestras, seminários, mini cursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras, exposições e outros) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

Atividades integradas com outros Componentes Curriculares/Área de Conhecimento/Eixo Tecnológico serão realizadas por meio de Projeto Integrador, considerando uma proposta de atuação pedagógica interdisciplinar, ou mesmo multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, que se proponham aos fins pedagógicos dos componentes curriculares, possibilitando a ampliação dos conhecimentos teórico-práticos e a inter-relação entre os conteúdos, conforme preconiza o Artigo 6º e Artigo 25, § 3º da Organização Didática (Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023) e o PDI 2024-2028 (IFRR, 2024), que têm a interdisciplinaridade como um dos princípios educacionais da Instituição.

Para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil profissional de conclusão do curso, o docente poderá utilizar da combinação de várias estratégias metodológicas, que proporcionem atividades reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, tais como: aulas expositivas dialogadas com esquemas e suportes visuais; aulas práticas; estudos de texto; estudos de caso; resumos; mapas conceituais/mentais; estudos dirigidos; aulas orientadas; listas de discussão por meios informatizados; filmes; uso de tecnologias digitais de informação e comunicação; resoluções de problemas e exercícios; grupos de trabalho (GT); seminários; ensino em pequenos grupos; grupos de verbalização e de observação (GV/GO); dramatizações; painéis; entrevistas; discussões; debates; oficinas práticas; estudos do meio; pesquisas direcionadas; exposições; visitas técnicas e dinâmicas em grupo, phillips 66; tempestade de ideias Brainstorming; júri simulado; fórum; portfólio; webquest; infográficos; etc.

Entre as metodologias ativas que podem ser utilizadas, podemos destacar: a sala de aula invertida; gamificação ou educação baseada em jogos; educação baseada em competências; aprendizado por problemas; aprendizado por projetos; design thinking, cultura maker; seminários e discussões; pesquisa de campo; etc.

A seleção das estratégias metodológicas dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino, de forma que o processo de ensino favoreça o conhecimento obtido de forma individual e em grupo e que potencialize todas as possibilidades do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa, visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

14 ATIVIDADES À DISTÂNCIA

Este curso não prevê atividades a distância.

15 ATIVIDADES DE TUTORIA

Este curso não prevê atividades tutoria.

16 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos estudantes condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando-lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa. Nesse sentido, o Curso Superior de Gestão Pública do CBVZO, em harmonia com o Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI (2024/2028) do IFRR, apresenta concepções e diretrizes que irão nortear e direcionar as práticas pedagógicas.

Neste campo, descreve-se como ocorrerá a articulação do ensino com a pesquisa e extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso com o objetivo de estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, possibilitando a articulação com o mundo do trabalho e dando ênfase à produção, ao segmento do desenvolvimento e à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Conforme estabelece a Lei nº 11.892/2008, a extensão é entendida como atividade-fim e será desenvolvida a partir de programas, projetos e atividades de extensão com ações integradoras do currículo que construam o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. As ações desenvolvidas por meio do IF Comunidade, da Semana de Empreendedorismo e Inovação (SEMEI) que acontecem todos os anos no *Campus*, constituem-se em momentos de transmissão do conhecimento produzido e acumulado pela Instituição, além de também significar uma prestação de contas para a sociedade local.

Além de tudo isso, o *Campus* prevê a oferta de bolsa de monitoria, possibilitando a prática profissional e um diferencial para a formação do estudante. As ações de pesquisa e de inovação - que estimulam a busca por soluções científicas para os problemas locais, a participação em projetos de criação e de difusão de tecnologias (PDI/IFRR 2024-2028) e de extensão, que integra a educação aos múltiplos setores da vida em sociedade, serão desenvolvidas mediante alguns programas tais como: Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBICT e Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX), ou outras formas que docentes e estudantes adotarem. Poderão ser desenvolvidos projetos de pesquisa partindo de um componente curricular, projetos integradores ou mesmo um projeto de extensão sem estar ligado a um programa, e que ajude a solucionar uma necessidade da comunidade onde o *Campus* está inserido. O objetivo é fazer a interface entre ensino, pesquisa, extensão e inovação para enriquecer o conhecimento dos estudantes. Todo o anteriormente citado pode ser disponibilizado aos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, fortalecendo assim o perfil profissional de saída do estudante. Desta forma, o mercado de trabalho de Roraima, bem como em âmbito nacional, receberá um profissional com formação diferenciada e com uma formação cidadã, com foco na necessidade do mundo do trabalho.

17 APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente será promovido por meio de ações que visam ao acolhimento e permanência do estudante no ambiente educacional. Dentre as ações realizadas no *campus* destacam-se iniciativas como: acolhimento, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios, apoio biopsicossocial e atendimento pedagógico. Essas ações têm como objetivo favorecer a integração dos estudantes à comunidade acadêmica, contribuindo para sua permanência e êxito.

No processo de ensino-aprendizagem, o docente, em seu planejamento de ensino, conforme Organização Didática do IFRR, deve assegurar, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade, a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas.

A Coordenação de Curso estabelecerá mecanismos e instrumentos necessários para o funcionamento do curso e prestará orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas), desenvolvidas em especial nas ações de acolhimento a cada início de período letivo. A Coordenação de Curso também atuará no suporte às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares, possibilitando inclusive a promoção de ações de nivelamento para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

No primeiro ano do curso, será oferecido um nivelamento acadêmico, ofertado preferencialmente nos horários das aulas regulares, para o desenvolvimento de conhecimentos elementares, envolvendo prioritariamente os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, incluindo estudos dirigidos. Para o desenvolvimento das competências necessárias à formação tecnológica em Gestão Pública, será considerada a relação entre a teoria e a prática. Além disso, o enriquecimento da formação será complementado por meio de visitas técnicas, participação em seminários, congressos, feiras e demais eventos vinculados à área da gestão pública, favorecendo a ampliação da vivência acadêmica e profissional dos estudantes.

O nivelamento acadêmico tem como objetivo reduzir possíveis defasagens na aprendizagem oriundas da formação básica, contribuindo para a adaptação dos estudantes ingressantes no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRR/Campus Boa Vista Zona Oeste. Essa ação integra as estratégias institucionais voltadas à permanência e êxito dos acadêmicos ao longo do curso.

Para o atendimento ao estudante, a Coordenação de Curso conta com a parceria das equipes da Coordenação Pedagógica (COPED) e da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES). Dentre as ações desenvolvidas para garantir a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, pode-se destacar o acolhimento realizado todo início de semestre com os estudantes, atendimento multidisciplinar, participação em projetos de pesquisa e extensão, as práticas inovadoras nos projetos Inova e etc.

17.1 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

A Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE) tem o objetivo de definir diretrizes que promovam a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas (PNEEs), buscando o respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades por meio de algumas ações, dentre elas:

- Promover cursos de capacitação no *Campus Boa Vista Zona Oeste*;
- Promover ações socioeducativas sobre as temáticas da inclusão;
- Identificação, verificação e acompanhamento dos discentes com necessidades educacionais específicas;
- Atuar nos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo de ensino e aprendizagem dos discentes;
- Potencializar o processo ensino e aprendizagem por meio de orientação dos recursos de novas tecnologias assistidas, inclusive mediando projetos de inovação tecnológica assistida, desenvolvidos por discentes e docentes;
- Propor e acompanhar ações de eliminação de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição;
- Incentivar a implantação de conteúdos, componentes curriculares permanentes e/ou optativas referentes à Educação Inclusiva, nos cursos ofertados pelo IFRR;
- Atuar junto aos professores na adaptação e produção dos materiais didáticos e apoiar os servidores no atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas no ambiente escolar;
- Promover e estimular o desenvolvimento de atividades formativas para a comunidade educativa do IFRR; e
- Articular as atividades desenvolvidas com as ações de outras Instituições voltadas ao trabalho com pessoas com necessidades educacionais específicas.

Além disso, a Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE) possui a atribuição de orientar os professores sobre a necessidade da construção Plano Educacional Individualizado (PEI) como um instrumento pedagógico fundamental para garantir a aprendizagem e a participação efetiva dos estudantes, respeitando o ritmo, as potencialidades e as particularidades de cada estudante.

Dessa forma, o PEI contribui diretamente para o fortalecimento de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo a efetiva participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem e garantindo o

cumprimento dos princípios da inclusão previstos na legislação educacional vigente.

17.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, tem por objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos da desigualdade, para a melhoria do desempenho acadêmico, para a permanência estudantil, para a produção e difusão dos conhecimentos, para êxito educacional e para a melhoria das condições de vida dos estudantes.

São objetivos específicos da Política de Assistência Estudantil do IFRR:

- I. Fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que possibilitem a permanência e o êxito dos estudantes;
- II. Realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial dos estudantes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- III. Proporcionar aos estudantes condições necessárias para seu amplo desenvolvimento acadêmico, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, conforme legislação vigente;
- IV. Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção escolar, mediante implementação do Plano de Permanência e Êxito do IFRR;
- V. Possibilitar ao corpo discente igualdade de oportunidades para além da transferência de recursos financeiros, por meio de ações de apoio estudantil promovidas pelo ensino, pesquisa e extensão;
- VI. Promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais; VII. Implementar programas, projetos e ações que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, culturais, de gênero, geracionais e religiosas;
- VIII. Possibilitar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, técnico científicos, artístico-culturais e esportivos;
- IX. Incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos-científicos e culturais dos estudantes;
- X. Estimular a participação dos estudantes na discussão e nos processos decisórios referentes à gestão democrática da Assistência Estudantil do IFRR.

De acordo com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, a Política de Assuntos Estudantis dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes efetivado por meio de programas que visam assegurar aos estudantes o acesso, a permanência, inclusão social e a êxito acadêmico, na perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

A Política de Assuntos Estudantis será gerida pela Diretoria de Políticas de Assuntos Estudantis (DIPAE) vinculada à Pró-Reitoria de Ensino e pelos setores responsáveis pela Assistência Estudantil dos Campi. Serão beneficiários da Política de Assuntos Estudantis os estudantes regularmente matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima em situação de vulnerabilidade social, sendo atendidos prioritariamente estudantes com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio conforme legislação vigente.

Após o ingresso, com a finalidade de garantir uma formação superior de qualidade e subsidiar a permanência do estudante até a conclusão do curso, o IFRR dispõe de uma política de assistência ao estudante. Assim, o estudante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública poderá participar de programas que promovam a permanência e a conclusão do curso, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, numa perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

Dentre os programas de que trata a Política de Assistência Estudantil do IFRR, o *Campus Boa Vista Zona Oeste* oferece aos estudantes:

I. Programa de Auxílio Alimentação;

II. Programa de Auxílio Transporte;

Além disso, podem ser ofertados outros programas da Política de Assistência Estudantil do IFRR. A efetivação dessas ações depende de recursos disponíveis em cada *campus*, conforme disponibilidade orçamentária e definição nos editais.

I. Programa de Auxílio Moradia Estudantil;

II. Programa de Auxílio Alimentação;

III. Programa de Auxílio Transporte;

IV. Programa Bolsa Permanência

V. Programa de Atenção e Promoção à Saúde;

VI. Programa de Inclusão Digital;

VII. Programa de Incentivo ao Esporte;

VIII. Programa de Incentivo e Promoção à Cultura e Arte

IX. Programa de Auxílio Creche;

X. Programa de Apoio à Participação em Eventos;

XI. Programa de Auxílio a Material Didático-Pedagógico;

XII. Programa de Apoio Pedagógico;

XIII. Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;

XIV. Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.

O acesso aos programas de Assistência Estudantil com repasse de auxílio financeiro ou da utilização de serviços, dar-se-á mediante processo seletivo de caráter socioeconômico, cuja análise poderá ser realizada por equipe interdisciplinar, disponível em cada *campus*, respeitando as atribuições privativas e éticas de cada área de conhecimento, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos em regulamentação específica.

O *campus* conta com ações desenvolvidas pela Coordenação de Apoio ao Estudante (CAES), que atua por meio de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia e Enfermagem. Além disso, a Coordenação Pedagógica, integrada por pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, colabora no acompanhamento e suporte aos estudantes e docentes. Essa estrutura visa oferecer um atendimento integral, promovendo o bem-estar, a inclusão e o êxito acadêmico dos discentes.

Ademais, o IFRR oferta o Programa Bolsa Permanência (PBP), auxílio financeiro cuja finalidade é minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e promover a democratização do acesso ao ensino superior.

17.3 APOIO PEDAGÓGICO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, em consonância com as normativas institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e com as políticas de permanência e êxito estudantil, desenvolve ações sistemáticas de acompanhamento e apoio pedagógico, com o objetivo de favorecer o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão exitosa do percurso formativo pelos estudantes.

O apoio pedagógico é realizado de forma integrada e articulada pela Coordenação de Curso, Coordenação Pedagógica, Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE), Coordenação de Assistência ao Estudante, o corpo docente e demais setores envolvidos no processo formativo,

respeitando os princípios da inclusão, da acessibilidade, da equidade e da diversidade.

As principais ações de apoio pedagógico desenvolvidas incluem:

I. Acolhimento institucional e pedagógico aos estudantes, especialmente nos retornos às atividades letivas e no ingresso ao curso, com orientações sobre o Projeto Pedagógico do Curso, a Organização Didática do IFRR (organização acadêmica, metodologias de ensino e, avaliação da aprendizagem), uso dos sistemas institucionais e direitos e deveres discentes;

II. Acompanhamento pedagógico contínuo, por meio da análise do desempenho acadêmico, frequência e participação dos estudantes, utilizando registros institucionais, relatórios docentes e demandas encaminhadas via módulo ETEP/SUAP;

III. Atendimento pedagógico individual e coletivo, realizado pelo Setor Pedagógico, com foco nos estudantes que apresentem baixo rendimento acadêmico, dificuldades de aprendizagem ou outras demandas pedagógicas, incluindo orientações sobre estratégias de estudo, organização do tempo e superação de dificuldades específicas;

IV. Planejamento pedagógico integrado, envolvendo docentes, Coordenação de Curso, Coordenação Pedagógica, CAPNE e Coordenação de Assistência ao Estudante, para análise das demandas identificadas e proposição de intervenções pedagógicas e didáticas, assegurando a acessibilidade metodológica, instrumental e avaliativa, quando necessário;

V. Encaminhamentos pedagógicos e institucionais, sempre que identificada a necessidade de suporte especializado (interno ou externo), respeitando os fluxos institucionais do IFRR e preservando a confidencialidade e o acompanhamento do estudante;

VI. Oferta de ações de nivelamento escolar, preferencialmente nos horários das aulas regulares, voltadas ao fortalecimento de conhecimentos básicos, com ênfase nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, conforme avaliação diagnóstica prévia;

VII. Participação em editais institucionais de monitoria, priorizando componentes curriculares com maiores índices de reprovação ou evasão, como estratégia de reforço acadêmico e apoio entre pares;

VIII. Incentivo à participação dos estudantes em projetos de pesquisa, extensão e inovação, incluindo os projetos vinculados ao Programa Inova, como forma de ampliar as experiências formativas, o protagonismo discente e a articulação entre teoria e prática;

IX. Intervenções pedagógicas coletivas nas turmas, promovidas pelo Setor Pedagógico e/ou pela Coordenação de Curso, destinadas à discussão e reflexão de temáticas acadêmicas, institucionais e socioeducacionais, conforme demandas apresentadas por docentes ou estudantes.

Todas as ações de apoio pedagógico são monitoradas e avaliadas continuamente, durante e após sua execução, com vistas à realização de ajustes e aprimoramentos necessários. A avaliação ocorre por meio de reuniões periódicas com as equipes envolvidas, análise de indicadores acadêmicos e, quando pertinente, aplicação de instrumentos avaliativos junto aos estudantes e à equipe de execução. Os resultados dessas avaliações subsidiam o replanejamento das ações, garantindo sua efetividade e alinhamento aos objetivos do curso, e ainda, evidencia o compromisso institucional do IFRR com a qualidade do ensino, a inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes.

18 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) desempenham papel essencial na transformação dos processos educativos contemporâneos, criando ambientes pedagógicos mais dinâmicos, interativos e centrados no estudante. Essas tecnologias abrangem diversas ferramentas e recursos tecnológicos capazes de

facilitar a comunicação, o acesso ao conhecimento e sua construção colaborativa. Schuartz e Sarmento (2020) destacam que as TDICs favorecem um diálogo crítico entre tecnologia e educação, ampliando significativamente as possibilidades de interação e colaboração no contexto escolar.

Entre os exemplos mais notáveis de TDICs aplicadas ao processo ensino-aprendizagem estão as plataformas virtuais de aprendizagem, aplicativos móveis educacionais, ambientes virtuais de colaboração e ferramentas que utilizam Inteligência Artificial (IA). A IA, particularmente, contribui com a personalização do ensino, permitindo, por exemplo, a criação de tutores inteligentes, que acompanham o desenvolvimento individualizado dos estudantes, recomendando conteúdos específicos com base em suas dificuldades ou avanços acadêmicos.

As TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes visando promover aprendizagens mais significativas. Conforme destacam Moran, Masetto e Behrens (2013), essas tecnologias têm o potencial de auxiliar docentes na aplicação de metodologias ativas de ensino, proporcionando ambientes educacionais mais interativos e alinhados às realidades dos estudantes. Além disso, segundo Bacich e Moran (2018), as TDICs contribuem para despertar maior interesse e engajamento dos estudantes, promovendo um processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e participativo.

Outro exemplo relevante são os laboratórios de fabricação digital e prototipação, conhecidos como FABLABs ou IFMakers, amplamente utilizados em instituições de ensino superior e técnico. Esses espaços possibilitam aos alunos o desenvolvimento de projetos práticos que unem teoria e prática, utilizando tecnologias como impressão 3D, CNC laser e modelagem digital. Guimarães *et al.* (2022) apontam que o uso desses laboratórios enriquece a experiência pedagógica, estimulando competências como criatividade, resolução de problemas e empreendedorismo tecnológico.

Além dessas tecnologias, ferramentas como gamificação, realidade aumentada (RA) e realidade virtual (RV) são crescentemente utilizadas para engajar estudantes, oferecendo experiências imersivas que potencializam o aprendizado através de simulações e ambientes virtuais interativos. Softwares de colaboração em nuvem, como Google Workspace e Microsoft 365, também representam exemplos fundamentais, permitindo que alunos e professores trabalhem conjuntamente em documentos, apresentações e planilhas em tempo real, independentemente da localização geográfica.

Com o avanço da IA, novos cenários educativos estão sendo construídos através do uso de sistemas adaptativos que analisam grandes volumes de dados de desempenho escolar, auxiliando educadores no diagnóstico precoce de dificuldades de aprendizado e oferecendo intervenções pedagógicas específicas. Além disso, *chatbots* educacionais baseados em IA são capazes de responder dúvidas em tempo real, esclarecendo conceitos e fornecendo suporte contínuo ao processo de ensino-aprendizagem.

Embora os benefícios sejam evidentes, a implementação eficaz das TDICs enfrenta desafios importantes, como a necessidade de formação continuada dos professores, adequação das infraestruturas tecnológicas e desenvolvimento de políticas educacionais robustas que incentivem a inovação pedagógica de forma sustentável. Torna-se imprescindível que educadores estejam capacitados para utilizar essas tecnologias de forma crítica e reflexiva, garantindo sua contribuição para a melhoria contínua da qualidade do ensino.

Cabe ressaltar que, segundo Rabelo e Melo (2023), na avaliação do curso realizada pelo MEC em 2023, a análise da dimensão didático-pedagógica destacou que com o uso das TICs (sic) o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública promove transformações significativas no papel docente, potencializam a aprendizagem discente e atendem às necessidades educativas contemporâneas. Além disso, impulsionam práticas pedagógicas colaborativas e democráticas, favorecendo novas representações e modos inovadores de construção do conhecimento, demonstrando que, nesse aspecto, o curso atende satisfatoriamente às expectativas e demandas atuais dos estudantes e docentes.

O Campus Boa Vista Zona Oeste disponibiliza para os alunos, com a presença de professores para auxiliá-los em suas atividades acadêmicas, 2 (dois) laboratórios de informática, com capacidade para 40 pessoas (cada um), contendo computadores Intel Core i5, com 8,00 GB de RAM, Windows 11 24H2, todos com acesso ao Office 365 Educacional A1 (Word, Excel, PowerPoint, OneNote, Microsoft Teams e Microsoft 365 Copilot Chat). A disponibilidade de equipamentos atende de forma suficiente a demanda do curso, que dispõe ainda, de cadeiras confortáveis, com ambiente climatizado, projetor multimídia e acesso à internet cabeada e por Wi-Fi (para conexão de dispositivos móveis), além de softwares e hardwares atualizados.

A biblioteca da instituição oferece uma sala de pesquisa virtual contendo 10 (dez) computadores com acesso à internet (cablo) e o Office 365 Educacional A1, para pesquisas e trabalhos, sendo possível acessar também o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB/IFRR), que disponibiliza acervo físico e digital de livros, periódicos e multimídias,

catálogo online Pergamum, biblioteca virtual Pearson, repositório institucional, acesso ao portal de periódicos Capes e normas técnicas da ABNT, garantindo que os alunos e professores possam usufruir, digitalmente, de várias fontes de pesquisa.

Para o desenvolvimento de aulas ou atividades com a utilização de metodologias ativas, é disponibilizado aos docentes o laboratório de fabricação digital e prototipação IFMaker CBVZO, um ambiente que comporta até 42 pessoas, divididas em 6 mesas redondas para trabalhos em grupos/equipes. É um espaço de inovação, onde o conhecimento é construído de forma colaborativa. Busca realizar tarefas por meio de aulas, eventos, minicursos, palestras e outras ações, além de desenvolver projetos com foco nos problemas locais. Tem como premissa base para o desenvolvimento de suas ações a métrica do “faça você mesmo”, que estimula estudantes, servidores e comunidade externa a resolverem problemas, construindo, consertando, modificando e reaproveitando os mais diversos materiais e objetos para a montagem de protótipos com suas próprias mãos, usando como auxílio as ferramentas e equipamentos disponíveis em suas dependências.

No IFMaker CBVZO estão presentes vários equipamentos, que permitem a realização de aulas dinâmicas e práticas, sendo eles: 2 (duas) Smart TVs de 55" e 58", 1 (um) projetor multimídia, 6 (seis) notebooks de alto desempenho (com softwares que permitem a modelagem de objetos 2D/3D, além de possuírem o Windows 11 24H2 e Office 365 Educacional A1), 7 (sete) impressoras 3D (3 de pequeno porte, 3 de médio porte e 1 de grande porte), 2 (duas) CNCs laser (1 de pequeno porte e 1 de médio porte), 15 (quinze) kits de robótica educacional (modelos Lego e Arduino), 10 (dez) canetas 3D, 1 (um) plotter de recorte, 1 (um) scanner 3D, 1 (uma) fresadora CNC Router, além de vários equipamentos de marcenaria (furadeira/parafusadeira, furadeira de bancada, morsa de bancada, kit de ferramentas, serra circular, serra tico-tico e lixadeira roto orbital).

No Campus Boa Vista Zona Oeste, onde são realizadas as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, possui conectividade por meio de cabo e Wi-Fi, sendo assim, as TDICs disponibilizadas, possibilitam que os docentes utilizem em suas práticas pedagógicas as mais diversas plataformas de Inteligência Artificial como: ChatGPT, Gamma AI, Perplexity AI, Copilot, Google Gemini, Meta AI (Llama), DeepSeek, Canva, Leonardo AI, DALL-E, Bing Image Creator, Adobe Firefly etc. Tais práticas contribuem para a formação de profissionais gestores públicos mais capacitados, ao permitir o acesso a ferramentas que aprimoram a análise de dados, o desenvolvimento de soluções inovadoras e a tomada de decisões.

A utilização de plataformas de Inteligência Artificial no ensino favorece a personalização do aprendizado, promovendo um ensino mais dinâmico e interativo. Além disso, essas ferramentas possibilitam aos alunos a vivência de um ambiente digital que simula a realidade do mundo do trabalho, preparando-os para enfrentar desafios complexos e tomar decisões baseadas em dados, o que é essencial para sua atuação eficiente e ética no campo da gestão pública. Assim, a adoção dessas tecnologias pelos docentes é fundamental para a formação de profissionais aptos a atuar em um mundo cada vez mais digital e automatizado, alinhando-se às demandas do setor público contemporâneo.

Como suporte ao processo de ensino-aprendizagem os docentes utilizam os seguintes recursos de TDICs: *email*, redes sociais, e whatsapp. A partir da implantação do Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP), foram agregadas ferramentas de TDICs nos processos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, com isso, é possível que os professores disponibilizem no SUAP, materiais de apoio aos componentes curriculares, lancem as frequências e notas, confeccionem os mais diversos documentos, criem eventos e posteriormente emitam certificados, solicitem acompanhamento pedagógico para estudantes específicos, submetam projetos, reservem espaços internos da instituição (salas de reunião, laboratórios, quadra de esportes etc), deem ciência em processos, e várias outras funcionalidades que propiciam a agilidade na comunicação entre discentes, docentes, setor pedagógico e gestão do curso.

19 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

O Instituto Federal de Roraima (IFRR) tem a responsabilidade de oferecer uma educação fundamentada nos princípios da inclusão social e da garantia dos Direitos Humanos. Em seu planejamento, o IFRR inclui atividades, políticas e programas educacionais voltados para responder a essa necessidade. O Campus Boa Vista Zona Oeste possui em sua estrutura os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE).

O CAPNE/IFRR tem por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de

ações de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, da pesquisa, extensão e inovação, promovendo o cumprimento efetivo das Leis 10.098/2000 e 13.146/2015, bem como do Decreto 5.296/2004 e outros instrumentos legais correlatos.

O Campus Boa Vista Zona Oeste desenvolve diversas ações para atender às políticas de inclusão, alinhando-se à dinâmica histórico-social da região e buscando intervir por meio de propostas educacionais concretas. Entre essas ações destacam-se: programas de ações afirmativas, como cotas e reservas de vagas para grupos historicamente excluídos; apoio financeiro para estudantes de baixa renda, incluindo auxílios alimentação e transporte, visando garantir sua permanência e sucesso acadêmico; infraestrutura acessível para atender às necessidades de todos os estudantes; e apoio psicossocial, oferecendo serviços de psicologia e assistência social, além de promover ações de igualdade e diversidade.

19.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação para os Direitos Humanos tem como princípio a formação omnilateral, ou seja, para o mundo de trabalho e vida em sociedade a para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e internacional.

Em seu planejamento, o IFRR busca incluir atividades, políticas e programas educacionais visando ofertar uma educação fundamentada nos princípios da equidade e inclusão social, tendo em vista a garantia dos Direitos Humanos.

Em atendimento à Resolução CNE/CP no 01/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, as atividades relativas à Educação para os Direitos Humanos estão inseridas no curso de maneira transversal, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente, inseridos de maneira contextualizada nos projetos integradores de cada ano do curso.

Por meio de ações desenvolvidas em seus campi, o IFRR busca construir um ambiente educacional democrático, participativo e respeitoso, no qual os Direitos Humanos sejam vivenciados cotidianamente nas relações interpessoais, nas decisões institucionais e nas práticas pedagógicas. A formação inicial e continuada de servidores docentes e técnico-administrativos contempla temáticas ligadas à ética, à cidadania, à justiça e à valorização da dignidade humana, fortalecendo o compromisso institucional com a transformação social.

19.2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais, conduzida pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) do Instituto Federal de Roraima (IFRR), representa um compromisso institucional com a promoção da equidade, da diversidade e da justiça social no âmbito educacional.

A inclusão dessa temática promoverá a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano e nos sistemas de ensino, que excluem e penalizam, jovens e adultos indígenas e negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

O NEABI tem a finalidade de regulamentar as ações referentes implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas, e para atender temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. É um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautadas no respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais.

Os temas serão abordados de maneira transversal, por meio de assuntos relacionados a valorização da identidade étnico-racial principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas, e para atender a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e tratados interdisciplinarmente, inseridos de maneira contextualizada nos projetos integradores de cada ano do curso.

19.3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As ações de educação ambiental destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade — ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do país. Essas ações têm a intenção de oferecer melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e da participação social na proteção e na conservação ambiental e na manutenção dessas condições a longo prazo.

Os conteúdos relacionados à educação ambiental serão desenvolvidos de maneira transversal nos componentes curriculares de Gestão de Documentos e Arquivística, Políticas Públicas, Extensão III e Gestão de Projetos, por meio de assuntos relacionados às ações de educação ambiental. Tais ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade — ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do país e tratados interdisciplinarmente, inseridos de maneira contextualizada nos componentes curriculares e nos projetos integradores do curso.

19.4 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A compreensão da educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional, numa perspectiva coletiva da comunidade acadêmica, reforça a necessidade da construção de institutos inclusivos que contam com redes de apoio à inclusão social.

O Campus Boa Vista Zona Oeste atende o que preconiza a Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência,(Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E ainda atende ao estabelecido no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do estudante ao longo do curso.

Algumas tecnologias assistivas poderão ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de proporcionar maior autonomia no atendimento aos estudantes que delas necessitarem. Além disso, o campus conta atualmente com equipe multiprofissional e tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), podendo expandir seu quadro profissional técnico, conforme demanda.

Dessa forma, são asseguradas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida condições de igualdade no acesso, na permanência e na participação efetiva nas atividades acadêmicas, por meio da eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais.

20 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado de Curso é o órgão deliberativo, responsável pela coordenação didático-pedagógica de cada curso de graduação e pós-graduação. O colegiado do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública observa os relatórios de autoavaliação institucional e de avaliação externa em relação ao planejamento e ao desenvolvimento das atividades do curso. Atualmente a norma que orienta a atuação do Colegiado do Curso é a Resolução n.º 473/CONSUP, de 21 de outubro de 2019.

O Colegiado de Curso é também um órgão normativo e consultivo de planejamento acadêmico de atividades de ensino, pesquisa e extensão, observando-se as políticas e as normas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), bem como as demais legislações aplicáveis.

De acordo com norma institucional vigente, o Colegiado será composto pelos seguintes membros:

I. Coordenador do Curso, na condição de presidente;

II. 3 (três) docentes vinculados ao Curso e em efetivo exercício das suas atividades laborativas e seus respectivos suplentes;

III. 1 (um) representante acadêmico do Curso e seu respectivo suplente;

IV. 1 (um) representante da equipe técnico-pedagógica que acompanha o curso e seu respectivo suplente.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. Deliberar sobre a necessidade de atualização/reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, primando pela sintonia com as demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e seguindo a legislação vigente;
- II. Acompanhar o processo de reestruturação curricular;
- III. Planejar e executar ações do curso de forma interdisciplinar; Acompanhar os processos de avaliação do Curso;
- IV. Acompanhar os processos de avaliação do Curso;
- V. Acompanhar os trabalhos e dar suporte ao Núcleo Docente Estruturante;

- VI. Deliberar sobre ações e/ou atividades inerentes ao cotidiano acadêmico, que dizem respeito ao Curso: realização de eventos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão; evento específico do curso; número de vagas ociosas para abertura de edital, e das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs);
- VII. Estudar a possibilidade de oferta de disciplina ou turma especial e encaminhará à Direção de Ensino;
- VIII. Propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso;
- IX. Analisar e decidir sobre pedidos de transferências e de reingresso de estudantes quando não houver normativa que regulamente a dar o parecer;
- X. Definir a política para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito do curso, em conformidade com o planejamento estratégico da instituição;
- XI. Propor expansão, modificação e extinção de curso;
- XII. Analisar e deliberar a reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, proposta pelo NDE;
- XIII. Deliberar a redução ou ampliação da oferta de vagas no curso, proposta pelo NDE;
- XIV. Propor ao setor competente o estabelecimento de parcerias com instituições afins com o objetivo de desenvolvimento e capacitação no âmbito do curso;
- XV. Receber, analisar e encaminhar demandas do corpo docente e discente e tomar decisões de natureza didático-pedagógica sobre elas, desde que atendam à legislação em vigor;
- XVI. Propor soluções para as questões administrativas e pedagógicas do curso, tais como as que tratam de evasão, reprovação, retenção, entre outras.

As rotinas e os procedimentos administrativos referentes às reuniões e ações do Colegiado do curso devem orientar-se pela normativa vigente na instituição. Seguindo tais orientações normativas, o Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo(a) Presidente ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas. Para efetivação da reunião, o Colegiado deve contar com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros e as convocações para as reuniões e outras comunicações serão encaminhadas por correspondência eletrônica aos membros, acompanhadas da pauta e dos materiais para apreciação, devendo o membro confirmar o recebimento.

21 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante - NDE constitui-se como órgão consultivo de atribuições acadêmicas que atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho. Atualmente a norma que orienta a atuação do Colegiado do Curso é a Resolução n.º 469, de 17 de setembro de 2019.

O NDE, conforme norma institucional vigente, é constituído por um grupo de 5 (cinco) docentes do quadro efetivo, que atuam em regime integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral), que ministram ou ministraram aulas nos componentes curriculares do curso, que pelo menos 60% de seus membros possuem titulação stricto sensu, onde o coordenador do curso é o presidente.

São atribuições do NDE:

- I. Reformular e avaliar o PPC encaminhando proposições para atualizações necessárias, definindo suas concepções e fundamentos em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN.), encaminhando ao colegiado;
- II. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV. Incentivar o desenvolvimento das linhas de pesquisas e extensão oriundas das necessidades do curso de graduação, das exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- VI. Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando à sua formação continuada;
- VII. Referendar, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da Unidade Curricular, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos), e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo;
- VIII. Acompanhar, junto à Coordenação do Curso, o processo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

(ENADE) e propor ações que garantam um nível de desempenho de avaliação satisfatório.

As rotinas e os procedimentos administrativos referentes às reuniões e ações do NDE do curso devem orientar-se pela normativa vigente na instituição.

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o acompanhamento do desempenho acadêmico envolve identificar, registrar e analisar a aprendizagem dos estudantes, tendo em vista reorientar o processo de ensino por ações individuais ou coletivas.

Os cursos ou componente(s) curricular(es) que, repetidamente, apresentarem alto índice de reprovação, deverão ser objeto de acompanhamento pedagógico por parte da Coordenação de Curso e setor Pedagógico, visando embasar as necessárias intervenções.

Na ocorrência de casos extremos, a situação será apresentada em reunião de Conselho de Classe, Colegiado de Curso, Reuniões Pedagógicas visando a proposição de intervenções.

O processo de ensino-aprendizagem deve garantir ao estudante a vivência de experiências teóricas e práticas que estimulem:

- I. O exercício da cidadania;
- II. A capacidade crítica;
- III. A solidariedade, a integração social e o convívio grupal;
- IV. A criatividade, a inovação e o raciocínio lógico e científico;
- V. A liderança e a proatividade;
- VI. O exercício cívico, a moral e a ética;
- VII. O respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância;
- VIII. A busca contínua de novos conhecimentos;
- IX. O desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à formação profissional;
- X. A valorização da cultura regional roraimense.

De acordo com a resolução vigente, o NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação do Presidente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que o presidente julgar necessário ou quando solicitado por 2/3 de seus membros, seguindo calendário previamente definido. As convocações, em caso de reuniões extraordinárias, será realizada mediante notificação prévia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas.

22. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE

A avaliação do processo ensino e aprendizagem têm como parâmetro os princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o perfil de conclusão previsto para o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. A avaliação do ensino compreende o acompanhamento pedagógico no que tange a prática docente para identificar os meios, instrumentos e estratégias de ensino que contribuem para a superação das dificuldades no processo de aprendizagem.

De acordo com a Organização Didática do IFRR (Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023), a avaliação da aprendizagem do estudante compreenderá os aspectos cognitivo e social, sendo os critérios e valores estabelecidos em cada instrumento de avaliação, descritos na metodologia do Plano de Ensino dos docentes e previamente apresentados aos estudantes, no início do componente curricular.

O processo avaliativo deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo docentes e estudantes e deve garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos de avaliação, as bases tecnológicas, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas.

A avaliação deverá ser um diagnóstico constante – processo contínuo e formativo – em que os aspectos qualitativos se sobreponham aos quantitativos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), considerando as modalidades:

- I. Avaliação Diagnóstica - realizada no início do processo de ensino aprendizagem;

- a) Detecta o nível de conhecimentos dos estudantes;
- b) Retroalimenta o processo, indicando os elementos que precisarão ser aprofundados.

II. Avaliação Formativa - de caráter contínuo e sistemático:

- a) Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem;
- b) É interna ao processo e centrada no estudante;
- c) Também tem caráter diagnóstico;
- d) Possibilita acompanhar o domínio de competência e adequar o ensino aos ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante.

III. Avaliação Somativa - possibilita avaliar as competências pretendidas:

- a) Fornece resultados de aprendizagem;
- b) Subsidia o planejamento do ensino para a próxima etapa;
- c) Informa o rendimento dos estudantes em termos parciais e finais.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a ação e a construção de conhecimentos e habilidades evidenciando iniciativa, criatividade para resolução de problemas.

É de competência do docente a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem. Quando o conteúdo de qualquer avaliação prevista, dispare de dos objetivos gerais ou específicos constantes no Plano de Ensino, o setor de apoio pedagógico proporá sua adequação.

O docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino. São considerados, dentre outros, os seguintes instrumentos avaliativos:

- I. Fichas de observação com critérios estabelecidos;
- II. Projetos;
- III. Estudo de caso;
- IV. Painéis integrados;
- V. Lista de verificação de desempenho e competências;
- VI. Exercícios;
- VII. Questionários;
- VIII. Pesquisa;
- IX. Dinâmicas;
- X. Teste/exame/prova escrita ou oral;
- XI. Prática Profissional;
- XII. Relatórios;
- XIII. Portfólio;
- XIV. Atividade prática;
- XV. Jogos pedagógicos;
- XVI. Teatro.

As avaliações devem ser estabelecidas de forma contextualizada, preferencialmente em articulação entre os componentes curriculares que trabalham a mesma competência. Os resultados das avaliações da aprendizagem deverão ser analisados pelo docente junto a turma, visando garantir o melhor aproveitamento dos conteúdos trabalhados.

A avaliação dos estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/Altas habilidades deve ser adaptada às suas necessidades educacionais específicas com apoio da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE).

A verificação da aprendizagem dos estudantes será expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10 (dez) pontos ou de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, comunicadas previamente aos estudantes, considerando

o calendário acadêmico. Os docentes terão um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização das avaliações, para apresentar os resultados aos estudantes, de modo a possibilitar a análise do seu desempenho.

Em caso de uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), o docente deverá optar por tecnologias disponíveis na instituição ou acessíveis aos estudantes, a fim de propiciar ao estudante a realização das atividades avaliativas.

A nota do componente curricular será composta por uma das seguintes formas:

- I. Somativa;
- II. Média aritmética simples;
- III. Média ponderada.

No sistema de avaliação somativa a nota do componente curricular será composta pela soma simples dos instrumentos avaliativos.

No sistema de avaliação média aritmética simples a nota do componente curricular será composta pela média aritmética de duas notas (N1 e N2).

No sistema de avaliação média ponderada a nota do componente curricular será composta, levando-se em consideração o peso atribuído para cada nota (N1 e N2).

A nota do componente curricular será composta por no mínimo (02) dois e no máximo (04) quatro instrumentos avaliativos, diferentes entre si, distribuídos entre N1 e N2, quando for o caso.

Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária no componente curricular.

Será considerado reprovado, no componente curricular, o estudante que obtiver média menor que 4,0 (quatro) e/ou frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) do total de sua carga horária.

Terá direito a Exame Final o estudante que obtiver nota igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do componente curricular. O Exame Final será elaborado com base na ementa do componente curricular e aplicado ao final do semestre letivo, considerando a data prevista no Calendário Acadêmico.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que, após o Exame Final, obtiver média menor que 7,0 (sete), ficando em situação de dependência.

23. POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E ÉXITO

A Rede Federal de Educação Profissional, a partir de 2015, passou a disseminar a implementação da Política de Permanência e Êxito, considerando a necessidade de realização do diagnóstico das causas da evasão e retenção dos estudantes, assim como promover reflexões e ações de ordem administrativas e pedagógicas, objetivando a ampliação das possibilidades de permanência e êxito ao longo do processo formativo à inserção no mundo do trabalho. Tendo em vista também as orientações do PDI 2024-2028, o Campus Boa Vista Zona Oeste do IFRR tem buscado, permanentemente, o redimensionamento da proposta pedagógica dos cursos ofertados nos diferentes níveis e modalidades, a partir de ações e de projetos institucionais, envolvendo os profissionais e setores, assim como ampliando parcerias, convênios e outros processos colaborativos para melhoria da qualidade do ensino.

Dentre as ações, processos, setores e profissionais envolvidos diretamente no atendimento e no acompanhamento aos estudantes e suas necessidades/demandas, para o atendimento da política supracitada e a missão institucional, destacam- se o processo anual de Avaliação Institucional coordenado pela CPA e pelas CSAs, além de avaliações externas, como insumo para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica.

Além disso, setores como a Direção de Ensino, Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, COPED, CAES e CAPNE, entre outros, atuam de forma contínua com o objetivo principal de assegurar a oferta de serviços e recursos, bem como as condições acadêmicas, escolares, materiais e existenciais necessárias ao pleno desenvolvimento dos estudantes.

A avaliação do apoio ao acolhimento e permanência dos estudantes é realizada por meio de estratégias articuladas entre os diversos setores institucionais, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os regulamentos internos do IFRR.

A Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE) desenvolve ações sistemáticas de acompanhamento, acolhimento e orientação psicossocial aos estudantes com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, com base na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e no Decreto nº 5.296/2004.

A atuação da equipe multiprofissional do *campus*, composta por profissionais de áreas como psicologia, pedagogia, assistência social, além de tradutores/intérpretes de LIBRAS, permite uma avaliação contínua das necessidades dos estudantes e da efetividade das medidas adotadas para sua inclusão e permanência.

Entre os meios utilizados para avaliar o apoio ao estudante, destacam-se: Aplicação de instrumentos de diagnóstico institucional, como questionários e formulários de avaliação preenchidos por estudantes; Reuniões periódicas intersetoriais, envolvendo Direção de Ensino, Coordenação Pedagógica, CAES, CAPNE e demais setores, com foco na análise de indicadores de permanência, evasão e êxito acadêmico.

Vale destacar que todas as ações relacionadas à contribuição para permanência e êxito dos estudantes do *Campus* são orientadas pela Resolução nº869 do CONSUP/IFRR, de 29 de outubro de 2025, a qual traça como principais objetivos: compreender a contenção da evasão como política institucional à melhoria da qualidade educacional; mapear as causas e os motivos que levam à evasão e propor ações para reduzir seus índices; incentivar a Reitoria e os campi no desenvolvimento de propostas educacionais inclusivas; controlar, acompanhar e conter a evasão estudantil; e sugerir intervenções institucionais para mitigar ou resolver essas situações. Esses objetivos e estratégias evidenciam o compromisso institucional com a promoção da equidade, da acessibilidade e da permanência dos estudantes, respeitando a diversidade e garantindo o pleno exercício do direito à educação.

24 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do curso compreende a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação curricular em busca da qualidade da formação ofertada.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a avaliação do curso ocorrerá por meio do:

I - Colegiado do Curso: órgão normativo e consultivo específico do curso, cuja finalidade é acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico, avaliar as alterações do currículo, discutir temas ligados ao curso, bem como planejar e avaliar as atividades acadêmicas em observância às políticas e normas do IFRR. Cabe ao colegiado, ainda, observar os relatórios de autoavaliação institucional e de avaliação externa para o planejamento e desenvolvimento do curso; e

II - Núcleo Docente Estruturante (NDE): constitui-se de um grupo de docentes com atribuições de acompanhamento, atuando no processo de concepção, consolidação, avaliação e atualização contínua do curso.

Para além do acompanhamento contínuo e processual do Colegiado e do NDE, a avaliação do curso considerará as Avaliações Internas e Externas:

I - Avaliação interna: coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída com base no Ad. 11, da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, como integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta, permanentemente aumentar a sua eficácia institucional, bem como a efetividade acadêmica e social, além de aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais.

A CPA possui a atribuição de conduzir os processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A avaliação conduzida pela CPA subsidiará o credenciamento e recredenciamento do IFRR bem como o reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação oferecidos pela instituição.

II - Avaliação externa: contempla as dimensões de avaliação institucional, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes. O sistema contempla, ainda, os aspectos do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, do desempenho dos estudantes, da gestão da instituição, do corpo docente, das instalações

entre outros aspectos.

A avaliação é desenvolvida in loco, sendo coordenada e supervisionada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), sendo a operacionalização de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Além dessa avaliação, o SINAES contempla a avaliação do curso por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), com o objetivo de averiguar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso e as habilidades e competências em sua formação.

25 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHOS DOS ESTUDANTES (ENADE)

A Lei nº 10.861/2004 e o § 1º do art. 39 da Portaria Normativa MEC nº 840, de 2018, estabelecem o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) como componente curricular obrigatório para os cursos de graduação, sendo requisito indispensável para a conclusão do curso.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) contempla como um dos instrumentos de avaliação do curso, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), com o objetivo de averiguar o desempenho discente em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso e as habilidades e competências em sua formação.

Conforme a Resolução n.º 469/Conselho Superior, de 17 de setembro de 2019, é atribuição do Núcleo Docente Estruturante acompanhar, junto à Coordenação de Curso, o processo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e propor ações que garantam desempenho satisfatório discente na avaliação, assim como, a promoção do exame por meio do compartilhamento de informações do Ministério da Educação (MEC) e ações de conscientização interna para a participação discente.

Os estudantes selecionados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para participarem da avaliação do ENADE deverão comparecer e realizar obrigatoriamente o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau e emissão de histórico escolar. São avaliados pelo ENADE todos os estudantes do primeiro ano do curso, como “Ingressantes” e do último ano do curso, como “Concluintes”, de acordo com orientações do INEP a cada ciclo de avaliação.

A emissão de diploma dos estudantes de cursos de graduação selecionados para o ENADE fica condicionada ao relatório emitido pelo Ministério da Educação - MEC comprovando a participação do estudante no exame.

Atentando-se aos prazos e justificativas legais, a dispensa da avaliação pode ser solicitada via Sistema ENADE, no site do INEP e, também, precisa ser justificada frente a instituição.

No ano em que não há aplicação do ENADE, a situação dos estudantes é regularizada por meio da emissão de documento de “Nada Consta” pelo setor de Pesquisa Institucional (PI). Cabe à Coordenação de Curso informar a lista dos estudantes eletivos a dispensa.

26 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o aproveitamento de estudos ocorre por meio da dispensa de componente curricular cursado anteriormente. O estudante do IFRR que tenha cursado componente curricular em outra instituição poderá solicitar aproveitamento de estudos, respeitando o prazo definido no Calendário Acadêmico do Campus, ou contabilizar carga horária para Atividades Complementares.

O estudante terá direito a aproveitamento de estudos dos componentes curriculares que tenham sido cursados com êxito em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC, desde que do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior. O aproveitamento poderá ser de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso.

Para requerer o aproveitamento de estudos, o estudante deverá acessar o Suap, ir em Central de Serviço > Abrir Chamado > Registros Acadêmicos > Aproveitamento, especificar o(s) componente(s) curricular (es) que deseja aproveitar, anexando os seguintes documentos:

- I. Histórico Escolar;

II. Ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, bibliografia, devidamente assinada pelo responsável do curso.

O pedido de aproveitamento de estudos terá origem no setor de Registros Acadêmicos e será despachado para a Coordenação de Curso, que por sua vez dará ciência ao docente responsável pelo componente curricular. O docente terá cinco (05) dias úteis para analisar os documentos anexados pelo estudante e emitir parecer observando os seguintes critérios:

- I. Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;
- II. Os componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos do mesmo nível de ensino ou de nível superior.

O Coordenador do Curso deverá analisar o processo com o parecer do docente e publicar parecer final em, no máximo, vinte (20) dias após solicitação do estudante, observando o aproveitamento do componente curricular, listando a(s) equivalência(s), a(s) dispensa(s) e as que o estudante deverá cursar.

Até a data de publicação do parecer da Coordenação de Curso, o estudante deverá frequentar as aulas regularmente.

Após o trâmite mencionado, os resultados deverão ser encaminhados ao setor de Registros Acadêmicos para encaminhamentos necessários.

Para efeito de registro acadêmico, constará no Histórico Escolar a indicação de que houve Aproveitamento de Estudos (AE) e a relação de componentes curriculares aproveitados com a respectiva carga horária.

27 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é um instrumento utilizado para promover, de forma contínua, o acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito da instituição e, por meio desse processo, possibilita a implementação de mudanças necessárias, visando o alcance dos objetivos definidos.

Nesse sentido, no âmbito do IFRR/CBVZO, especificamente considerando o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP), ela deve ocorrer considerando os diferentes atores envolvidos no processo formativo, tendo por objetivo garantir o monitoramento da execução do curso, identificando, ao longo do percurso formativo, elementos que precisam ser melhorados. Assim, deve ocorrer de forma contínua e processual, favorecendo um diagnóstico do processo educativo e possibilitando as adequações necessárias para que os estudantes desenvolvam o perfil profissional previsto no curso.

Institucionalmente, o processo de avaliação do curso ocorre por meio de avaliações interna e externa, ambas integrantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme será apresentado a seguir.

27.1 AVALIAÇÃO INTERNA

No âmbito do IFRR, a avaliação interna do curso é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída com base no Art. 11, da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, como integrante do SINAES, cujas finalidades, conforme o § 1º, do Art. 1º da referida lei, são: a melhoria da qualidade, a orientação da expansão da oferta, o aumento permanente da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e das responsabilidades sociais, por meio da valorização da missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A CPA possui a atribuição de conduzir os processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A avaliação conduzida pela CPA subsidiará o credenciamento e o recredenciamento do IFRR, bem como o reconhecimento e a renovação de reconhecimento dos cursos de graduação oferecidos pela instituição.

27.2 AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa do curso contempla as dimensões de avaliação institucional, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes. O sistema contempla, ainda, os aspectos do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, da gestão da instituição, dos diferentes atores envolvidos no processo formativo (a exemplo do corpo docente) e das instalações. De forma pontual, são consideradas nesse processo avaliativo três grandes dimensões, a saber: 1) a organização didática-pedagógica; 2) o corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo; e 3) as instalações físicas.

Em relação à organização didático-pedagógica considera-se a articulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com a missão, a visão, os valores e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR, assim como o currículo e a sua flexibilização e, ainda, os procedimentos de avaliação, a adequação e a abrangência das atividades acadêmicas para a formação dos estudantes, o planejamento e a implementação das atividades complementares e o desempenho dos estudantes.

No que se refere ao corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo, elementos como a formação, a atuação nas atividades acadêmicas, a experiência acadêmica e profissional e a capacidade produtiva e científica dos docentes são considerados no processo de avaliação.

Já referente às instalações físicas, a adequação do acervo bibliográfico à proposta do curso, o nível de adequação dos ambientes de aprendizagens e a qualidade dos equipamentos disponibilizados para a formação proposta são elementos considerados durante a avaliação.

Destaca-se que a avaliação é desenvolvida *in loco*, presencial ou virtual (Lei n.º 14.375, de 21 de junho de 2022), sendo coordenada e supervisionada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), sendo a operacionalização de responsabilidade do INEP. Além dessa avaliação, o SINAES contempla a avaliação do curso por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), com o objetivo de averiguar o desempenho destes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso e as habilidades e competências em sua formação.

28 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

A avaliação da proposta pedagógica do curso compreende a análise das práticas ao longo do percurso formativo, bem como o processo de retroalimentação curricular, visando à qualidade do ensino oferecido. A partir dessa avaliação, é possível identificar pontos fortes que devem permanecer na estrutura do curso, bem como as fragilidades que necessitam ser reavaliados e corrigidos.

No âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP), a avaliação da proposta pedagógica ocorrerá, de forma permanente, por meio do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), e, semestralmente, por meio dos estudantes efetivamente matriculados.

O Colegiado do Curso é um órgão normativo e consultivo específico do curso, incluindo representação dos estudantes, que tem como finalidades: i) acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico; ii) avaliar as alterações do currículo; iii) discutir temas ligados ao curso; iv) planejar e avaliar as atividades acadêmicas em observância às políticas e normas do IFRR. Cabe ao colegiado, ainda, observar os relatórios de autoavaliação institucional e de avaliação externa para o planejamento e o desenvolvimento do curso. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições de acompanhamento, atuando no processo de concepção, consolidação, avaliação e atualização contínua do curso.

A avaliação realizada especificamente pelos estudantes ocorrerá antes do final de cada semestre letivo, na qual estes responderão a um questionário, cujo objetivo será coletar informações sobre o funcionamento do Curso, considerando quatro dimensões: 1) Componentes curriculares e atividades acadêmicas específicas do curso; 2) Corpo técnico-administrativo e corpo docente do curso; 3) Espaços educativos; e 4) Autoavaliação.

Na avaliação dos componentes curriculares e das atividades acadêmicas específicas do curso, tem-se por objetivo identificar e diagnosticar o desenvolvimento do currículo, bem como os meios, os instrumentos, os mecanismos e os recursos utilizados pelo corpo docente visando à efetivação da aprendizagem dos estudantes.

Na avaliação do corpo técnico-administrativo e do corpo docente do curso, o objetivo é identificar possíveis potencialidades e fragilidades nas práticas dos atores envolvidos no processo formativo, englobando aspectos como planejamento, organização, aplicação e avaliação das atividades pedagógicas à luz das especificidades do curso.

As condições das salas de aula, dos laboratórios, da biblioteca e de outros ambientes didáticos, se for o caso, serão elementos considerados na avaliação referente aos espaços educativos. Por fim, na autoavaliação dos estudantes estes terão a oportunidade de realizar uma autorreflexão enquanto protagonistas do processo formativo, frente, inclusive, as avaliações realizadas nas dimensões anteriores. Essa autoavaliação tem por objetivo obter informações que perpassem pela seguinte questão: como cada estudante se enxerga dentro do seu percurso formativo?

Por meio dos dados coletados, pretende-se realizar as devidas análises, com foco em não só identificar as potencialidades e as fragilidades, mas também com o propósito de realizar esforços frente à manutenção daquilo que está (pode ser considerado) satisfatório, bem como ações voltadas para resolver às demandas existentes.

29 PERFIL DAS EQUIPES DOCENTE

Nº	PROFESSOR	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
1	Adriana Alves do Amaral	Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês	Estudos Literários e Lingua Portuguesa	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	-	40 – DE
2	Alexandre Soares de Melo	Graduação em Direito e Tecnologia em Gestão Pública	Gestão Pública e em Psicologia Infantil e Violência Doméstica	Ciências Jurídicas	-	40 – DE
3	Ana Claudia Luiz Borges Barros	Graduação em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica	Ensino de Língua Espanhola e Literatura Hispânica	Letras	-	40 – DE
4	André Maia Lima	Bacharelado e licenciatura em Educação Física	-	Ciências do Esporte	Ciências do Esporte	40 – DE
5	Antonio Ferreira da Silva	Licenciatura em Física	-	Física	-	40 – DE
6	Amarildo Ferreira Júnior	Bacharelado em Administração e Licenciatura em Sociologia	-	Planejamento do Desenvolvimento	Ciências: Desenvolvimento Socioambiental	40 – DE
7	Armando Gomes Neto	Licenciatura em Química	-	Educação	-	40 – DE
8	Bárbara Morais da Costa de Souza	Bacharelado em Secretariado Executivo	Secretariado Executivo	-	-	40 – DE
9	Caio Felipe Fonseca do Nascimento	Bacharelado em Ciências Contábeis	Auditoria e Perícia Contábil	Contabilidade e Finanças	-	40 – DE
10	Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis	Bacharelado em Ciências Econômicas	-	Sociedade e Cultura na Amazônia	Políticas Públicas	40 – DE
11	Daniele Sayuri Fujita Ferreira	Licenciatura e Bacharelado em	-	Ciências Ambientais	Ciências	40 – DE

		Ciências Biológicas				
12	Elaine Ramires Pinto	Bacharelado em Administração	Gestão Pública	Engenharia de Produção	-	40 – DE
13	Eliéser Rufino de Souza	Licenciatura em Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Inglesa	Ensino-aprendizagem de línguas e literatura	Letras	-	40 – DE
14	Ellem Carmen da Silva	Bacharelado em Comunicação Social - hab. em Publicidade e Propaganda	-	-	-	40 – DE
16	Fernanda Silva do Casal	Bacharelado em Administração	Docência na Educação Profissional e Tecnológica	Educação Profissional e Tecnológica	-	40 – DE
17	Francisco Oliveira Silva Junior	Licenciatura Plena em Física	-	-	-	40 – DE
18	Gisela Hahn Rossetti	Licenciatura em Educação Física	Educação Inclusiva	Educação	-	40 – DE
19	Gutemberg Leao Brasil	Licenciatura em Matemática	Docência do Ensino Superior	Matemática	-	40 – DE
20	Hudson do Vale de Oliveira	Bacharelado em Engenharia Agronômica, Administração e Comunicação Social	MBA em Gestão de Cooperativas	Agronomia	Agronomia	40 – DE
21	Isaac Sutil da Silva	Licenciatura em Ciências Biológicas	Educação Profissionalizante Integrada ao Ensino Médio	Ensino de Ciências	-	40 – DE
22	Jaiandra da Silva Guimarães	Bacharelado em Administração	Mudanças Climáticas	Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	Gestão	40 – DE
23	Jonierison Alves Pontis	Licenciatura em Química	-	Química	-	40 – DE
24	Jose Lima de Oliveira Junior	Graduação em Engenharia de Produção Mecânica	-	Engenharia Civil e Ambiental	Recursos Naturais	40 – DE
25	Josenildo Rodrigues da Silva	Licenciatura em Matemática	-	Matemática	-	40 – DE
26	Jucimar Cerqueira dos Santos	Graduação em História	Estudos Étnicos e Raciais	História Social	-	40 – DE
27	Lee Marcos Cruz de Souza	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Gestão Escolar Integrada e Práticas Pedagógicas	Engenharia de Processos	-	40 – DE
	Marcos Antonio	Bacharelado e			Sociologia da	

28	de Oliveira	licenciatura em História	-	História Social	Educação	40 – DE
29	Mariana da Silva de Souza	Bacharelado em Ciências Contábeis	Formação do Docente para o Ensino Superior	PROF EPT-	-	40 – DE
30	Mariana Lima da Silva	Bacharelado em Ciências Sociais	Filosofia e Ensino de Filosofia	Sociedade e Fronteiras	-	40 – DE
31	Nielson Honório Caires	Licenciatura em Matemática	Docência do Ensino Superior	Matemática Pura	-	40 – DE
32	Paulo Sergio Romeu Alvarenga	Letras - Licenciatura: Língua Inglesa e Língua Portuguesa	Docência para a Educação Profissional	Engenharia de Produção	-	40 – DE
33	Rafaela dos Santos Morgade	Licenciatura em Língua Espanhola e Literatura Hispânica	Tradução em Espanhol	Letras	-	40 – DE
34	Renara Kariny Santos de Morais	Licenciatura Plena em Química	-	Engenharia Química	Química e Biotecnologia	40 – DE
35	Rosiane Valeska Carvalho das Neves	Letras português/literatura Letras português/ inglês	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira	Letras: Literatura Comparada	-	40 – DE
36	Sandra Grutzmacher	Licenciatura Plena em Português	Literatura Brasileira e MBA em Recursos Humanos e Marketing	Educação	-	40 – DE
37	Simone Sibele Schuertz Souza	Tecnologia em Design Gráfico; Bacharelado em Ciência da Computação	Engenharia de Sistemas	PROF EPT	-	40 – DE
38	Sueli Souza Martins	Licenciatura em Geografia	Metodologias de Ensino na Educação Superior	-	-	40 – DE
39	Tarsis Araújo Magalhães Ramos	Licenciatura em Língua Portuguesa/Literatura	Educação Ambiental	-	-	40 – DE
40	Tatyanne Rezende Costa	Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda	Gestão de Marketing e Comunicação Integrada	PROF EPT -	-	40 – DE
41	Vagner Basqueroto Martins	Bacharelado em Design Gráfico e de Produtos	MBA em Design Thinking	Design	-	40 – DE
42	Valéria Patricia Araujo Silva	Licenciatura Plena em Ciências Sociais e Graduação em Pedagogia	Educação de Jovens e Adultos, com ênfase em Economia Solidária	Ciências Sociais	Ciências Sociais	40 – DE
43	Valério Ramalho da	Licenciatura em	Tecnologia em	Educação	-	40 – DE

	Silva	Educação Artística	Educação a Distância			
44	Veritha Nascimento Pessoa	Licenciatura em Geografia	Educação Ambiental	Geografia	-	40 – DE
45	Vitor Lopes Resende	Bacharelado em Comunicação Social	MBA em Negócios e Empreendimentos e MBA em Gestão Gastronômica e Hoteleira	Comunicação	Comunicação	40 – DE
46	Viviane Paludo Schultz	Bacharelado em Design; Tecnologia em Gestão Pública	Desenvolvimento mobile	-	-	40 – DE
47	Wilson Alves da Silva Filho	Bacharelado em Secretariado Executivo	Educação Empreendedora	-	-	40 – DE

30 PERFIL DA EQUIPE TÉCNICO ADMINISTRATIVA

Nº	Técnico	CARGO/ FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CH
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
1	Aline Lima Soares da Costa	Auxiliar de Biblioteca	Agroindústria	Licenciatura em Letras - Espanhol	Especialização em Compreensão de Textos e Tradução da Língua Espanhola	-	-	40
2	Antonio Teixeira Linhares Filho	Operador de Máquinas Pesadas	-	-	-	-	-	40
3	Daniel Sanches de Lima	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	-	-	-	-	40
4	Diogo Saul Silva Santos	Administrador	-	Bacharelado em Administração	Gestão e Administração Pública	-	-	40
5	Dumont Camelo Melo	Técnico em Laboratório	-	Bacharelado em Ciência da Computação	Informática e Comunicação na Educação	-	-	40
6	Elisângela Monção Mine	Assistente Social	-	Bacharelado em Serviço Social	Gestão Social: Defesa e Garantia de Direitos.	-	-	40
7	Elivaldo Torreia de Souza	Assistente em Administração		Bacharelado em contabilidade	Gestão Pública	-	-	40
8	Enilde Lopes Satelles	Técnico em Secretariado	Secretariado	Bacharelado em Administração	Gestão de Pessoas	-	-	40
9	Eunice Lima de Oliveira Barbosa	Tradutor e Intérprete de LIBRAS	-	Licenciatura em Pedagogia; Bacharelado em Letras-libras	Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	-	-	40
10	Gabriel Carvalho Gomes	Técnico em Laboratório	Técnico em Biocombustíveis	Tecnologia em Gestão ambiental	-	Agroecologia	-	40
11	Gessiglay Samuel da Silva	Auxiliar em Administração	-	-	-	-	-	40
12	Gildo Sousa dos Santos Junior	Técnico em Audiovisual	-	Tecnologia em Gerência de conteúdo para web	-	-	-	40
13	Igor Sales Gomes de Lima	Tecnólogo em Gestão Pública	-	Tecnologia em Gestão Pública	MBA em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	-	-	40
14	Ilnara da Silva Ferreira	Assistente de Aluno	-	Tecnologia em Gestão Pública	-	-	-	40
15	João Danilo Souto Maior Nogueira Neto	Técnico em Eletrotécnica	-	Bacharelado em Engenharia Elétrica	-	-	-	40

16	Jonatas Silva Lima	Tecnólogo em Gestão Pública	-	Tecnologia em Gestão Pública	-	-	-	40
17	Jorge Luis Cavalcante de Souza	Assistente em Administração	-	Bacharelado em Direito	Direito Público	-	-	40
18	Jose Gabriel Ribeiro Figueiredo	Tradutor Intérprete de Libras	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	MBA em Administração Estratégica; Tradução, Interpretação e Docência da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Educação Profissional e Tecnológica	-	40
19	Joziane Lucas Gomes	Assistente de Aluno	-	Licenciatura em Ciências Biológicas	-	-	-	40
20	Larissa Oliveira Lira	Psicóloga	-	Bacharelado em Psicologia	Saúde pública com ênfase em saúde da família.	-	-	40
21	Leidiane Firmino de Sá	Assistente em Administração	-	Licenciatura Plena em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica; Tecnologia em Gestão Ambiental	-	-	-	40
22	Leonardo Pereira Santos	Contador	-	Bacharelado em Ciências Contábeis	Gestão Pública	-	-	40
23	Manaliel Pais Pereira Junior	Técnico em Tecnologia da Informação	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Sistemas de Telecomunicações	-	-	40
24	Maria da Conceicao Moraes de Oliveira	Assistente em Administração	-	Administração em Sistema de Informação	PROEJA	Educação	-	40
25	Marta Sabrina Mota	Administradora	-	Bacharelado em Ciências Contábeis e Administração	Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	-	-	40
26	Marta Silva Sousa	Assistente Social	-	Bacharelado em Serviço Social	Serviço Social na Educação	-	-	40
27	Maycon Diego Silva Ribeiro	Analista de Sistemas de Informação	-	Bacharelado em Sistemas de Informação	Engenharia de Sistemas	-	-	40
28	Nataliana Ribeiro dos Santos	Assistente em Administração	-	Licenciatura Plena e Bacharelado em História	Gestão Escolar	-	-	40
29	Rosana Maria Lima Oliveira	Técnico em Secretariado	-	Gestão Pública	Gestão pública e de pessoas	-	-	40
30	Rosineia Silva da Silva	Bibliotecário/Documentalista	-	Bacharelado em Biblioteconomia	Gestão da Informação em Biblioteca Digital	-	-	40
					Comunicação			

31	Sheneville Cunha de Araújo	Jornalista	-	Bacharelado em Comunicação Social	Social, Assessoria de Comunicação e Novas Tecnologias	Antropologia Social	-	30
32	Thiago dos Santos Cidade	Técnico em Tecnologia da Informação	-	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Projetos de Sistemas de Informação	-	-	40
33	Vivian Alves de Azevedo	Enfermeira	Enfermagem	Bacharelado em Enfermagem	Saúde da Família na atenção primária; Enfermagem do trabalho; Enfermagem Obstétrica	-	-	40

31 PERFIL DA EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Nº	Técnico	CARGO/ FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CH
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
1	Aldaires Aires da Silva Lima	Técnico em Assuntos Educacionais	-	Licenciatura em Ciências Biológicas	Educação Ambiental e Sustentabilidade; Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	Educação	-	40
2	Fernando Silva e Silva	Técnico em Assuntos Educacionais	-	Licenciatura em História; Bacharelado em Direito	Educação e Direitos Humanos	Sociedade e Fronteiras	-	40
3	Francimeire Sales de Souza	Pedagoga	-	Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Coordenação pedagógica	Gestão Escolar; Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva	Educação	-	40
4	Luana Firmino Lobo	Pedagoga	-	Pedagogia	Metodologia do Ensino Superior e EAD	Educação	-	40

32 INSTALAÇÕES

- I. Biblioteca
- II. Sala compartilhada para os docentes
- III. Sala de pesquisa para os docentes
- IV. Sala da Coordenação do Curso
- V. Sala da equipe técnica-pedagógica (COPED)
- VI. Sala da equipe técnica de assistência estudantil (CAES)
- VII. Dois laboratórios de informática
- VIII. Laboratório de física e matemática
- IX. Laboratório de química e biologia
- X. Laboratório IF Maker
- XI. Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA)
- XII. Dez salas de aulas
- XIII. Copa para os servidores
- XIV. Refeitório estudantil
- XV. Quadra poliesportiva
- XVI. Quadra de areia
- XVII. Departamento de Administração e Planejamento (DAP)
- XVIII. Sala de Tecnologia da Informação (CTI)
- XIX. Sala de Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio(CAP)
- XX. Sala da direção de ensino (DEN)
- XXI. Sala do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)
- XXII. Sala da Coordenação de Apoio às Pessoas Com Necessidades Específicas (CAPNE)
- XXIII. Banheiros para estudantes, servidores e para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

33 BIBLIOTECA

A Biblioteca do IFRR CBVZO possui área total de 296,05 m², dividida em 05 (cinco) ambientes/setores, listados abaixo:

- I. Área de atendimento ao usuário;
- II. Área do ambiente para pesquisa individual e/ou em grupo (salão de pesquisa);
- III. Área de pesquisa virtual;
- IV. Área do acervo geral;
- V. Área do processamento técnico do acervo em geral e
- VI. Área administrativa do bibliotecário (onde também se faz uso para o serviço de Desenvolvimento de coleções, cadastro do acervo, arquivo e Multiuso).

O acervo é composto por aproximadamente 2100 (dois mil e cem) exemplares cadastrados no sistema PERGAMUM para utilização dos usuários. Assim como em outros *campus* da rede federal, a biblioteca do IFRR CBVZO está unificada com a Biblioteca Virtual PEARSON, disponibilizando aos usuários acesso gratuito a mais de 17700 (dezessete mil e setecentos) e-books de diversas áreas do conhecimento.

O acervo é composto por aproximadamente 2100 (dois mil e cem) exemplares cadastrados no sistema PERGAMUM para utilização dos usuários. Assim como em outros *campus* da rede federal, a biblioteca do IFRR CBVZO está unificada com a Biblioteca Virtual PEARSON, disponibilizando aos usuários acesso gratuito a mais de 17700 (dezessete mil e setecentos) e-books de diversas áreas do conhecimento.

O salão de pesquisa para grupos possui 09 (nove) mesas e 22 (vinte e duas) cadeiras. Para a pesquisa individual, a biblioteca ainda conta com 10 (dez) computadores conectados à *internet*, disponíveis para elaboração de trabalhos acadêmicos.

34 EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Os espaços físicos utilizados pelo curso são constituídos por infraestrutura adequada que atende às necessidades exigidas pelas normas legais, institucionais, diretrizes do curso e órgãos oficiais de fiscalização pública. As dependências encontram-se dentro do padrão de qualidade exigido pela Lei de Acessibilidade nº 13.146/2015, sendo que o acesso às salas de aula, bem como a circulação pelo *campus*, é sinalizada por pisos táteis e orientação em braile. Há rampas em espaços que necessitam de deslocamento vertical.

A infraestrutura compõe-se dos seguintes espaços: salas de aula, instalações administrativas, instalações para os docentes, coordenação, laboratórios específicos, auditório, biblioteca etc.

Os mobiliários são adequados para as atividades, todas as salas de aula são dotadas de carteiras móveis em material adequado. A mesa do professor também é adequada ao trabalho do docente, tanto em relação ao material quanto às dimensões e localização. A lousa é feita em vidro e os professores utilizam pincel para o desenvolvimento de suas atividades, fornecidos periodicamente pela instituição. Todas as salas possuem sistema de refrigeração artificial através de aparelhos de ar-condicionado. A limpeza das salas de aula é realizada diariamente. Todas as salas de aula possuem acesso à internet e contam com projetor multimídia.

Os Laboratórios de Informática, amplamente utilizados pelos docentes e discentes, garantem as condições necessárias para atender às demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas, promovendo também o desenvolvimento de habilidades referentes ao levantamento bibliográfico e à utilização de bases de dados.

O espaço dispõe de equipamentos novos para propiciar conforto e agilidade aos seus usuários, que podem contar com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação (TI), nos horários de aulas e em momentos extraclasse, para esclarecer dúvidas e resolver problemas.

A Instituição disponibiliza recursos de informática aos seus discentes (recursos de hardware e software), implementados de acordo com as necessidades do curso. Estão disponibilizados laboratórios específicos e compartilhados de informática entre os vários cursos, todos atendendo às aulas e às monitorias.

O *campus* ainda conta com um laboratório de prototipagem, criatividade e inovação, denominado IF Maker CBVZO, que está equipado com impressoras 3D, CNCs laser, CNC Router, Kits de Robótica, Notebooks, Plotter de recorte, Smart TVs, equipamentos da área de marcenaria (furadeira/parafusadeira, lixadeira, serra tico tico, etc) e projetor multimídia.

Além da biblioteca física, o *campus* possui uma biblioteca virtual que é gerenciada em suas rotinas pelo software Pergamum, programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Seu acervo consta não somente livros da bibliografia básica dos componentes curriculares ofertados, mas também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, enciclopédias, periódicos, jornais, mapas e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades, e está totalmente inserido no Sistema Pergamum, com possibilidade de acesso ao catálogo on-line para consulta.

A Biblioteca Digital tem como missão disponibilizar ao estudante mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência por meio de um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas.

35 DIPLOMAÇÃO

A obtenção do diploma de Tecnólogo em Gestão Pública fica condicionado à aprovação em todos os componentes curriculares, cumprimento da carga horária das Atividades Científicos-Culturais (ACCs), aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, situação regular do estudante junto ao ENADE, conforme estabelece a Organização Didática vigente do IFRR, a emissão de registro do documento de Nada Consta dos Setores dos Campus Boa Vista Zona Oeste e a cerimônia de Outorga de Grau.

36 REFERÊNCIAS

- BACICH, L.; MORAN, J. M. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jan. 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos superiores de tecnologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.
- BRASIL. Decreto de 13 de novembro de 2002. Transforma a ETFRR em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2002.
- BRASIL. Decreto nº 026, de 12 de outubro de 1988. Cria a Escola Técnica de Roraima. Diário Oficial do Estado de Roraima, Boa Vista, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 jul. 2004.
- BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004.
- BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 3 dez. 2004.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010.
- BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 12 out. 2012.
- BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 15 abr. 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Regulamenta o estágio de estudantes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a política nacional de extensão universitária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711/2012 para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022. Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para permitir a realização de avaliações in loco na modalidade virtual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera dispositivos da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Cria a Escola Técnica Federal de Roraima. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 jul. 1993.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST*. Brasília, DF: MEC, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Diário Oficial da União, nº 1.286, de 23 de outubro de 2012. Implantação do Campus Boa Vista Zona Oeste.

BRASIL. Ministério da Educação. *Nota Técnica nº 509/2017/CGRAG/DIPES/SESU/SESU*. Justificativa sobre o ponto de corte do Grupo de Washington. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012*. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017*. Dispõe sobre procedimentos para a implementação das políticas de ações afirmativas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED*. Brasília, DF: MTE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. *Ofício nº 3/2017/SEI/SNDPD/MDH*. Recomendação sobre inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018. Dispõe sobre o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 maio 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jan. 2021.

CONSELHO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO DE RORAIMA. Parecer nº 26/89, de 21 de dezembro de 1989. Aprova o regimento da Escola Técnica de Roraima.

GUIMARÃES, L. P. et al. Laboratórios de fabricação digital e o desenvolvimento de competências no ensino técnico e tecnológico. *Revista Educação, Tecnologia e Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 45–59, 2022.

IBGE. *Cadastro Central de Empresas – CEMPRE* 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2022: população e indicadores socioeconômicos de Roraima*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso

em: 23 de julho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Ofício nº 352/2017/PR*. Posicionamento técnico sobre a inclusão e classificação de dados referentes à deficiência. Rio de Janeiro, 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. *Edital nº 30/2022 – PROPESPI/IFRR*. Ajuda de Custo à Publicação Científica, Tecnológica e Cultural. Boa Vista: IFRR, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Organização Didática do Instituto Federal de Roraima. Boa Vista, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028. Boa Vista, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Resolução CONSUP/IFRR nº 292, de 2017. Regulamenta estágios no IFRR. Boa Vista, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Resolução CONSUP/IFRR nº 418, de 2018. Dispõe sobre o estágio curricular no IFRR. Boa Vista, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Resolução CONSUP/IFRR nº 869, de 29 de outubro de 2025. Dispõe sobre o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes (2025-2029) do IFRR. Boa Vista, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. *Resolução CONSUP/IFRR nº 558*, de 3 de março de 2021. Dispõe sobre a Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do IFRR.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. *Resolução CONSUP/IFRR nº 608*, de 26 de outubro de 2021. Dispõe sobre a política de acompanhamento de egressos no âmbito do IFRR. Boa Vista: IFRR, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Resolução CONSUP/IFRR nº 657, de 2022. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFRR. Boa Vista, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. *Resolução CONSUP/IFRR nº 682*, de 2022. Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023. Dispõe sobre a Organização Didática do IFRR. Boa Vista, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 2023. Organização Didática do IFRR. Boa Vista, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. *Resolução CONSUP/IFRR nº 730*, de 30 de março de 2023. Estabelece normas e diretrizes para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Resolução CONSUP/IFRR nº 746, de 2023. Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso nos cursos de graduação do IFRR. Boa Vista, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. *Resolução CONSUP/IFRR nº 824*, de 25 de fevereiro de 2025. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs). Boa Vista, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. *Resolução nº 459/2019 – CONSUP*, de 11 de julho de 2019. Aprova a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR. Resolução nº 558, de 2021. Dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação do IFRR. Boa Vista, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA. Cerimônia de inauguração do campus Bonfim. Bonfim, 2019. Participação de Ariosto Antunes Culau, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2024-2028. Boa Vista: IFRR, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrr.edu.br>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA. Resolução CONSUP/IFRR nº 469, de 17 de setembro de 2019. Dispõe sobre o regulamento dos colegiados de cursos técnicos e superiores. Boa Vista, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA. Resolução CONSUP/IFRR nº 473, de 21 de outubro de 2019. Aprova o

regulamento das atividades didático-pedagógicas no âmbito do IFRR. Boa Vista, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA. Resolução CONSUP/IFRR nº 682, de 20 de outubro de 2022. Dispõe sobre normas e procedimentos de emissão de documentos institucionais. Boa Vista, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA. Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de outubro de 2023. Dispõe sobre a organização didática dos cursos de graduação do IFRR. Boa Vista, 2023.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

RABELO, S.; MELO, A. Avaliação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFRR – 2023. *Relatório Interno Institucional*, Boa Vista, 2023.

SCHUARTZ, C. A.; SARMENTO, R. A. As TDICs e a educação: desafios e perspectivas na contemporaneidade. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 85–102, 2020.

SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – SUAP. Dados estatísticos internos. Instituto Federal de Roraima, 2024.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD0001 - IFRR**, em 28/01/2026 10:17:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/01/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 405699

Código de Autenticação: 8556416dea

